

RITA BRANCATO SANTOS

**O FOGO DA MODERNIZAÇÃO:
tradição e tecnicismo no Abrigo de Menores do Estado de
Santa Catarina em Florianópolis (1940-1980).**

Florianópolis, 2006.

RITA BRANCATO SANTOS

**O FOGO DA MODERNIZAÇÃO:
tradição e tecnicismo no Abrigo de Menores do Estado de
Santa Catarina em Florianópolis (1940-1980).**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do título
de Mestre em Sociologia Política,
sob a orientação da Prof^a. Dr^a.
Elizabeth Farias da Silva.

Florianópolis, 2006.

À Luciana

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar sou grata à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva, que encontrei no momento certo, na hora certa, mesmo se não tive oportunidade de compartilhar com ela horas de aula. Com esta orientação significou esta pesquisa, apoiando-me lá onde minhas cegueiras estavam impedindo de ver além dos imprevistos e das minhas inseguranças. Devo a ela o incentivo, a intuição de que sempre vale a pena reescrever uma outra história.

A CAPES que financiou esta pesquisa meu especial reconhecimento, na esperança que no futuro possam existir mais recursos para os pesquisadores das Ciências Humanas.

Ao pensar nestes agradecimentos muitos momentos passam na minha memória, como a ansiedade de enfrentar um novo caminho, o apoio dos meus colegas de Mestrado... e é claro que alguns vão deixar uma especial saudade, com estes dividi brilhantes momentos.

E pensando nos amigos, como não falar da Silvia? Deveria ter sempre uma Silvia guerreira no caminho da vida de cada um de nós.

Meu carinho também vai às secretárias do PPGSP Albertina e Fátima, sempre disponíveis em tirar... nossas dúvidas burocráticas.

Por possibilitar a pesquisa, minha profunda gratidão vai aos entrevistados que através dos seus depoimentos reinterpretaram suas histórias de vida dentro do “Abrigo de Menores”. Ao Irmão Adilson meu obrigada pela paciência em responder às minhas freqüentes perguntas, pelas belíssimas fotos da época e pela confiança depositada em deixar comigo material tão valioso. Espero que a experiência de ser entrevistado tenha sido interessante e que nossas conversas continuem para além desta pesquisa.

Ao Irmão Victor gostaria dizer que foi difícil poder somente deixar escritas suas falas, vou guardar para sempre seu olhar e sua emoção ao lembrar tantos anos e tantos rostos.

Devido à distância, não conheci ainda pessoalmente Ir. Pedro Aurélio, mas sou grata por sua disponibilidade em responder às minhas perguntas escritas e por ter me mostrado outros aspectos da problemática da pesquisa.

Dr. Joel, agradeço muito sua disponibilidade e por ter aberto as portas da sua casa e recebido com tanta atenção, principalmente por deixar opiniões e recordações de um período breve, porém conturbado.

Às senhoras Nilda e Sandra, que também me receberam, agradeço pelo tempo que a mim dispuseram, resultado disto foram dois depoimentos tão ricos e esclarecedores para esta pesquisa.

Aos meus pais *mamma* Carola e *papà* Léo quero dizer que somos vencedores e que tudo devo a vocês, *grazie* pelo incentivo e amor. Juju e Bê, obrigada pela paciência e compreensão. Eu amo vocês. Ao meu sogro Sr. Luiz, devo a última revisão pelo português deste trabalho... pelo cuidado, obrigada!

Através das sugestões dos professores integrantes da banca de defesa Dr. João Klug e Dr.^a Lígia Lückmann esta dissertação poder-se-á tornar mais útil para você leitor ou pesquisador que um dia folhará estas páginas.

Que o Sol ilumine nossos corações, pois ainda resta o eterno caminho!

“O importante não é o que os outros fizeram de nós, mas o que nós próprios faremos com aquilo que fizeram de nós”.

(Jean Paul Sartre)

RESUMO

Esta pesquisa pretende ilustrar as atividades que a Ordem marista e o Serviço Social desenvolveram no então “Abrigo de Menores” posteriormente nomeado “Educandário XXV de Novembro” (1940 a 1980), em Florianópolis - Santa Catarina, com o objetivo principal de identificar os fatores que determinaram as mudanças da política de atendimento à infância carente ocorridas na instituição. Para tanto, foi preciso primeiro sintetizar a trajetória do conceito de infância e dos Códigos de Menores no Brasil para contextualizar a instituição, bem como mostrar o crescimento urbano da capital que em quatro décadas transformou-se sensivelmente. Sucessivamente, foram realizadas seis entrevistas escolhendo três representantes de cada vertente, tendo em vista a análise da instituição dentro do processo de modernização brasileira e a substituição da tradição da Pedagogia Marista com o tecnicismo do Serviço Social. Partindo das principais características relativas à modernização segundo a definição de Boudon e Bourricaud, isto é, mobilização, laicização e diferenciação, relevamos que as transformações ocorridas no “Abrigo de Menores” espelharam o panorama político brasileiro e mais especificamente as rivalidades entre os partidos PSD e UDN no Estado. Outros determinantes fatores foram a incompatibilidade entre as concepções do assistencialismo religioso e o tecnicismo do Serviço Social que veio a fortalecer-se após o Golpe Militar de 64, com a instituição da “Fundação Nacional de Bem Estar do Menor” (FUNABEM) portadora da concepção de que principal objetivo do Serviço Social era a reinserção familiar do “menor” e não mais manter o sistema de internato. Assim, o próprio Governo deixou aos poucos de financiar a instituição que viu sua extinção definitiva após um incêndio no dia 30/03/1980. Tais novas concepções resultaram na atual doutrina da “proteção integral” inserida no “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA) de 1990, que reconhece principalmente as crianças como portadoras de direitos.

Palavras-Chaves: Infância, Abrigo de Menores – Educandário XXV de Novembro, Santa Catarina, Modernização.

ABSTRACT

This research aims at showing the activities developed by Ordem Marista and Social Service at the “Abrigo de Menores” shelter for young people – later known as “Educandário XXV de Novembro” (from 1940 to 1980), in Florianópolis, capital of the state of Santa Catarina. The main objective of this study is to identify the factors that determined the changes in this institution’s policy towards the way it treated poor young children and adolescents. To achieve this objective we first summarized the trajectory of the concepts of infancy and Códigos de Menores in Brazil in order to contextualize the institution and also to show the city’s urban growth, which in four decades changed considerably. Then, we carried out six interviews with three representatives of each policies due to the analysis of the institution within the Brazilian modernization process and the substitution of the traditional Marista Pedagogy for the technicism of the Social Service. Following the main characteristics related to Boudon and Bourricaud’s definition of modernization, i.e. mobilization, secularism, and differentiation, we considered that the transformation that occurred at the shelter “Abrigo de Menores” mirrored the Brazilian political landscape and, more specifically, the rivalry between the political parties PSD and UDN. Other influential factors were the incompatibility between the conceptions of religious assistance and the technicism of the Social Service that became stronger after the 1964 Military Coup, which established the institution “Fundação Nacional de Bem Estar do Menor” (FUNABEM). This institution believed in the idea that the Social Service’s main objective was to prepare these young children and adolescents to return to society and not to keep them interned. Therefore, the government gradually stopped financing the institution, which was shut down after a fire on March 30th, 1980. These new conceptions resulted in the current doctrine of “integral protection” established in 1990 in the Statute of Children and Adolescents (ECA), which recognizes children as carriers of rights.

Keywords: Infancy, Shelter for children and adolescents, Abrigo de Menores – Educandário XXV de Novembro, Santa Catarina, Modernization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

ACARPESC – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina

AM – Abrigo de Menores

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASSEAF – Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CDOJ – Código de Divisão e Organização Judiciária

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CENTRE – Centro Estadual de Treinamento e Capacitação de Pessoal

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIPRO – Centro de Iniciação Profissional

CISS – Conferência Internacional de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNSS – Conselho Nacional do Serviço Social

CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CTR – Centro de Recepção e Triagem

DETRAN – Departamento Estadual de Transito de Santa Catarina

DNCr – Departamento Nacional da Criança

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil

EMPASC – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina

ESG – Escola Superior de Guerra

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FCBIA – Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência

FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância

FUCABEM – Fundação Catarinense de Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

IAP – Instituto de Previdência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEE – Instituto Estadual de Educação

INAM – Instituto Nacional de Assistência a Menores

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância

Ir. A. – Irmão Adilson

Ir. P. – Irmão Pedro

Ir. V. – Irmão Victor

ISSB – Instituto dos Serviços Sociais no Brasil

JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira

JQ – Jânio Quadros

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MNMMR – Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAG – Plano de Ação do Governador

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

PNBEM – Política Nacional para o Bem-Estar do Menor

POE – Plano de Obras e Equipamentos

PROMENOR – Sociedade Promocional do Menor Trabalhador

PRP – Partido de Representação Popular

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA – Pacto de Unidade e Ação

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SAS – Secretaria de Assistência Social

SATC – Sociedade de Assistência aos Trabalhadores de Carvão

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina

UCISS – União Internacional Católica de Serviço Social

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UDN – União Democrática Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO 1 - ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE INFÂNCIA E FAMÍLIA NA EUROPA E NO BRASIL (1700-1920)	
1.1- A infância negada.....	21
1.2- De mãe protetora á mãe provedora.....	29
1.3 - Crianças futuros cidadãos da nação.....	38
 CAPÍTULO 2 - PANORÂMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA ABANDONADA NO BRASIL (1924-1990)	
2.1 - Um parêntese histórico.....	46
2.2 - As políticas direcionadas a infância abandonada no Brasil (1924- 980).....	55
2.3 - A doutrina da proteção integral: a criança pertence a si própria (1984-1990).....	71
 CAPÍTULO 3 - O ABRIGO DE MENORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
3.1 - A questão urbana: a capital catarinense se transforma.....	80
3.2 - A política assistencialista de Nereu Ramos.....	90
3.3 - De “abrigo de menores” a “Educandário XXV de Novembro”.....	98
 CAPÍTULO 4 - ESTADO <i>VERSUS</i> IRMÃOS	
4.1-A tradição da pedagogia marista.....	111
4.2 - O tecnicismo do serviço social.....	118
4.3 - Quando a criança pertencia à Igreja e ao Estado.....	127
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 156
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 162

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar as atividades que os Irmãos Maristas e as Assistentes Sociais efetuaram no extinto “Abrigo de Menores” do Estado de Santa Catarina que era situado em Florianópolis no bairro Agronômica, com o propósito de individuar os fatores que determinaram as mudanças da política de atendimento à infância nas duas respectivas fases.

Focando a atenção nos conceitos da tradição e do tecnicismo para explicar as mudanças ocorridas na instituição, ilustraremos como esta foi um significativo exemplo de execução das políticas de assistência aos “menores” dentro do processo de modernização do estado catarinense, entendendo que:

A visão fundamental que caracteriza o conceito de **modernização**, não obstante suas variações terminológicas, é que é um processo de trânsito da tradição para a modernidade, entendendo-se por isso, a repetição no mundo subdesenvolvido de características econômicas, de estrutura social, psicossociais e de organização política das sociedades norte-ocidentais contemporâneas (SILVA, 1986, p.773).¹

A idéia desta investigação nasce posteriormente à pesquisa realizada para nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ² que realizamos sobre o abrigo, quando as representações de alguns ex-internos relativas à instituição foram ilustradas, propondo-se como uma complementação e aprofundamento desta última.

A monografia que realizamos anteriormente nos reservou interessantes surpresas pois, não obstante a afirmação do E.Goffmann, segundo a qual:

¹ In **Dicionário de Ciências Sociais**; grifo nosso. No que dizem respeito os conceitos de “tradição” e “tecnicismo”, para o primeiro pretendemos basear-nos na definição de Outhwaite e Bottomore (1996), isto é, esta seria reservada “aos costumes que possuem considerável profundidade no passado e uma áurea de sagrado. A palavra **tradição** vem do verbo latino *tradere* que significa entregar, transmitir, legar à geração seguinte (...) as tradições pertencem às mais importantes esferas da vida humana, como a religião” (pp. 777-778). Paralelamente, adotamos o termo “**tecnicismo**” como sinônimo de “tecnocracia”, entendido como marcante influência da técnica no mundo moderno e também confiança em conhecimentos objetivos aplicados aos problemas sociais, conforme Birou (1982). Grifos nossos.

² Brancato, 2003.

entre os internados de muitas instituições totais existe um intenso sentimento de que o tempo passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa; é tempo que precisa ser apagado” (1974, p.64)

através da pesquisa constatamos a infinita saudade que aqueles ex-internos, adultos hoje, continuam sentindo da época em que viveram no abrigo. Tanto que, em ocasião de um programa televisivo da rede Globo, alguns ex-internos³ contavam a história do abrigo e também emitiam opinião sobre a atual condição da infância abandonada; um deles conta:

*quando cheguei no abrigo, eu vi uma coisa que já não estava mais na minha realidade, que era uma família tão grande, 240 irmãos (...) e isso era a felicidade, aqueles irmãos maristas, o carinho que tratavam as crianças, que deixavam a gente de uma tal forma (...) quem não viveu isto aqui não vai saber o que era o Abrigo de Menores.*⁴

Outro afirma:

*o pessoal da comunidade da Agrônômica, o pessoal mais antigo, também sente saudade do Abrigo, não é só nós não (...) se todas as crianças de qualquer classe social tivessem metade da oportunidade que eu tive, com certeza a história do menor, seria muito diferente.*⁵

E ainda “era muito raro que alguém fugisse, se fugisse fugia por vontade própria, a gente não tinha grade, nem muros altos”.⁶

Enfim “a fraternidade foi criada dentro do Abrigo através da educação que nos recebíamos e é o que nos fez fraternos durante estes anos todos”.⁷

O que relevamos no TCC é que segundo os depoimentos a nós prestados, a partir do momento que foi implementada a nova Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) em 1964, criada pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

³ À exceção do Sr. Claudionor, eles foram entrevistados também em ocasião do nosso TCC.

⁴ Sr. Claudionor Veridiano da Costa

⁵ Sr. Hélio Farias

⁶ Sr. José Paulo Pires

⁷ Sr. José Sergio dos Santos

(FUNABEM), é que começou a irreversível mudança do AM⁸. Em outras palavras, a instituição cessou de ser conduzida pelos irmãos maristas (que saíram em 1972), e os então internos passaram a ser cuidados por monitores e assistentes sociais.

Então, o AM passou, desde a sua fundação (1940), por várias mudanças: depois de 29 anos teve o seu nome trocado por “Educandário XXV de Novembro”, sendo que a sua direção de religiosa transformou-se em civil, e por fim sofreu, em 1980, um incêndio que destruiu o seu prédio central e os seus dormitórios; incêndio cujas causas permanecem até hoje obscuras (ANEXO 02).

Não nos compete apontar as razões, ou se houveram responsáveis para o incêndio do educandário, obviamente trata-se de uma questão que foge à nossa competência; mesmo assim, e apesar deste não ser nosso principal objetivo da pesquisa, acreditamos não ter sido um fato desvinculado de um contexto maior que primeiro justificou a fundação desta gigante instituição, e que depois com as mudanças das políticas ocorridas no País moldou a estrutura da Obra, até... eliminá-la.

Tais transformações resultam da intervenção estatal na política de atendimento para a infância que diretamente atuou na instituição, todavia, como ilustraremos no decorrer desta dissertação, tal interferência encontra-se anteriormente presente no País sob várias formas.

Realizamos assim, uma nova pesquisa tendo como alvo àqueles que cuidaram dos que na época foram apelidados de “menores”, no maior abrigo que já foi construído (e destruído) no Estado de Santa Catarina.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com seis informantes que consideramos importantes para o entendimento do processo “modernizante” que operou na instituição. Tratam-se de um interno que depois se tornou marista; um

⁸ “Abrigo de Menores”; ver ANEXO 01.

marista que permaneceu 25 anos no abrigo e que também foi diretor, exatamente o último diretor religioso antes da saída definitiva da Ordem do abrigo; e um outro marista que teve várias tarefas e que tentou conciliar as novas disposições do Governo com a rotina da instituição no período que foi diretor. No que dizem respeito os representantes da vertente “tecnicista” do Serviço Social, tivemos a oportunidade de relatar os depoimentos do primeiro diretor leigo da instituição que já se chamava “Educandário XXV de Novembro”; de uma estagiária então recém formada em Serviço Social que trabalhou na instituição e enfim de uma diretora técnica que esteve no educandário até sua definitiva extinção.

O 1º Capítulo descreve sinteticamente o percurso que vai de 1700 a 1920 e ilustra alguns aspectos das concepções de infância e família na Europa e no Brasil. A colocação da definição de “infância” está inserida para esclarecer que na procura dos fatores que contribuem com o nosso problema de estudo, acreditamos ser essencial partir do pressuposto de que a história da infância tem a ver com a maneira que os adultos concebem este período inicial da vida, e que tais representações mudaram ao longo dos séculos, fundamentando mentalidades sobre o conceito de infância, o papel de mãe e pai na constituição da família. Escolhemos partir do século XVIII pois no Brasil foram criadas as primeiras instituições religiosas para o acolhimento da infância abandonada, que coincide com o início da fase “assistencialista” das políticas sociais e é também neste século que na Europa começa certa produção literária médica sobre como cuidar das crianças e uma corrente à favor da assistência mas sem finalidades missionárias, a “filantropia”. Paralelamente funcionou o sistema da amamentação mercenária que permaneceu no País até 1930.

Devido ao conceito de honra da mulher muitas crianças foram abandonadas e nem sempre estas provinham de famílias pobres. Ao mesmo tempo, começa por parte do Estado o incentivo às mães em educar seus filhos para se tornarem os futuros cidadãos da nação.

O 2º Capítulo apresenta algumas premissas históricas que ajudam a contextualizar a história da assistência à infância abandonada no Brasil. Trata-se do período entre 1924 e 1990, abordado através de uma trajetória que vai da constituição do Juizado de Menores no Brasil e do Código de Menores, ao “Estado Novo”; da criação da “Legião Brasileira de Assistência” (LBA) e do “Serviço de Assistência ao Menor” (SAM) à criação da “Fundação Nacional de Bem Estar do Menor” (FUNABEM) e da “Fundação Catarinense de Bem Estar do Menor” (FUCABEM), sob pleno regime militar. Tal capítulo conclui-se com a criação de outro Código de Menores, em 1979, que difunde a doutrina jurídica de “proteção ao menor em situação irregular”; a participação da sociedade civil com a criação do “Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua” (MNMMR), passando pela Constituição de 1988 que supera a “doutrina da irregularidade” apresentando a “doutrina da Proteção Integral” que vê as crianças e adolescentes como portadores de direitos, mudança que se concretizará com o advento do “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA) de 1990.

O 3º Capítulo diz respeito à política de cunho assistencialista que caracterizou o governo de Nereu Ramos (1935-1945) em Santa Catarina, quando educação, saúde e tratamento dos “menores” ganharam importante destaque nas políticas sociais. Para contextualizar a instituição objeto de nossa pesquisa, a primeira parte do capítulo conta as transformações ocorridas em Florianópolis no seu desenvolvimento e configuração urbana sob a ótica da modernização e política dos

governadores. Sucessivamente, é mostrado o papel da Igreja na tarefa de educar as crianças carentes em todos aqueles ambientes formadores instituídos sob o forte impulso do sentimento nacionalista - sentimento patriótico que inicia no período do “Estado Novo” e que se consolida por décadas. Por fim, a instituição em análise é apresentada na sua evolução desde quando se chamava “Abrigo de Menores” até “Educandário XXV de Novembro”, segundo suas características, peculiaridades e finalidades.

No 4º Capítulo é apresentada uma síntese da história da Ordem Marista no Brasil, suas instituições e as principais características da Pedagogia Marista. Depois, as etapas da história do Serviço Social com ênfase na década de 60, quando começa uma revisão dos seus procedimentos apresentando-se como um meio de tornar os indivíduos conscientes de serem agentes de transformação da própria sociedade.

Por último, alguns fragmentos das entrevistas que realizamos sobre a instituição estão inseridos. Contam as diferentes posições das duas vertentes, as opiniões sobre fatos que influenciaram o andamento da Obra, bem como algumas reflexões sobre a condição da criança e adolescência abandonada de hoje.

Poder-se-ia dizer que as cinzas do Abrigo de Menores contêm muitas e muitas histórias de vidas, decisões políticas, divergências, aliás, profundas divergências sobre como se entendia que fosse o melhor modo de ocupar-se daquelas crianças consideradas “abandonadas”, “delinqüentes” e “pervertidas” pelo poder judiciário, e pela moral.

Nosso esforço, passando pelas diferentes políticas de atendimento à infância, as histórias, as sociologias, foi de soprar nestas cinzas, foi tentar organizá-las, percorrendo as falas de alguns representantes de duas principais vertentes

direcionadas ao atendimento dos “menores” que estiveram presentes em quarenta anos da instituição. De fato, tratam-se da política de cunho assistencialista, liderada nesse caso pelos Irmãos Maristas, e a linha tecnicista, representada pelas assistentes sociais.

Devido ao tempo prescrito, é necessário esclarecer que não foi possível aprofundar melhor os motivos que ao longo de quatro décadas serviram para internar tais “menores”, bem como levantar uma estatística que poderia ser feita com base nos processos arquivados do Juizado de Menores da Capital e nas fichas individuais dos abrigados que eram preenchidas a cada chegada. Pelo mesmo motivo, não está aqui presente uma análise abrangente dos jornais da época, tendo escolhido somente alguns significativos.

Estamos certos de que seria valioso poder ter outros focos de análise desta instituição, já que como observou um nosso entrevistado:

Em relação a esta sua pesquisa pelo que estou vendo eu acredito que o Abrigo de Menores ainda será inspiração para algumas pessoas, certamente ainda virão outros interessados mesmo se com enfoques diferentes (Ir. A.).⁹

⁹ Irmão Adilson Suhr.

1º CAPÍTULO – ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE INFÂNCIA E FAMÍLIA NA EUROPA E NO BRASIL

1.1 A INFÂNCIA NEGADA

Para abordarmos a história do “Abrigo de Menores” e conseqüentemente dos tutores (maristas e assistentes sociais) que se ocuparam no decorrer de sua existência da formação dos seus internos, convém ter em conta o que entendemos por infância, e distinguir este conceito com o de criança, pois frequentemente são estabelecidos no mesmo plano, considerando-os quase sinônimos.

Neste sentido Kuhlmann Jr. e Fernandes esclarecem:

Podemos compreender a **infância** como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a história da **criança** seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade (p. 15, grifo nosso). ¹⁰

Percebe-se, portanto, que ambas as categorias são históricas, constituídas nas relações sociais e justamente as representações que as sociedades, nos seus diferentes contextos fazem a respeito destas categorias, constituem-se por si objetos de inúmeros estudos. A relação dos adultos com esta específica classe de idade nos diz muito sobre a trajetória da história da infância, pois foram (e continuam sendo) os adultos que também são responsáveis pela formulação de políticas públicas ainda mais no caso da infância carente.

Procurando compreender melhor esta questão, e em razão de serem e terem sido os adultos pais, mães, religiosos, legisladores, direta e indiretamente influenciadores no processo constitutivo destas específicas políticas, acreditamos

¹⁰ In: Faria Filho (2004).

ser importante traçar um percurso, mesmo se talvez não exaustivo, das mentalidades sobre a idéia de infância, o papel de mãe e a evolução da família.

Como já foi antes sugerido:

o sentimento e a valorização atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são conhecidos e difundidos, tendo sido determinados a partir de modificações econômicas e políticas da estrutura social (KRAMER, 1987, p. 16).

A partir desse pressuposto, no que diz respeito à infância e a história de sua conceituação, Roudinesco (2003) afirma que na Europa será preciso esperar o final do século XVIII para ver significativas mudanças nas flutuações demográficas considerando que, até então, a natalidade permanece bastante estável se a relacionamos com as taxas de mortalidade adulta e infantil. Na verdade até o surgimento de descobertas científicas¹¹ que prolongaram a vida, o índice de mortalidade infantil permaneceu alto, o que leva a pensar que a morte da criança era considerada em alguns casos natural. Noutros termos, por muito tempo a infância foi considerada um período de transição, cuja recordação era logo perdida, tanto que, até o século XVII e independentemente da posição social, os trajes utilizados por crianças, após ter deixado o período do enfaixamento, eram de adultos.

Mulheres de várias camadas sociais encontraram técnicas contraceptivas pouco eficazes, pois o aborto acontecia frequentemente, porém, abandono e infanticídio, segundo a autora, permanecem por séculos, os mais praticados atos para controlar a fecundidade. É claro que:

Decerto a perda de um filho, era uma fonte de sofrimento para o pai e para a mãe. Mas (...) o filho era visto, acima de tudo, como a coisa dos pais, como um **objeto submisso** à vontade deles (p. 99, grifo nosso).

¹¹ Estas se desenvolveram com maior intensidade em meados do século XVI.

Os estudos de Ariès (1981) reforçam que o cuidado exercido com a infância está relacionado ao interesse que a sociedade mostra com as crianças, isto é, as idades da vida não corresponderiam às etapas biológicas, mas as funções sociais atribuídas, sendo assim educação e trabalho reguladores dos tempos da existência humana. Na Idade Média, à exclusão de um pequeno número de clérigos, a escola não objetivava educar as crianças e até a arte¹² ignorava ou não tentava representá-las, elemento que prova segundo o autor a total falta de interesse por estas. A negação do sentimento da infância, isto é o não reconhecimento da particularidade do ser criança, fazia com que elas entrassem abruptamente na sociedade dos adultos. No entanto, é de 1666 a expressão “a educação das crianças é uma das coisas mais importante do mundo”¹³, o que nos mostra a transformação que tal entendimento sofreu; é neste período que florescem instituições educacionais baseadas nas doutrinas jesuíta e jansenista. Durante este século, na cidade e no campo, no povo e nas classes burguesas desenvolve-se certo interesse psicológico¹⁴ pelas crianças, sobretudo enfatiza-se a preocupação moral com estas:

Pois as pessoas se preocupavam muito com as crianças, consideradas testemunhos da inocência batismal, semelhantes aos anjos e próximas de Cristo, que as havia amado. Mas esse interesse impunha que se desenvolvesse nas crianças uma razão ainda frágil e que se fizesse delas homens racionais e cristãos (ARIÈS, p.163).¹⁵

A introdução da disciplina nos colégios marca a diferença essencial entre a escola da Idade Média e os tempos modernos, esta não somente se restringiu a uma mais ampla vigilância interna, mas impôs às famílias o respeito pela integralidade do ciclo escolar, que começa a estender-se desde então a quatro ou cinco anos no

¹² Na Europa, até o fim do século XIII as crianças são representadas como homens de tamanho reduzido, a partir do século XVI são sempre acompanhadas dos pais, quase indefinidas; somente no século XVII elas começam a ser representadas sozinhas, como por exemplo, nos quadros de Rubens e Van Dyck, ou nos retratos de família onde são ilustradas no centro das composições.

¹³ Varet, *De l'éducation chrétienne des enfants*. (apud ARIÈS, p.141)., *op. cit.*

¹⁴ Já começado com o método de ensino *Ratio Studiorum* dos Jesuítas de 1586.

¹⁵ *Op. cit.*

mínimo. Portanto concordamos com a idéia expressa por Postman, de que “onde a instrução foi sempre valorizada, havia escolas, e, onde havia escolas, o conceito de infância desenvolveu-se rapidamente” ¹⁶, ou seja, a evolução do conceito de infância teria uma forte ligação com a escola.

O século XVIII é caracterizado por uma profunda mudança no Brasil, segundo Roudinesco¹⁷ o infanticídio como meio contraceptivo é gradativamente substituído pelo abandono; assim, surgem as primeiras instituições de proteção à infância desvalida, respectivamente nas cidades de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), São Paulo (1825) e na ilha Desterro (Florianópolis), no ano de 1828.

Na capital catarinense foi a Irmandade do “Senhor Bom Jesus dos Passos” quem cuidou das crianças abandonadas; segundo o estatuto da Casa a Irmandade se comprometia a tratar os expostos:

com todo desvelo e caridade, como filhos da irmandade (...) socorrendo-os até que fossem engajados para aprenderem arte, ou ofício, fazendo as possíveis diligencias para que desde a idade de 6 anos freqüentassem as aulas de primeiras letras. Compromete-se a Irmandade arranjar as expostas ao serviço de famílias honestas, promovendo-lhes casamentos, e agenciar-lhes dotes, ou esmolas para princípio de um estabelecimento (*apud* MARCÍLIO, 1997, p. 63). ¹⁸

Começou, assim, o período dito “caritativo” ou fase “assistencialista” das políticas sociais em favor da criança abandonada que durará, na maioria dos casos, até meados do século XIX. Tal assistencialismo era fundado “no sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão de mudanças sociais” (MARCÍLIO, 1998, p.134). ¹⁹

As referidas instituições eram também chamadas de “Casas dos Expostos” à causa da antiga prática de deixar abandonados, isto é, “expostos”, os recém

¹⁶ *Apud* Silva, 2003, p.23.

¹⁷ *Op. cit.*

¹⁸ “A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil”. In: Freitas Marcos C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Ed., 1997.

¹⁹ “A caridade tem origem no vocabulário cristão, o amor que move a vontade à busca efetiva do bem do outro e procura identificar-se com Deus” (LEPIKSON, 1998, p. 38).

nascidos nos átrios das igrejas, dos conventos e das mansões particulares. Nestas instituições estavam instaladas as “Rodas dos Expostos”²⁰, frequentemente sob a responsabilidade de congregações católicas localizadas nas Santas Casas de Misericórdia, sendo as esmolas e doações suas principais fontes financeiras. Os religiosos se ocupavam, além de alimentar e cuidar da higiene, de batizar os recém nascidos, pois o sacramento era visto como necessário para a salvação de suas almas.

A origem destes dispositivos de madeira remonta àqueles dos vestíbulos de mosteiros e conventos medievais que eram utilizados para enviar objetos, mensagens, alimentos, orações para os residentes, assim, todo contato dos enclausurados com o mundo exterior era evitado. As Rodas dos Expostos foram trazidas no século XVIII pelos portugueses²¹, todavia, as primeiras rodas específicas de que se tem registro foram as da Idade Média na Itália. O *Ospedale del Santo Spirito* em Roma foi o primeiro a utilizar a Roda em 1198, e na mesma cidade o *Ospedale di Santa Maria in Saxia* funcionou entre 1201 e 1204 como o primeiro sistema institucional de proteção à criança exposta. As principais finalidades destas Rodas eram segundo Corazza (2000):

Evitar o “mal maior” consubstanciado no aborto e no infanticídio; defender a honra das famílias cujas filhas engravidavam fora do casamento; como mecanismo para regular o tamanho das famílias, dado que não havia métodos eficazes de controle da natalidade (p.80).

Ao mesmo tempo é também durante o século XVIII, como escreve Donzelot (1986), que na França surge uma ampla literatura sobre o tema do cuidado com as

²⁰ Dispositivos de forma cilíndrica divididos ao meio por uma divisória onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. A pessoa encarregada girava a roda de maneira que a criança fosse pega do outro lado do muro.

²¹ O hospital dos meninos órfãos *Ecclesia Innocentus Hospitalis Puerorum* de Lisboa, foi fundado pela rainha D. Beatriz, esposa de D.Afonso II de Castela, em 1273.

crianças²², sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, o que Von Justi²³ caracteriza como “ciência da polícia”, onde o Estado se preocupa com a felicidade pública tentando aumentar a consolidação de seu poder. O conteúdo destas publicações questionava os costumes educativos do século, constituindo-se como um início da crítica à hospitalização dos expostos. Para tanto, o referido autor argumenta que o fato da imagem da infância ter mudado é devido ao surgimento da medicina doméstica que conduziu as classes burguesas a subtrair seus filhos da influência dos serviçais, e ao desenvolvimento da economia social que começou a “orientar” as vidas dos pobres para obter, na verdade, mais trabalhadores com o mínimo de gastos possível. Tal tendência constitui o início do surgimento da “filantropia”; vejamos sua definição:

Como designação genérica, qualifica o conjunto das obras sociais e humanitárias de iniciativa privada. No sentido específico [tais obras colocam-se] em oposição às fundações religiosas, sendo obras pluralistas, neutras ou interconfessionais, sem finalidade missionária. (MARCÍLIO, p.74).²⁴

Mesmo assim, segundo Donzelot não se pode conceber a filantropia:

como uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante (...) ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado (p.56).²⁵

Todavia vale salientar que a proposta caritativa foi incorporando objetivos e estratégias da filantropia, e esta última por sua vez não descartou na prática todos os princípios religiosos apresentando-se concretamente como mais um modelo assistencial. Tal debate refletiu-se no Brasil tanto que em meados do século XIX começa uma campanha para a abolição das Rodas; dessa forma, segundo Gondra (2004) a ordem médica argumentava que “o socorro aumentaria o gênero do mal

²² Produção literária dos médicos Brouzet, Raulin, Leroy, Buchan, entre outros.

²³ *Apud* Donzelot.

²⁴ *Op. cit.*

²⁵ *Op. cit.*

socorrido” (*apud* FARIA FILHO, p. 126); e os defensores dos asilos, Casas de Roda, hospícios, os avaliavam positivamente, pois segundo eles inocentes estavam sendo salvos. Na realidade todos eram influenciados por parâmetros de ordem moral, mas para os segundos a caridade era a razão chave.

A extinção de tais instituições foi requerida pelos médicos higienistas²⁶ que as apontavam como redutos de filhos de prostitutas, de uniões ilegais, por agregar crianças com deficiências físicas ou mentais e sobretudo pelos altos níveis de mortalidade, sendo que em 1852 no País, a cifra era de 82% ²⁷. Entre as causas dos prematuros óbitos mais apontadas pelo discurso médico eram a hereditariedade, a amamentação mercenária (que veremos logo a seguir), a ignorância, a pobreza, o alcoolismo que deixava seqüelas nos filhos, por sua vez originados por famílias desestruturadas, por pais moralmente “decaídos”. Ademais, os primeiros juristas começaram também a opinar sobre o assunto. Mesmo se ainda de forma embrionária, novas leis iniciaram a se esboçar para proteger a criança abandonada com o intuito de conter um problema que começava a perturbar a sociedade: a da adolescência infratora.

Não obstante, as últimas Rodas no Brasil resistiram até três de outubro de 1951, como o caso da cidade de São Paulo, pois no País o movimento contra estas instituições tornou-se menos forte que na Europa.

Além disso, outro elemento que testemunha a prática do abandono (antes dos estudos de Louis Pasteur e da amamentação artificial) é a difusão da prática da amamentação mercenária, isto é o sistema de *amas-de-leite*, que permanecerá no

²⁶ “O ‘Higienismo’ criou todo um conjunto de prescrições que deveriam ordenar a vida, nos seus mais variados aspectos: na cidade, no trabalho, no comércio de alimentos, no domicílio, na família, nos corpos. Costumes e hábitos cotidianos, os prazeres permitidos e proibidos e a sexualidade deveriam seguir o parâmetro médico-sanitarista” (MATOS e SOLHET, 2003, p. 110).

²⁷ Corazza, *Op. cit.*

País até aproximadamente 1930²⁸. Tais nutrizes eram divididas em duas categorias: de um lado as amas internas que eram poucas, e do outro a grande maioria que amamentava em suas próprias casas, cuidando das crianças geralmente até três anos de idade. De modo geral estas mulheres provinham das classes sociais mais carentes da sociedade; as européias viviam nas áreas rurais, diferentemente das brasileiras que estavam instaladas nas zonas urbanas. Todas eram mulheres livres, solteiras ou viúvas, não tinham formação sobre alimentação infantil, higiene e cuidados com os bebês além do que seus salários eram muitos baixos. Elas mesmas iam aos hospitais, nas casas dos expostos, para levar os recém nascidos, ou às vezes estas instituições os enviavam através de condutores até a casa da ama. Muitas vezes os bebês não chegavam vivos, segundo Marcílio²⁹ na Europa 90% morriam na viagem e nos três primeiros meses de permanências com as nutrizes.

As primeiras mulheres que entregaram seus filhos às amas foram francesas, e no século XVIII³⁰. Tal prática se estende por todas as camadas da sociedade, porém, como observa Banditer (1985, p.102) “as aristocratas foram as primeiras a praticar a arte de viver sem filhos”. Segundo a autora, as mulheres abastadas não pensavam em amamentar elas mesmas os filhos, e aos poucos as outras menos favorecidas também se comportaram da mesma forma. A pesquisadora francesa aponta como causas o fato que nessa época as “tarefas maternas” não eram valorizadas na sociedade, até eram consideradas uma coisa vulgar, além disso, a França e a Inglaterra foram países mais liberais em relação às mulheres comparando com o comportamento das italianas ou espanholas. No Brasil, o desejo

²⁸ O poder médico já condenava este hábito a partir de meados do século XIX, com o intuito de valorizar o papel da mulher representando-a como “guardiã do lar”.

²⁹ *Op. cit.*

³⁰ Porém este hábito concluiu-se aos poucos na década de 1780 à causa de uma epidemia de sífilis que circulava entre as amas-de-leite.

egoísta e narcisista de manter o corpo belo e o medo de perder o marido são as causas principais que os médicos higienistas julgarão e que jogarão como culpas nas mães ditas irresponsáveis e pecadoras por se recusar aleitar (RAGO, 1985). Começou desde então a tentativa dos moralistas de convencer estas mulheres sentir sua “vocação natural” para a maternidade, como se elas tivessem que descobrir algo que já estava dentro de si, isto é, só por elas serem mulheres. Mostrando os perigos que a criança estava correndo ao ser alimentada por uma estranha e constatando as altíssimas taxas de mortalidade infantil, os médicos propõem que as crianças não deixem os hospitais de expostos, e também criticam as famílias ricas que mesmo podendo não cuidam dos próprios filhos.

Doravante, as mulheres viriam a ser o centro das atenções, ora por ser amas ignorantes, mães irresponsáveis, ora insensíveis garotas pecadoras, e por fim protetoras, e até provedoras...

1.2 DE MÃE PROTETORA À MÃE PROVEDORA

Como foi, já antes, colocado, o século XVIII, lembrado como o “século das luzes”, mostra uma revolução das mentalidades. Esta transformação não se deu repentinamente, e os seus efeitos perduraram, já que, lembrando Freud:

Três feridas narcísicas foram infligidas ao sujeito ocidental entre meados do século XVI e o início do século XX: a perda do controle do universo, por Copérnico, a perda da origem divina do homem, por Darwin, a perda da plenitude do eu, pela psicanálise (*apud* ROUDINESCO, p. 68).³¹

O Iluminismo traz transformações ideológicas no campo político e social, e considera a inteligência como o supremo valor social e por consequência, a razão se torna imprescindível instrumento para o progresso social. Começa a industrialização

³¹ *Op. cit*

e a conseqüente urbanização européia, provocando um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico que explodirá ao longo do século XIX. O novo mundo urbano que se distanciava do universo rural atraía as elites da época: eram as luzes das cidades e a metrópole os exemplos a seguir do moderno e do civilizado, apesar de que, todo este progresso provocou o exacerbar da pobreza e o aumento do abandono de crianças, mais ainda, nas grandes cidades.

O liberalismo que formou uma moral burguesa e individualista acabou apoiando as novas teorias que dominavam as práticas de assistencialismo como o utilitarismo e o higienismo. Tal assistencialismo utilitarista tinha pretensão de ser “científico” e “modernizante”, isto é, o novo paternalismo de cunho econômico priorizava o cuidado com os expostos pelo fato de considerá-los novos instrumentos³² de progresso.

Nessa perspectiva, não podemos esquecer que a influência da moral continuou presente, pois foi também à causa do conceito de honra da mulher a ser preservado (princípio trazido pelos colonizadores para a América Latina), que existiram tantas crianças expostas na Europa e no Brasil. Eis o que relata a este respeito o claríssimo depoimento (1902) de uma mãe solteira nobre que ao deixar seu filho na Roda de Salvador, suplica:

Não é levado aí por abandono de sua extremosa mãe, pois ela compreende o verdadeiro amor e os deveres maternos e tem recursos intelectuais e pecuniários para ministrar-lhe o indispensável. É unicamente por dignidade pessoal e de família, que é indispensável coonestar por algum tempo, isto é, não tendo a criança em casa alguma particular, **para não aparecerem maus juízos ou conclusões que comprometam**; pois é fruto de um amor infeliz! (*apud* MARCÍLIO, p. 262).³³

³² Absurdamente algumas crianças chegaram também a ser utilizadas como cobaias para experimentos médicos, como para o caso da inoculação da varíola (MARCÍLIO, *op.cit.*).

³³ *Op.cit.*, grifo nosso.

No século XIX tal moralização se aplicou no País no ato de recolher as órfãs e expostas; segundo quanto relaciona um dos Relatórios anuais de Presidentes de Província do Império em Santa Catarina em 1862, na ilha de Desterro as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula³⁴ abriram excepcionalmente no seu Recolhimento:

uma aula gratuita de instrução primária para as meninas pobres (...) onde as alunas são instruídas não só no conhecimento das primeiras letras, como na doutrina cristã (...) aulas de gramática da língua nacional, francês, geografia, prendas domésticas, **educação moral própria para formar mães de família** (*apud* MARCÍLIO, p. 176).³⁵

Considere-se que, após o período necessário, as meninas saíam das Rodas de Expostos sendo que algumas tentavam juntar-se a uma família ou a alguém que pudesse ampará-las, mas as que não conseguiam eram destinadas a andar com mendigos ou, na maioria destes casos seu destino era a prostituição, e este é o motivo pelo qual as instituições proibiam as educandas que ainda não tivessem expirado seu prazo de estada de sair dos Recolhimentos, isto para evitar que perambulando fossem mal vistas.

Como observam a citada autora e Santos M. (*in*: DEL PRIORE, 2000) a partir da segunda metade do século XIX existem dois tipos de ensino direcionado às meninas: para as elites formam-se mulheres-mães com competência em boas maneiras burguesas, para as das classes populares o objetivo é torná-las boas donas de casa ou criadas bem treinadas, sobretudo disciplinadas para o mundo do trabalho.

³⁴ As primeiras irmãs vindas de Paris em 1850 inauguraram uma nova maneira de administrar estes asilos introduzindo a disciplina, os horários estabelecidos, as regras básicas de higiene, a educação formal e profissionalizante. Na ilha de Desterro o asilo abrigava meninas de sete a dezesseis anos.

³⁵ *Ibid.*, grifo nosso.

Esta distinção podemos entreve-la na linda descrição que a historiadora Perrot (1992) faz a propósito da mulher “como deve ser”³⁶ na França do século XIX:

A mulher burguesa cobre seu corpo segundo um código estrito que a cinge, espartilha-a, vela-a, enluva-a da cabeça aos pés. E é longa a lista dos lugares onde uma mulher “honesta” não poderia se mostrar sem se degradar. A suspeita persegue-a em seus movimentos; a vizinhança é espiã de sua reputação, até seus criados a espreitam; ela é escrava mesmo em sua casa, que lhe designa o salão (...) É certamente a mais prisioneira das mulheres (...) **A mulher do povo** tem maior independência nos gestos. Seu corpo se mantém livre, sem espartilho; suas saias largas prestam-se à fraude: antigamente, as mulheres fingiam estar grávidas para passar com o sal na frente dos coletores da gabela (...) A dona-de-casa anda com a cabeça descoberta... ela tem gesto e revide rápidos. É uma mulher explosiva, cujas reações são temidas pelas autoridades (...) sempre em busca de uma oportunidade de alimento (...) ela esquadrinha, furta, revende, rainha dos pequenos ofícios e do comércio miúdo (pp. 200-201).³⁷

Paralelamente, no solo brasileiro podemos ainda refletir sobre representações de mulheres segundo um estudo de Pedro (2003) sobre os corpos femininos publicados nos periódicos³⁸ da capital catarinense; neste caso também identificamos distintas mulheres, ou seja, umas, criadoras e educadoras das novas gerações, outras, infanticidas e envolvidas com abortos:

É à mulher que os penitenciais, os artigos, os interrogatórios e os párocos da Igreja dirigem-se. As práticas do abandono, do aborto e do infanticídio tornaram-se um pecado de mulher e não do homem (p.161).³⁹

Além do mais a mesma autora relata que na Capital, principalmente a partir dos anos 50, o tema do aborto ganha muito espaço nas páginas dos jornais à causa dos numerosos inquéritos policiais e processos judiciais.

³⁶ Esta, fundamentada na leitura de Balzac, “*Scènes de la vie privée*”.

³⁷ Grifo nosso.

³⁸ “A imprensa como divulgadora de idéias e construtora de opiniões, a exemplo do ocorrido em outros centros urbanos, foi um dos mais eficientes órgãos da elite de Florianópolis, no que tange à implantação de seus projetos de urbanização e limpeza moral da cidade” (PEREIRA I., 2004, p. 37).

³⁹ In: Matos, Maria I. de; Solhet, Rachel (Org.). (*Op. cit.*)

De resto o que é novo, se fizermos uma comparação com os dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno visto como um valor “natural”⁴⁰ e socialmente útil à espécie e a sociedade. Ainda que na prática os comportamentos tardassem a se modificar, a imagem da mãe e sua importância mudam profundamente.

No final do século XIX, no Brasil, instaura-se uma batalha por uma população mais branca possível, assim, estão presentes em todos os discursos higiênicos a luta contra a mortalidade infantil, a proteção à infância, o entusiasmo pela imigração de europeus e a valorização da maternidade, da mãe de família. Para alcançar estas proposições as atenções são dirigidas para a educação da mãe que se encarrega de preparar o cidadão para a vida pública. Segundo os dados recolhidos por Marcílio⁴¹, os resultados desta incansável luta começaram a ser visíveis somente depois da década de 1930 quando temos no País uma queda dos índices de mortalidade infantil. Em suma, a Filantropia, que exalta a suprema importância do cuidado com os corpos, acompanha uma outra preocupação, a valorização da família, das relações mãe/filho como elemento indispensável para o desenvolvimento harmônico da criança.

Por outro lado, observemos a afirmação de Banditer:

Os aparelhos que aprisionavam a criança [enfaixamento] e protegiam de quedas eram auxiliares úteis para a mãe, que podia diminuir sua vigilância. Sua supressão significa que uma maior atenção é exigida dela. Nesse caso a libertação da criança não se fez sem a alienação da mulher mãe. A couraça de que se liberta a criança representa tempo, e, portanto vida, tomado à mãe (p. 208).⁴²

⁴⁰ Podemos incluir nesta perspectiva também o amor à pátria, que segundo as teorias dos médicos higiênicos ele existiria na natureza, surgindo em épocas específicas da evolução biológica e desenvolvendo-se em certas condições.

⁴¹ *Op. cit.*

⁴² O costume de enfaixar os bebês os encerrava, impedindo-lhes qualquer liberdade de movimento; (*Op.cit.*).

Assim, este novo modo de vida que começa já no final do século XVIII faz com que a mãe adquira uma importância que jamais tivera, a família moderna se recentra em torno dela que, doravante terá que cuidar integralmente de seus filhos como se eles fossem “suas únicas ambições (...) para eles ela sonha um futuro mais brilhante, seguro mais do que o seu” (BANDITER, p. 212).⁴³

Segundo os moralistas da época, a nova mãe protetora terá este nobre papel, isto é, a maternidade será ilustrada como uma função gratificante, inspirada por um ideal que na maioria das vezes é sustentado pela religião, tanto que a já citada autora observa:

Evoca-se frequentemente a vocação ou o sacrifício materno, isto indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho (p. 223).⁴⁴

No entanto, quando as mulheres mais ricas começam a manter os filhos perto de si, as operárias e esposas de artesãos entregarão por muito tempo as crianças a uma ama, ou para elas mesmas serem amas das crianças da cidade, ou para ajudar o marido na lavoura. Tal prática se prolongará até o começo do século XX dada a invenção da esterilização que permitirá a liberação do uso da mamadeira.

Naturalmente o trabalho feminino é condenado pelos moralistas que não admitem por nenhum motivo tal hábito, que na verdade era ditado por extrema necessidade, mera sobrevivência.

Além disso, é importante acrescentar que as mulheres eram também responsabilizadas frente à sociedade pela conduta dos seus maridos, pois “todos repetem que os homens são o que as mulheres fazem deles”⁴⁵. Ao mesmo tempo, o

⁴³ *Op. cit.*

⁴⁴ Lembramos que foram os irmãos maristas que cuidaram por trinta anos dos internos do AM, cuja devoção é dirigida, segundo as regras da ordem, à Mãe de Jesus; *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.* p. 258.

juízo recai sobre o homem pobre que é visto automaticamente como um péssimo pai, um marido violento que na maioria das vezes se excede no álcool, não tem educação e não sabe transmitir para os filhos os valores morais e sociais.

Como que o chefe de família se torna responsável por seus membros:

daí decorre que a não pertença à uma família, a ausência de um responsável sócio político coloca um problema de ordem pública. É o nível das pessoas sem fé, sem eira, nem beira, mendigos e vagabundos que, por não estarem ligados ao aparelho social, desempenham o papel de perturbadores nesse sistema das proteções e obrigações (DONZELOT, p. 50).⁴⁶

Disto decorre que certamente pela ciência médica e jurídica da época tal pai terá como filho um vagabundo e delinqüente!

Voltando à questão das mentalidades sobre a idéia de infância e o papel de mãe e a compreensão de como se concretizou este processo, acreditamos ser importante regressar no tempo para ilustrar, mesmo que brevemente, a evolução da família.

Conforme Roudinesco⁴⁷ é possível distinguir no Ocidente três principais fases na evolução da família. A família dita “tradicional” priorizava assegurar a transmissão de um patrimônio, então nesse contexto os casamentos eram regulamentados pelos pais que não levavam em conta a vida sexual e afetiva dos destinados esposos. Nessa ótica:

a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino (p. 19).⁴⁸

Sucessivamente, tivemos numa segunda fase a família dita “moderna” onde está inserida uma lógica afetiva cujo exemplo aparece entre o final do século XVIII e meados do XX. A valorização da divisão do trabalho entre os cônjuges é promovida,

⁴⁶ *Op. cit.*

⁴⁷ *Op. cit.*

⁴⁸ *Ibid.*

todavia, no que diz respeito à educação dos filhos, é a nação que começa a encarregar-se desta tarefa fazendo com que a autoridade seja disputada tanto pelo Estado como entre os pais. De fato, como ressaltou Engels (1977), esta forma de família concentra todos aqueles antagonismos que difusamente se manifestarão na sociedade em seu Estado capitalista.

Em vários contextos podemos observar como, antes ou depois, as mulheres passam a ser também provedoras de suas famílias, como lembra Perrot:

Em tempos de crise as mulheres conseguem alguns recursos vendendo até suas roupas velhas, e defendem cada centímetro do seu direito de montar banquinhas, contra as regulamentações cada vez mais draconianas dos delegados de polícia que se inquietam com tais aglomerações sem controle (p. 201).⁴⁹

A propósito disto, achamos interessante o que pondera Engels:

A divisão do trabalho entre os dois sexos depende de outras causas que nada tem a ver com a posição da mulher na sociedade. Povos nos quais as mulheres se vêem obrigadas a trabalhar muito mais do que lhes caberia, segundo nossa maneira de ver, têm frequentemente muito mais consideração real por elas que os nossos europeus. A senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem uma posição social bem inferior à mulher bárbara, que trabalha duramente, e, no seio do seu povo, vê-se respeitada como uma verdadeira dama (pp. 51-52).⁵⁰

Sem muita surpresa, as mulheres que trabalhavam e que tinham certo salário no século XIX e início do século XX, provinham das classes camponesa e trabalhadora; segundo os dados de Tilly e Scott (*apud* GIDDENS, 1984) na Grã Bretanha de 1911 a maioria das trabalhadoras estava envolvida em atividades domésticas, sendo que 33% das que recebiam remuneração eram criadas; 16% confeccionavam roupas em casa; 20% trabalhavam nas indústrias têxteis. Não muito diferente mostrava-se o panorama francês, o que revela, apesar da expansão do capitalismo industrial, que as mulheres trabalhavam em setores próximos às tarefas

⁴⁹ Nas primeiras décadas do século XX; *Op. cit.*;

⁵⁰ *Op. cit.*

tradicionais que estavam habituadas a desenvolver. Todavia, percebeu-se que no solo inglês, na mesma data, 70% das trabalhadoras eram jovens e solteiras!

Enfim, posteriormente, a partir dos anos 60 assistimos ao surgimento da família contemporânea ou “pós-moderna” onde os indivíduos buscam sua própria realização íntima e sexual. Porém, a autoridade é transmitida de uma forma problemática à causa do surgimento das separações, divórcios, e recomposições conjugais. Por esse motivo:

Até 1970 [assistimos] à evolução da sociedade que homologou o declínio da função paterna em favor de uma autoridade parental dividida. Mas ao atribuir à esta uma hegemonia outrora reservada exclusivamente à vontade do pai, pôs fim ao poder patriárquico do qual resultara (p.102).⁵¹

E é aproximadamente a partir da segunda metade do século XX que a família passa a ser objeto de uma política de controle com o propósito de prevenir anomalias sociais e psíquicas, isto devido ao desenvolvimento da psicanálise, da psiquiatria, da pedagogia. A nação se esforça em garantir aos seus cidadãos um desenvolvimento e um cuidado jamais almejados; como se “a família fosse ameaçada de ser ela própria destruída de dentro” (p.146).⁵²

De resto, conforme Donzelot⁵³ quem se identifica com a família são os conservadores que prezam a ordem estabelecida e o retorno a um regime idealizado e também os liberais, que através dela vêm a garantia da instituição da propriedade privada, ao passo que, no início do século XX os socialistas utópicos ou científicos e as minorias anarquistas denunciam a família burguesa acusando-a de egocentrismo e hipocrisia, sendo espelho da ética da acumulação capitalista.

⁵¹ Giddens, (*op. cit.*)

⁵² *Ibid.*

⁵³ *Op. cit.*

Assim, se na Idade Média a criança atuava um papel de adulto logo após ter passado o período de elevada mortalidade, agora, segundo lógica burguesa ela será escolarizada, cuidada no corpo e no espírito para preparar-se a um futuro promissor.

No Brasil, com a importação das idéias correntes principalmente da Europa, os que não possuem vínculos de obrigações familiares serão objeto de atenções sistemáticas da parte do Estado, pois “conservar” as crianças implicará segundo os médicos e juristas o fim da vagabundagem, a prevenção da criminalidade e de toda corrupção da sociedade.

Os “menores”, que a partir do final do século XIX e início do século XX são juridicamente enquadrados, serão chamados, quando devidamente recuperados, “filhos da pátria”.

1.3 CRIANÇAS FUTUROS CIDADÃOS DA NAÇÃO

Marx (1968), ao referir-se à legislação contra a vadiagem, afirma ser uma reação antiga dos governos, vejamos quando:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis (...) Muitos se transformaram em mendigos, ladrões vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do século XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem (...) A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles (p.851).

Alguns séculos depois, podemos ver como ocorreram no Brasil planos similares. A partir da instauração do regime republicano (1889) o País conhece um longo período perturbado devido ao fim da escravatura (1888), a queda da monarquia, a progressiva separação da Igreja e do Estado, e ao temor do Governo

que multidões de “desclassificados” pudessem se tornar conscientes de sua força coletiva. De fato, no ano que foi extinto o regime de escravidão alguns deputados encaminharam ao Ministro da Justiça uma interpelação que ilustra tal preocupação:

Exigimos medidas do Governo para garantir a defesa da propriedade e da segurança individual dos cidadãos, já que estas, de acordo com os interpelantes, estavam seriamente ameaçadas pelas ordas de libertos que supostamente vagavam pelas estradas a furtar e rapinar (CHALHOUB *apud* RIZZINI, p. 101).⁵⁴

Da mesma forma, revoltas ocorreram lideradas por anarquistas que logo foram classificados como inimigos da ordem. Os anarquistas defendiam um projeto de futura sociedade sem poder soberano e combatiam não somente o Estado como também a Igreja, mas segundo Gomes (1994) o anticlericalismo⁵⁵ não era exclusividade deles, pois de uma certa maneira durante as primeiras décadas do século XX era também compartilhado pelas elites políticas brasileiras que defendiam uma nova racionalidade laica apesar de que não negassem a legitimidade da Igreja.

À causa destes fatores, “**modernização**” foi o imperativo dos governos que se sucederam à proclamação da república, pois como observa Giddens, existe uma forte ligação entre tal termo e desenvolvimento.⁵⁶

Nesse quadro, percebe-se que as crianças que mais são consideradas pelo Estado dignas de atenção são os “expostos”, os “orphaosinhos”, os “pobres meninos abandonados”, as “crianças criminosas”, os “menores delinqüentes”. Eis o que afirma Rizzini Irene (1997) sobre as causas desta vigilância:

Percebidos na sociedade da época como “contaminados” por uma pobreza indigna (...) eram os viciosos o principal alvo de intervenção social, no início do século XX no Brasil, por dois motivos específicos: primeiro porque representavam

⁵⁴ *Op. cit.*

⁵⁵ Para a expansão das idéias anarquistas foi significativa a ação da “Liga Anticlerical” que surgiu no Rio de Janeiro por volta de 1909.

⁵⁶ O autor determina que “A idéia-chave para a teoria da modernização é a de que as sociedades ‘subdesenvolvidas’ permanecem dominadas por instituições tradicionais das quais precisam libertar-se, caso pretendam alcançar a prosperidade econômica obtida pelo Ocidente (...) a maioria dos autores reconhecem (...) que o ‘subdesenvolvimento’ só pode ser superado pela adoção de modos de comportamento inspirados naqueles vigentes nas sociedades industrializadas” (*Op. cit.* p. 33).

um perigo que tinha que ser erradicado e, segundo, porque seus filhos precisavam ser salvos da influência perniciosa que os envolvia, a fim que pudessem seguir o caminho do trabalho e da virtude, tornando-se úteis ao país, em oposição ao caminho inexorável da degradação e da criminalidade que os esperava (p.106).

No que diz respeito aos “menores delinqüentes”, inicialmente o termo “menor” foi relacionado à idade e à sua ligação com a família, isto é, em quanto filho, segundo a relação de pátrio poder. Tal palavra aparece frequentemente no vocabulário jurídico brasileiro nesta passagem de século e continuou presente pela questão da especificidade da idade em relação à responsabilidade penal⁵⁷, aliás, até hoje a palavra evoca um estado onde a criança se encontra em situação de abandono e marginalidade, além de estabelecer sua condição civil e jurídica e os relativos direitos. Para estas categorias a atuação mais incisiva era a intervenção policial e jurídica onde o Juiz de Menores decidia as opções mais indicadas segundo os casos: permanência dos filhos e filhas nas próprias famílias, o internamento, ou a suspensão do pátrio-poder. Ao mesmo tempo, as famílias que não podiam assegurar condições de sobrevivência e escolarização aos seus filhos, recorreram ao Estado com o propósito de evitar a sua marginalização.

Ao término da Primeira Guerra vários tratados internacionais foram estipulados estabelecendo novas regras entre os países, como a aprovação da “Declaração dos Direitos da Criança” em ocasião da Conferência de Genebra de 1921. No Brasil, a estreita aliança entre Justiça⁵⁸ e Assistência decretou a ação

⁵⁷ O Código Criminal do Império de 1830 introduziu a minoridade penal aos catorze anos incompletos, mas sucessivamente o Código Criminal de 1890 estabelece que a idade de nove anos seja o limite mínimo para tal responsabilidade, ao menos que os “menores” entre 9 e 14 anos agissem sem discernimento. Os que eram considerados imputáveis eram internados em prisões junto com os adultos não existindo estabelecimentos correccionais específicos para eles.

⁵⁸ “A Justiça de Menores no Brasil foi fundamentada no debate internacional do final do século XIX, tendo a América Latina como uma espécie de laboratório das idéias que circulavam na Europa e na América do Norte (...) logo após a proclamação da República (...) foram elaboradas *leis de proteção e assistência ao menor* (...). inventados *tribunais para menores*, reestruturadas as instituições para a infância (asilares e carcerárias) e criado um sistema de *liberdade vigiada*, destinado a manter parte dos menores fora do asilo, porém sob cerrada vigilância” (RIZZINI, p. 215-216, grifo da autora); *ibid.*

tutelar do Estado que por sua vez instituiu, na década de 20, o Juizado de Menores e o Código de Menores, cujas características específicas veremos no decorrer do próximo capítulo.

Assim, no intuito de verificar os contextos nos quais estas crianças se encontram e para encontrar causas e levantar estatísticas, o Estado começa a vigiar além das mães os pais também. Para cada carência paterna encontrada, a autoridade estatal substitui com novas instituições e novos profissionais, como por exemplo o juiz de menores, o professor, a assistente social. Noutros termos, assistimos à substituição “do patriarcado familiar por um **patriarcado de Estado**” (BANDITER, p. 289).⁵⁹

No entanto, nestas primeiras décadas do século não será somente a Justiça a grande aliada do Governo. Conforme Rizzini Irene⁶⁰, para preservar a infância no Brasil que segundo os dados dos Censos Demográficos do IBGE aumenta de 6,5% entre 1900 e 1920, a intervenção médica⁶¹ continua seu papel de “guardiã dos lares pobres”, pois como já vimos esta ação já dura desde meados do século XIX, somente que agora se intensifica através de campanhas profiláticas e educativas haja vista a constituição do mercado de trabalho livre.

Não podemos esquecer de mencionar o prestígio que o Dr. Moncorvo Filho⁶² adquire no País, ele era um convicto seguidor da caridade cristã e teve muitas iniciativas para a infância pobre, acreditando na possibilidade de criar algo que substituísse o modelo do asilo. O aprendizado de uma atividade profissionalizante era também defendido por ele e pela maioria dos seus colegas, isto para manter a

⁵⁹ *Op. cit.*, grifo nosso.

⁶⁰ População residente de 0 a 19 anos. *Op. cit.*

⁶¹ Os Centros de Saúde começam a se especializar no atendimento materno-infantil, coadjuvando o desenvolvimento da maternologia e pediatria.

⁶² Carlos Arthur Moncorvo de Figueredo Filho (1871/1944) cujo pai o Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueredo (1846/1901) é considerado o fundador da pediatria científica no Brasil.

criança ocupada, para evitar que perambulasse e se “perdesse” sem ter o que fazer.⁶³

Assim, na noite de 24 de março de 1899 é fundado por iniciativa do referido médico o primeiro “Instituto de Proteção e Assistência à Infância” (IPAI) no Distrito Federal, para abrigar crianças pobres, doentes, moralmente abandonadas, além do que, a partir desta construção foram organizados encontros e difundidas publicações sobre esta área. Tal instituto foi irradiador “do que ficou conhecido como assistência científica, um conjunto de concepções resultante da união entre a ciência e a ordem capitalista internacional” (MERISSE, 1997, p. 37). Em 1902 é a vez do “Instituto Disciplinar” de São Paulo que educa profissionalmente os mendigos; em 1909 são criados Institutos Profissionais para “menores” pobres, e em 1911 as escolas profissionais masculinas e femininas.

Os ideais do Dr. Moncorvo Filho são muito bem expressos no discurso que pronunciou em ocasião da inauguração de uma filial do seu Instituto em Petrópolis; diz ele em 1920:

Sempre tive como inconcussa verdade aquilo que ainda mui recentemente dizia, na Inglaterra, durante a “Semana da Criança”, William Cheverry: “Nada mais dignifica uma Nação do que os cuidados nella empregados com a infância”. E ainda mais: “O progresso de uma Nação infere-se pelo passado de sua infância; o modo porque são alimentadas, educadas e investidas nas suas responsabilidades de procreadoras são as indispensáveis realidades da vida social” (*apud* RIZZINI IRENE, p. 139).⁶⁴

O mesmo médico em 1911 cria no Maranhão o “Hospital Infantil Moncorvo Filho”, enquanto que em São Paulo seu discípulo o pediatra Dr. Clemente Ferreira

⁶³ Já à partir do Império os expostos das Rodas eram solicitados para as oficinas de artesãos e nas pequenas fábricas que aos poucos estavam surgindo: “Esse sistema funcionava como uma troca de benefícios: para os patrões, que tinham mão-de-obra dócil e gratuita; e para as crianças e jovens, que tinham oportunidade de treinamento e aprendizagem em uma atividade profissional, além da experiência – que para a maioria era a primeira – de viver fora do estabelecimento total e enfrentar a realidade tanto familiar como do trabalho” (MARCÍLIO, p. 290), *op. cit.*

⁶⁴ *Op. cit.*, grifo nosso.

institui uma “Consulta de Lactante” e um “Gabinete de Exame de Nutrizes Mercenárias”.

Como assinalado anteriormente, a recém formada nação começa a exigir o maior número de trabalhadores sadios para construir seu futuro, o que leva os médicos a sentirem-se indispensáveis frente aos governantes para solucionar o problema do aumento das crianças desamparadas e da taxa de mortalidade, o que prova uma crescente intervenção da medicina no campo da política além da sua vigilância no espaço privado das famílias.

Assim, em 1º de março de 1919 é fundado o “Departamento Nacional da Criança” (DNCr), pelo Moncorvo Filho, com o auxílio da iniciativa particular. Tal Órgão supremo fiscalizava todas as atividades relativas à assistência à criança, ao adolescente e à mãe. Entre as suas finalidades estavam: um levantamento das instituições de assistência à infância dos estados; a promoção de estudos sobre natalidade e mortalidade infantil para buscar medidas para beneficiar as crianças abandonadas; incentivar a criação de Associações ou Ligas de Beneficência em prol das mães e de crianças pobres; efetuar consultas a lactantes; criar jardins-de-infância, colônias de férias, centros de higiene infantil. Tal Departamento coordenava Campanhas Nacionais pela Alimentação da Infância e também foram criadas as “Semanas da Criança” para instruir as mães.

Na mesma ótica, em 1922 ocorreu por iniciativa do referido médico o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, na abertura da manifestação o Dr. Presidente sentenciou:

Não há, de facto, despesa mais compensadora do que aquella com a qual, mitigando-se as rudezas do grande assedio de males a´ infancia, se prepara uma raça vigorosa, intelligente e adestrada para os embates da existência. É esse, evidentemente, o alicerce sobre o qual deve assentar a grandeza da pátria que tanto amamos (*apud* RIZZINI, p. 94).⁶⁵

⁶⁵ *Ibid.*

Vale salientar que o Departamento continuou sendo o principal órgão formulador da política oficial para a infância no Brasil por quase trinta anos, impulsionado com a criação em 1930 do Ministério da Educação e Saúde Pública, e pelo exemplo dos países europeus que haviam criado políticas específicas decorrentes da Segunda Guerra.

A idéia propulsora do Órgão era que a medicina preventiva, no específico do que então se denominava “ciência da puericultura”, fosse o instrumento mais adequado para solucionar as carências das crianças e de uma maneira geral da família que era vista como principal responsável pelo estado das mesmas.

Podemos então afirmar que no País as formas de atendimento caritativa e filantrópica e a sócio-jurídica coexistiram ao longo da história das políticas direcionadas à infância que era declarada juridicamente abandonada, sendo difícil determinar o limite de atuação de uma ou outra vertente.

Constataremos, aliás, que independentemente das legislações sucessivas, o trabalho torna-se o fator disciplinar e corretivo para muitos jovens, tendo sido a educação através e para o trabalho, uma das principais linha de ação das instituições direcionadas ao atendimento de “menores”.

Uma das primeiras tentativas do Governo Federal de colocar em prática tal propósito foi a criação na década de 20 dos patronatos agrícolas⁶⁶ que perduraram no País por 12 anos sob a coordenação do Dulphe Pinheiro Machado, Diretor do “Departamento Nacional do Povoamento” e sucessivamente do Ministério da Agricultura, com a finalidade de incluir os menores tutelados na vida rural. Em total funcionaram 20 patronatos, nos Estados do Pará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁶⁶ Regidos pelo Decreto n. 13.706 de 25/07/1919. (RIZZINI IRMA *in* PILOTTI e RIZZINI IRENE, *op.cit*)

A vida curta destes patronatos foi devida à crença que os sustentava (que também não perdurou) na superioridade da vida do campo sobre a da cidade, uma incerta administração, e a constatação do então Ministro da Agricultura Juarez Távora de que estas instituições não se diferenciavam dos outros asilos.

Ao mesmo tempo, com a exigência de elevar cada vez mais a produtividade do trabalho nos primeiros estabelecimentos fabris do País, assistimos as primeiras manifestações grevistas que se concentraram nos anos 1917 e 1920; isto aumentou:

O desejo patronal de determinar os caminhos da formação do proletariado, impedindo sua autoconstrução espontânea enquanto classe, [que] manifesta-se de maneira cada vez mais sofisticada e ramificada, à medida mesmo que o movimento operário se organiza e ameaça escapar ao controle do poder (...) tal prática patronal oscila entre o exercício da repressão direta e o **paternalismo** defendido por alguns patrões (RAGO, p. 33).⁶⁷

Tal paternalismo estratégico operará através de concessões que gravitarão em torno das fábricas, como escolas, farmácias, cooperativas, armazéns, na tentativa de apregoar a idéia de que patrões e trabalhadores fazem parte de uma mesma comunidade, e lutam pelos mesmos ideais.

Paradoxalmente, com o capitalismo as crianças serão exploradas pela mesma lógica progressista que em outras instâncias pretendeu, através de legislações, livrá-las dos abusos e excessos.

Em suma, podemos asserir que a negação da infância começou primeiro com o não reconhecimento das especificidades de sua condição psicológica, física e social, continuou quando já a partir do século XVIII, a pedagogia ocidental sonha com uma “idade de ouro do infantil”⁶⁸ e projeta em suas instituições escolares uma realidade distorcida sem conflitos, subestimando a capacidade de entendimento dos seus alunos, e por fim insistiu em negá-la quando precocemente quiseram tratar os jovens como adultos decidindo predestiná-los a ser úteis cidadãos da pátria.

⁶⁷ *Op. cit.*, grifo nosso.

⁶⁸ Expressão utilizada por Corazza (*op. cit.*, p. 25.).

2º CAPÍTULO – PANORAMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL – (1924- 1990)

2. 1 UM PARÊNTESE HISTÓRICO

A história da política de atendimento à infância abandonada não está desvinculada do contexto social, político e econômico mais amplo. Assim, antes de focar nosso objeto de estudo, para se entender a implantação e atuação do AM de Florianópolis (fundado em 1940), faz-se necessária uma breve contextualização do País anterior àquele período.

Marx⁶⁹ coloca que, quando as usinas iniciaram a se instalar progressivamente nas cidades, os patrões industriais dispensaram os *workhouses*, sendo a mercadoria-força de trabalho infantil diretamente entregue aos fabricantes pelo pai de família, lembrando que na origem da indústria as crianças aprendizes consideradas aptas ao trabalho eram fornecidas pelas paróquias que estipulavam acordos com os donos dos estabelecimentos.

Segundo Scavoni (1994), Draibe (1985), Furtado (1977), a economia urbano-industrial brasileira se consolida com a revolução de 1930. Tal data constitui o início do decurso formativo do Estado enquanto Estado nacional moderno. Para o País era imprescindível mostrar-se como Executivo competente e eficaz, assim, começou a atuar por meio de um corpo cada vez maior de funcionários, isto é, novos técnicos burocratas que neste contexto revestiram-se no papel de promotores do desenvolvimento. As políticas sociais que surgem a partir deste período, têm como

⁶⁹ *Apud* Nogueira (1993).

eixo principal o trabalho, com a função de preservar os interesses econômicos dos conflitos entre classes, em favor da harmonia e paz social.

Tal propósito, de resto, não se resume somente às contingências da época, pois o trabalho e a atenção dirigida a este, como ressalta Marx na “Ideologia Alemã”, são produtos da história; ele afirma que:

não há nada fora do trabalho; não há nada de humano que exista antes do trabalho; que não existe nenhuma necessidade antes de ser, pelo trabalho, pelo trabalho produzida como necessidade humana.⁷⁰

O Estado começa então a planejar as políticas sociais com o objetivo de gerenciar a cidadania reconhecendo legalmente algumas profissões. Dessa forma, o Estado “generalizou e institucionalizou direitos e garantias cívicas e sociais, sempre no sentido de efetivar as condições necessárias ao projeto do capital monopolista” (SCAVONI, p. 25).⁷¹

A revolução de 1930 expressa o fim da hegemonia do setor agrário-exportador na condução do Estado e da sociedade brasileiros. A necessidade de incrementar a indústria nacional era também ditada pela grande depressão econômica de 1929 que fez diminuir o poder de compras no exterior e aumentar a demanda interna, e pela crise da economia cafeeira das últimas décadas do século XIX (FURTADO).⁷²

Este período é marcado pela “incapacidade de qualquer grupo social de formular e implementar um projeto político legítimo e coerente para a Nação” (COSTA, 199..., p.14). Tais fatores favoreceram a ascensão de um regime autoritário cujas políticas sociais se tornaram o fundamento do período reconhecido no Brasil como “Estado Novo” (1937-1945).

⁷⁰ *Apud* Figueira Goldfarb, Fani. “O trabalho como primeira necessidade humana: uma concepção da história”. p.07.

⁷¹ *Op. cit.*

⁷² *Op. cit.*

Ora, tal período se assemelha ao do Estado militar de 64, porém através das reflexões de Ortiz (1988) identificamos que o quadro econômico do regime militar apresenta-se distinto; o referido autor afirma que é bastante unânime a opinião de que o Golpe instaura-se não somente como expressão de um poder militar mas também como manifestação de desenvolvimento do capitalismo no País. Todavia, o mesmo autor acrescenta que, por outro lado, a exigência do País de sair do subdesenvolvimento fez com que existisse uma visão acrítica do mundo moderno.

Do ponto de vista jurídico, em 1934 é promulgada no Brasil uma nova Constituição redigida por Francisco Campos, considerado por Cunha (1989) o principal teórico do Estado Novo. Cunha ressalta que “o Estado Nacional deveria possuir uma grandeza **mítica**, dirigido por um homem forte e admirado pelo povo, disposto a fazer justiça mediante o uso da autoridade” (p. 99)⁷³.

Com Getúlio Vargas no poder o planejamento econômico do Estado Novo previu diversos conselhos técnicos como o “Conselho Nacional do Petróleo” (1938), a “Comissão do Plano Siderúrgico Nacional” e a do “Plano Rodoviário Nacional” (1942).

Vale salientar, que:

os grupos dominantes, Getúlio Vargas à frente (...) tão elitistas quanto os chefes liberais-conservadores da República Velha, julgavam que só uma elite intelectual formada por técnicos, políticos e militares estava apta a interpretar os verdadeiros interesses nacionais e disciplinar a participação do povo (ALENCAR; CARPI; RIBEIRO, 1996, p.320).

Além dos técnicos e empresários, os dirigentes das Forças Armadas também exercitavam cargos nestes órgãos, muitos adquiriram importantes papéis no Estado Novo. Este regulava a acumulação de capital, interferia no sistema de crédito, na política de cambio, fiscal e salarial; tanto que:

⁷³ Grifo nosso

o Estado centralizador autoritário e sob o domínio da alta burocracia civil e militar e dos grupos oligárquicos e burgueses comprometidos com a **modernização conservadora**, comandava a afirmação do capital industrial “ (p. 327).⁷⁴

Para frear o movimento dos trabalhadores e ao mesmo tempo expandir os mercados da indústria nacional, o Governo se concentrou nos assuntos relacionados ao trabalho, assim em 1932 foi instituída a Carteira de Trabalho, em 10 de maio de 1943 foi a vez da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); foi fixado em “oito horas” o limite máximo da jornada de trabalho, bem como regulamentado o trabalho das mulheres e crianças. Institutos de Previdência foram criados para diversas categorias (IAPs), além do “Conselho Nacional de Serviço Social” (CNSS). Em 1945 foi decretada a “Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil”, que criava por sua vez o “Instituto dos Serviços Sociais do Brasil” (ISSB), com o objetivo de reorganizar todos os serviços de previdência e assistência social, cujos coordenadores faziam parte da burocracia estatal.

Com a progressiva industrialização a burguesia comercial ganha força ao passo que a aristocracia rural começa a perder poder, e o operariado urbano inicia as tentativas de organizar-se para reivindicar melhores condições de trabalho. Todavia, o movimento operário é perseguido durante o Estado Novo energicamente. No esforço de limitar o aumento das reclamações, Vargas tentou atrair para si este público emergente constituído pela classe operária e classe média. Neste sentido, Cunha coloca:

eram muito freqüentes nessa época grandes comemorações que serviam sobre modo para **mitologizar** o Estado Novo, transformando Getúlio Vargas num herói coletivo” (p. 45).⁷⁵

E ainda:

⁷⁴ *Ibid.*, grifo nosso.

⁷⁵ *Op. cit.*, grifo nosso.

a figura da autoridade surgia como princípio **divino**, necessário para a segurança e a realização do bem comum (...) o totalitarismo (...) disfarçado em exigência social, instala-se (...) como dispositivo que tende a aglutinar a sociedade e a exterminar todos os sinais de divisão social. Todos deveriam cooperar negando-se a si mesmos, em favor do Povo-Uno. (SOUZA, R., 1996, p.39).⁷⁶

Todavia, o Estado com a instituição da carteira de trabalho atrelou o direito dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado, apesar de que, já nas primeiras décadas do século XX desenvolvia-se por parte dos empresários e operários o princípio de regular e consolidar os direitos trabalhistas, lembrando a greve geral que desestabilizou o país em 1917.⁷⁷

Como já foi antes ilustrado, a revolução de 1930 que colocou Vargas no poder tinha como principal objetivo construir uma nação moderna. Em vista disto, surgirá uma importante colaboração entre Estado e Igreja e de fato Vargas precisou dos católicos para equilibrar a situação do país, haja vista os emergentes grupos que lutavam pela primazia revolucionária. Esta é a principal razão pela qual os católicos tiveram muitos dos pedidos atendidos na constituição promulgada em 1934.

Esta aliança é assim explicada por Souza :

somente uma sociedade cimentada no princípio de manutenção religiosa era capaz de promover o bem-estar de todos e instaurar a justiça social (...) os membros desta sociedade deveriam se sensibilizar e reordenar suas condutas, auxiliados pelo mecanismo religioso (p.12).⁷⁸

Ao mesmo tempo, a Igreja sentia no regime autoritário de Vargas a segurança de proteger o cristianismo das ameaças comunistas.

Durante o Estado Novo a Igreja teve grande influência sobre o campo da educação, visto que já com a Encíclica de Pio XI (década de 30) esta fortaleceu os seus direitos

⁷⁶ Grifo nosso.

⁷⁷ Na realidade, quando Getúlio Vargas assumiu Leis, como as de acidentes de trabalho e de férias, elas já existiam. O Estado estabelece benefícios sociais à classe trabalhadora como um presente doado por ele, tal atitude é movida pela “ideologia da outorga” (GOMES, 1994).

⁷⁸ *Ibid.*

na obra educativa⁷⁹ mesmo porque isto não iria dificultar o Estado na criação de escolas que preparassem para o desempenho de algumas de suas funções e para o exército.

Com o intuito de centralizar e integrar o sistema nacional de ensino foram criados em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública⁸⁰ o “Conselho Nacional de Educação” e o “Conselho Consultivo do Ensino Comercial”, responsáveis por determinar as diretrizes gerais para o ensino primário, secundário, superior e técnico profissional. Após este período realizaram-se sucessivamente diversas reformas educacionais, como a “Lei Orgânica do Ensino Industrial” - promulgada em Janeiro de 1942 – que visava a preparação profissional do trabalhador haja vista a ampla demanda do mercado de trabalho na época. Tal lei previa também cursos de aperfeiçoamento e cursos avulsos que tinham por objetivo atualizar conhecimentos. A estrutura do ensino era assim composta: ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal e aprendizagem, ensino técnico e pedagógico⁸¹ O Órgão responsável pelos cursos de aprendizagem era o “Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial” (SENAI).⁸²

Em abril de 1942 é também promulgada a “Lei Orgânica do Ensino Secundário”; esta lei segundo Cunha:

era de sabor elitista (...) tendo como objetivo de fundo preparar uma elite dirigente (...) o que significava que outros ramos do ensino deveriam preparar os que seriam dirigidos” (p. 128).⁸³

A nova organização do ensino secundário previa a educação militar, a educação religiosa e a educação moral e cívica.

⁷⁹ Em 1928 o presidente Antonio Carlos autorizou o ensino religioso nas escolas públicas em Minas Gerais, através da Lei nº. 1092.

⁸⁰ Somente em 1953 Educação e Cultura se desvinculam da Saúde para ter um próprio ministério.

⁸¹ Cunha (1989).

⁸² Com os mesmos propósitos é fundado sucessivamente o “Serviço Social da Indústria” (SESI), em 1946.

⁸³ *Ibid.*.

Neste propósito Figueira P. (1995), quando ao tomar em análise o caráter social da natureza humana, ele sustenta não somente que o trabalho seria uma invenção histórica, como também a educação o é, por isto “a educação nos mostra que, por mais que falemos da natureza humana, enquanto tal ela é uma criação artificial” (p.12).

Com relação à educação moral e cívica, Gustavo Capanema⁸⁴ (Ministro da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945) afirmou que tal disciplina se propunha:

formar neles (...) a compreensão do valor e do destino do homem e, como base no patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios e da sua missão em meio aos outros povos (*apud* CUNHA, p. 129).⁸⁵

Portanto, para manter a ordem social era preciso enaltecer nos jovens o respeito pela Pátria, formar neles uma firme consciência patriótica. A partir deste pressuposto, a principal função da educação religiosa era divulgar uma específica moral de atitudes, cujos fundamentais elementos eram a honestidade, certo rigor no caráter, o pudor, a dignidade. Estando ciente de que era necessário criar uma “raça única”, a Igreja tentava reintegrar a população brasileira apregoando-lhe o desejo pelo trabalho e pela moral cristã.⁸⁶

Explica-se assim, a razão da relevância que tiveram as medidas eugênicas e profiláticas respaldadas pelo discurso moral cristão e baseadas nos estudos médico-científicos da época, por que:

aquele que se opusesse (...) tornava-se, conseqüentemente inimigo da nova ordem social, como era o caso do (...) comunista ateu (...) do desordeiro (...) do

⁸⁴ São atribuídos à sua gestão a criação do “Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, o “Instituto do Livro”, a “Faculdade de Filosofia”.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ *Ibid.*

bêbado, do jovem ocioso, do marginal e de outras heterogeneidades (SOUZA R., p.41).⁸⁷

A Eugenia⁸⁸ interferiu nas vidas dos brasileiros de várias formas, como por exemplo, através da regulamentação do casamento, a segregação e até a esterilização. A luta contra a sífilis era entrecruzada através da recomendação de evitar relações sexuais antes do casamento, a fidelidade conjugal era enaltecida e vista como outro elemento “purificador” da sociedade, juntamente ao combate violento à prostituição, ao alcoolismo e a todas as substâncias e circunstâncias que pudessem alterar a consciência.⁸⁹

Referindo-se à moral cristã e ao trabalho como princípio, Marilena Chauí relembra a Bíblia, e que:

Ao ócio feliz do Paraíso segue-se o sofrimento do trabalho como pena imposta pela justiça divina [devido ao pecado original] e por isso os filhos de Adão e Eva, isto é a humanidade inteira, pecarão novamente se submeterem à obrigação de trabalhar. Porque a pena foi imposta diretamente pela vontade de Deus, não cumpri-la é pecado capital, um gozo cujo direito os humanos perderam para sempre (p.10).⁹⁰

Todavia a mesma autora, se fundamentando em Max Weber⁹¹, mostra como a centralidade do trabalho nas existências humanas, não seja somente exaltada na religião católica. É no calvinismo também que o dito “mãos desocupadas, oficina do diabo” se torna regra moral.

Em suma, a boa educação e um corpo saudável passaram a ser considerados como requisitos fundamentais do “plano nacionalidade brasileira”:

A escola foi a instituição onde pareceu ser possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normatizar, homogeneizar,

⁸⁷ *Op. cit.*

⁸⁸ Trata-se de um conjunto de técnicas cuja aplicação levaria à melhoria genética da espécie humana. Esse objetivo caracteriza a eugenia denominada positiva, enquanto aquela negativa tem por fim evitar o nascimento de seres portadores de malformações congênicas graves. (Nova Enciclopédia Barsa. Vol. 6, p. 132).

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ In: “O direito à preguiça” Paul Lafargue. São Paulo: Hucitec Ed., 2000.

⁹¹ “A Ética protestante e o espírito do capitalismo”

disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos (CAMPOS, C. in BRANCHER, 1999, p.151).

Souza R. aponta que:

“o controle social tinha que começar desde cedo, educando e alertando a criança e o jovem (...) para que não se tornassem futuros traidores da Pátria, pervertendo a moral e os bons costumes“ (p. 57).⁹²

A luta para que o Governo desse prioridade aos assuntos relativos à educação teve nas décadas de 20 e 30 (e nas seguintes) grande impulso, isto por obra de uma geração de educadores como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Almeida Júnior, entre outros. Tal nova consciência sobre a educação gestou um conjunto de propostas inéditas cujo nome responde por “Escolanovismo”.

Um dentre os mais convencidos seguidores desta corrente era Lourenço Filho que em 1930 publicou a primeira edição de “Introdução ao estudo da Escola Nova”, livro que contém as lições que o teórico desenvolveu para um curso num Instituto de Educação. Conforme Kramer (1987), com o objetivo de redefinir a natureza infantil, esta nova pedagogia partia do pressuposto de que a criança possui uma inocência original, tendo a educação o dever de salvaguardar tal pureza protegendo-a da corrupção da sociedade, ao contrário do pressuposto da pedagogia “tradicional” que visava disciplinar através de regras o comportamento da criança que era visto como originalmente corrompido. Tal posicionamento era sobretudo inspirado pelos resultados dos novos estudos empreendidos pela Biologia, Psicologia, Sociologia, e pela visão de que a escola era vista como um ambiente propício pra uma intervenção direta na realidade, haja vista a sociedade urbana industrial emergente.

O ensino, por sua vez, deveria se direcionar ao educando, captar as tendências e aptidões das crianças, já pensando nas possíveis futuras escolhas com

⁹² *Op. cit.*

relação à educação e trabalho. Tal base educacional técnica, demonstra que o eixo central do escolanovismo era o binômio indivíduo-sociedade, isto é “pensar o indivíduo subentendia-se em suas entrelinhas, pensar em qual tipo de sociedade se queria construir” (SILVA, 2003, p. 43).

O esforço do País em conseguir a independência através do desenvolvimento industrial é presente nos discursos de Getúlio Vargas quando enfatiza o ensino técnico-profissional, apresentado na Constituição de 1937 como importante dever do Estado sobretudo destinado às classes menos favorecidas.

Serão justamente estas últimas objeto de crescente e estratégico interesse por parte do Estado.

2. 2 AS POLÍTICAS DIRECIONADAS À INFÂNCIA ABANDONADA NO BRASIL (1924-1980)

A concreta formulação das primeiras “Leis de Assistência e Proteção aos menores” no Brasil na década de 20, foi também inspirada por um amplo debate sobre a experiência norte-americana. De fato, em Boston aconteceram as primeiras tentativas de aplicar o regime de “liberdade fiscalizada” (*probation*) em 1869, e o “Tribunal para Crianças” (*Children’s Court*) em 1899, na cidade de Chicago, trazendo como nova concepção a idéia da recuperação dos “menores”.

Ao mesmo tempo vale ressaltar que no País o termo “infância” era mencionado durante o século XIX para indicar genericamente todos os anos do crescimento de um indivíduo até alcançar a maior idade; agora no século XX começam a ser mencionadas as palavras “púbere” “rapaz” “rapariga”, provando a distinção que desde então começa a ser feita entre infância e adolescência, e para

os “menores” começa a ser prevista uma minuciosa investigação, isto é para classificar cada caso e atribuir o tipo de tutela mais apropriado.

Já podemos evidenciar como primeira grande mudança a Lei 4.242 de 1921, que estabelecia que o “menor infrator” não era mais julgado segundo o princípio do discernimento, além do que a idade penal foi fixada em 14 anos.

Entre 1923 e 1927 foi extensa a produção brasileira de artigos, capítulos, incisos, no intento de regulamentar a assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente. Conseqüência disto, em 1924 é criado o primeiro “Juizado de Menores” do Brasil no Rio de Janeiro⁹³ por obra do jurista Mello Mattos, após o Decreto nº. 16.272 de 20 de dezembro de 1923. Tal Decreto previa a subordinação ao juizado de um “abrigo” para meninos e meninas subdivididos em “abandonados” e “delinqüentes”. Tal instituição era vista como provisória, pois era concebida para fazer uma triagem dos “menores” que permaneciam ali provisoriamente. Porém, conforme Petry (1988), o Juízo de Menores teve que enfrentar a escassez de estabelecimentos que fossem aptos a executar as medidas jurídicas, por isto, o Juízo ideou a possibilidade de colocar os “menores” em famílias para executar trabalhos domésticos. A principal batalha do jurista era motivada pela sua convicção de ter que mudar a mentalidade despótica e conservadora que reinava e que se originava do “pátrio poder”⁹⁴, contrapondo a idéia de que o poder do pai sobre o filho devia ser mediado pelo Estado dando a este uma nova força de intervenção nesta relação.

Nessa nova perspectiva, o Decreto nº. 5.083, de 1º de dezembro de 1926 aprovou o “Projeto Mello Mattos”, sendo em 1927 aprovado o primeiro Código de

⁹³ Onze anos depois, sob o comando do Juiz Hercílio Medeiros, será a vez do Juizado em Santa Catarina através do Decreto nº. 78 assinado pelo então Governador Nereu Ramos.

⁹⁴ Categoria jurídica proveniente do antigo Direito Romano

Menores da América Latina.⁹⁵ Tal código tinha como característica principal a ação corretiva, isto é a perspectiva educacional do “menor”, alterando as concepções obsoletas de culpabilidade, discernimento, responsabilidade, além do já mencionado “pátrio poder”, substituindo-os com a educação e a disciplina, orientando física e moralmente as crianças abandonadas. Ainda que o estudo das condições das famílias dos “menores” era previsto, nota-se, todavia, a desvinculação destas normas da análise das causas geradoras destas situações específicas de abandono e delinquência. De resto, tal ausência se notará por muito tempo.

Tal regulamento estabelecia a incidência da lei penal em relação aos menores:

menos de 14 anos – improcessável, com internamento, porém se se tratar de menor pervertido ou doente; mais de 14 anos e menos de 18 anos – processo especial; mais de 16 e menos de 18 anos, evidenciando periculosidade, internação em estabelecimento especial; mais de 18 e menos de 21 anos, atenuante da menor idade (*apud* CAMPOS, N., 1979, p. 94).⁹⁶

Conforme este Código eram considerados “abandonados” os menores de 18 anos:

...que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos, ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam; II – que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência, ou prisão dos pais ou pessoa encarregada da sua guarda; III – que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupilo ou protegido; IV – que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; V – que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem; VI – que freqüentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida; VII – que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam: a) vítimas de maus tratos físicos habituais ou castigos imoderados; b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida e a saúde; d) excitados habitualmente à gatuñice, mendicidade ou libertinagem; VII – que tenham pai, mãe, tutor, ou encarregado de sua guarda

⁹⁵ Decreto nº. 17.943-A, 12/10/1927.

⁹⁶ Grifo nosso.

condenado por sentença irrecorrível: a) a mais de dois anos de prisão por qualquer crime; b) a qualquer pena como co-autor, cúmplice encobridor ou receptados de crime cometido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes (*apud* ACKERMANN, 2002, p.37-38).⁹⁷

No *corpus* deste código estava prevista também a criação de um grupo de assistentes sociais que seriam nomeados como delegados de assistência e proteção, participando como comissários voluntários ou como membros do “Conselho de Assistência e Proteção aos Menores”.

Sobre o código vale a pena reproduzir um trecho de Rizzini Irene:

Por solucionar o problema entendia-se o exercício do mais absoluto controle pelo Estado sobre a população promotora da desordem. Ao acrescentar à categorização de menor abandonado ou pervertido, a frase “(...) **ou em perigo de ser**”, abria-se a possibilidade de, em nome da lei, enquadrar qualquer um no raio de ação do Juiz. A intenção era ainda mais óbvia no concernente aos menores caracterizados como delinqüentes. Uma simples suspeita, uma certa desconfiança, o biótipo ou a vestimenta de um jovem poderiam dar margem a que fosse sumaria e arbitrariamente apreendido (p. 235).⁹⁸

Sobre o conceito de “inclinação ao crime” é necessário mencionar os fatores que mais eram apontados como responsáveis: tendências hereditárias, raça, clima, vida familiar e social, vícios, ociosidade, e sentimentos como a vingança, a crueldade, ausência de sentimentos afetivos, também inspirados nas teorias do italiano Césare Lombroso (1835-1909).⁹⁹ Acreditando na pesquisa sobre as causas físicas e mentais da criminalidade infantil no Brasil, o médico legista Dr. Leonídio Ribeiro (1893-1976) deu uma conferência em Lisboa no ano 1937 cujo título era “A criança e o crime”. Para melhor entendermos o espírito da ciência na época, eis as palavras que proferiu em tal ocasião:

⁹⁷ Nota-se aqui preconizada a possibilidade de perda do “pátrio poder”.

⁹⁸ *Op. cit.*, grifo da autora.

⁹⁹ Mundialmente famoso por seus estudos e teorias sobre a “caracterologia”, relação entre características físicas e mentais. Ele insistia na importância de estudar cientificamente a mente criminoso, uma área que ficou conhecida como “antropologia criminal”. Apesar da inconsistência das suas deduções foi muito influente na Europa e também no Brasil entre criminologistas e juristas. No País, o advogado do Foro do Rio de Janeiro Evaristo de Moraes (1871-1939) era um grande seguidor de Lombroso atribuindo a ele a individuação da origem do crime na “infância moralmente abandonada”.

Na Itália pude apreciar de perto a campanha que ali se desenvolve em favor da criança. A assistência social, na concepção fascista (...) não procura proteger ali os interesses do homem, isoladamente, porque todos olham sempre para mais alto, para o bem comum, que é o da saúde das crianças e das mães (...) visa um vasto programa que se inicia quando a criança está ainda no ventre materno, só terminando quando o indivíduo atinge seu completo desenvolvimento físico (...) para se transformar num cidadão, em condições morais e físicas de bem defender a família e a pátria (*apud* CORRÊA *in*: RIZZINI, p. 77-78).¹⁰⁰

Para os que eram considerados suspeitos e perigosos o destino era a exclusão da produção e das normas dominantes, e de resto a estratégia que predominou na década de '40 foi a de continuar controlando a ordem social, porém, a crescente urbanização estimulava a migração das regiões pobres para áreas mais atraentes, imprimindo uma renovação das políticas públicas para o atendimento de muitas crianças desfavorecidas. O desenvolvimento industrial “agravava certas condições sociais típicas das grandes cidades (...) como a marginalidade urbana” (ALENCAR; CARPI; RIBEIRO, p. 323).¹⁰¹

Estava surgindo aos poucos a chamada “questão do menor”.

O novo Código Penal de 1940 estabelecia no artigo nº. 23, que a idade de 18 anos era o limite para a responsabilidade criminal, porém após o golpe militar de 1964 alguns juristas, como, por exemplo, o Ministro da Justiça Armando Falcão acreditaram na eficácia da diminuição da idade penal.

Entretanto, o primeiro projeto governamental de retaguarda ao Código de Menores de 1927, foi, em 1941, o “Serviço de Assistência ao Menor” (SAM)¹⁰² um órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que funcionava como um equivalente do Sistema Penitenciário para a população menor de idade. O SAM tinha uma orientação correcional-repressiva. Baseava-se em internatos (reformatórios e casas de correção) para adolescentes infratores, e escolas de

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ *Op. cit.*

¹⁰² Implantado por meio do Decreto-lei nº. 3.779/41.

aprendizagem para os menores carentes e abandonados. Sua principal função era “abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos (...) investigar os menores para fins de internação e ajustamento social (...) proceder ao exame médico e psicopedagógico (...) estudar as causas do abandono” (PILOTTI e RIZZINI, p. 68).¹⁰³

Inicialmente, tal órgão centralizou a assistência ao menor no antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro) mas a partir de 1944 operou em todo território nacional. Todavia, foi na Capital Federal que estava localizada a maior parte de sua rede de atendimento.

Como já foi colocado, o SAM insistia mais na questão da ordem social do que da assistência propriamente dita, e cedo começou a receber diversas críticas, tanto por parte dos governantes como do resto da sociedade, até “alguns juizes, passaram a condenar o SAM [definindo-o] como fábrica de delinqüentes, escola do crime”. (*ibid.*, p. 73). Eis outras representações que o órgão adquiriu com o tempo: “sucursal do inferno (...) SAM - Sem Amor ao Menor” (RIZZINI IRMA *in* PILOTTI e RIZZINI IRENE, p. 278).¹⁰⁴

Motivo de tantas críticas era a inexperiência e a violência que os inspetores perpetuavam aos internos e o alto nível de corrupção que nos estabelecimentos reinava, ao ponto que “autoridades do próprio Governo e outros setores da sociedade começaram a acreditar na impossibilidade de sua recuperação” (*ibid.*, p. 287). No obstante as críticas recebidas, o internamento de “menores” em estabelecimentos fechados permaneceu por muito tempo sendo visto como uma solução, uma proteção contra o seu ambiente de origem.

¹⁰³ *Op. cit.*

¹⁰⁴ *Op. cit.*

Além deste órgão, surgiram diversas entidades federais para atender as crianças e adolescentes, principalmente atreladas à figura da primeira Dama do País, Darcy Vargas.

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira grande instituição de assistência social no País. Inicialmente, a LBA teve como principal objetivo assistir as famílias dos convocados na 2ª Guerra Mundial, visto que as forças de oposição passaram a pressionar o Governo exigindo a entrada do Brasil na guerra contra o fascismo, o que de fato ocorreu, quando em 31 de agosto de 1942 Vargas declara o estado de guerra contra Alemanha e Itália.

Posteriormente, a partir de 1945, por ocasião da mudança de Governo com a renúncia de Vargas e a vitória do general Eurico Dutra, o órgão prestou assistência à infância e à maternidade. Em 1995, no começo do governo de Fernando Henrique Cardoso a LBA foi definitivamente extinta, depois de várias mudanças na sua organização interna. Porém os seus “programas (...) e sua execução, sempre foram marcados pelo assistencialismo/clientelismo” (RIZZINI IRMA *in*: PILOTTI e RIZZINI IRENE, p. 293)¹⁰⁵, apesar da tentativa da instituição querer superar a concepção do assistencialismo filantrópico e religioso até então hegemônica.

Além da ação da LBA e a pretensão de favorecer a estabilidade da família, lembramos o DNCr¹⁰⁶ ao qual competia estudar e divulgar o problema social da infância e adolescência, subvencionando as instituições de caráter privado (e fiscalizando-as). Todavia, a escassez de recursos fez com que o órgão se associasse a LBA.

Vale lembrar alguns programas voltados à implantação de hospitais e serviços de assistência materno-infantil que a Fundação Darcy Vargas apoiava:

¹⁰⁵ *Op. cit.*

¹⁰⁶ O mesmo fundado por Moncorvo Filho.

“Casa do Pequeno Jornaleiro”, um programa de atenção a meninos e famílias de baixa renda com base no trabalho informal (venda de jornais); “Casa do Pequeno Lavrador”, que dava assistência e aprendizagem rural aos filhos de camponeses; “Casa do Pequeno Trabalhador”, para a capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda; “Casa das Meninas”, que fornecia apoio assistencial e sócio-educativo a adolescentes de sexo feminino com “problemas de conduta”.

Para Costa:

Estes programas baseavam-se no oferecimento de assistência e educação básica, assim como em estratégias de trabalho/geração de renda. Alguns de seus propósitos e componentes lembram, em certa medida, os atuais programas de atendimento alternativo a meninos e meninas de rua. A grande diferença situa-se na vinculação destas iniciativas à ação direta do Governo Central e ao caráter marcial e compulsório das práticas pedagógicas desenvolvidas neste período (199..., p. 15).

Em 1942 entrou em vigor o Código Penal, fixando a responsabilidade em 18 anos, mantendo-se a atenuante para a faixa etária de 18 a 21 anos. Tal código introduziu algumas modificações na legislação vigente da época:

menor com menos de 14 anos, improcessável, embora sujeito à imposição de medidas de assistência e proteção, se for o caso; menor com mais de 14 e menos de 18 anos – internamento em estabelecimento de reeducação ou profissional (*apud* CAMPOS, N., 1979, p. 94).

Terminado o regime do Estado Novo, muda, em 1946, a Carta Constitucional. De total inspiração liberal, tal Carta não impediu que a estrutura social do Estado brasileiro se alterasse, pois, mais uma vez, a tendência à mobilização e à organização social foram freadas e mantidas sob controle da burocracia estatal. A política econômica do novo Governo Dutra tinha entre os seus objetivos, manter condições favoráveis para a acumulação de capital, servindo-se de uma política social autoritária e da contenção salarial. Os trabalhadores:

desprovidos de organizações sindicais e políticas que correspondessem à totalidade de seus interesses e lhes permitissem formar uma consciência desses mesmos interesses (...) eram levados a depositar na ideologia nacionalista e trabalhista suas esperanças de justiça social e de um mundo melhor (ALENCAR; CARPI; RIBEIRO, p.357).¹⁰⁷

Com estas premissas Getúlio Vargas voltou ao poder em 1951.

Sob a bandeira nacionalista, a política de industrialização retorna com toda força, fortalecendo cada vez mais o poder político e ideológico da burguesia industrial e financeira. Em geral, a década de 50 se caracterizará por um período de liberdade política, o que provocou um aumento da organização da sociedade civil através dos sindicatos de trabalhadores urbanos, associações de camponeses e entidades estudantis que passam a exigir mudanças significativas na sociedade.

À causa do forte antagonismo entre reformistas e conservadores, as decisões para a consolidação da política social do Estado brasileiro foram continuamente adiadas. Um claro exemplo disto foi a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” que transitou no Congresso Nacional de 1948 a 1961.

Não obstante, a volta ao poder de Vargas não durou muito, pois a classe dominante começou a afastar-se devido a algumas medidas tomadas em favor dos trabalhadores, como o aumento de 100% do salário mínimo. A crise se refletia também nas Forças Armadas, onde havia uma organizada corrente antigetulista. Getúlio, enfim isolado, atirou no seu coração e deixou uma polêmica carta testamento no dia 24 de agosto de 1954.¹⁰⁸

No entanto, tentando substituir o SAM, veio o “Instituto Nacional de Assistência a Menores” (INAM), sendo o seu projeto apresentado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional em 17/08/1955. Tal instituto tentava basear-se

¹⁰⁷ *Op. cit.*

¹⁰⁸ O revólver Colt 38 com cabo de madrepérola e a bala que atravessou seu coração estão no “Museu da República”, o então “Palácio do Catete”, no Rio de Janeiro.

nos princípios das ciências psico-sociais e na técnica do Serviço Social, entretanto, foi verificado que a estrutura e os objetivos não se diferenciaram daqueles do SAM, havendo somente certa pretensão em esclarecer as suas diretivas e em ter maior liberdade de ação. Após apresentar o projeto de Lei que iria transformar o SAM em INAM ao Congresso, foi instaurada uma “Comissão Parlamentar de Inquérito” (CPI) para investigar as falhas do SAM, porém não foram levantadas provas suficientes para extinguir a instituição, pois a definitiva extinção acontecerá somente em 1964 (ANEXO 03).

Em seguida, o governo de Juscelino Kubitshek de Oliveira (JK) (1956-1960) tentou internacionalizar a economia abrindo-a ao capital estrangeiro. Infelizmente, os novos ramos industriais que estavam baseados em superiores padrões tecnológicos não conseguiram provocar o aumento de mão-de-obra, isto exacerbou o caráter concentracionista e internacionalizado da economia brasileira. Dessa forma, JK passou para o seu sucessor a solução de graves questões como a inflação, o financiamento externo e o pagamento da dívida externa.

Em 1961, Jânio Quadros (JQ) obteve uma estrondosa vitória nas eleições presidenciais, contando com a insatisfação generalizada das massas trabalhadoras e o nível de consciência política limitado das camadas médias da população. Todavia, a sua presidência teve vida breve sendo que em meio a uma crise econômica e financeira, renunciou ao cargo, à causa de fortes pressões externas. Além disso, vale salientar que o início dos anos 60 será caracterizado pela volta de uma crise política no País, esta em sintonia com o contexto da Guerra Fria que dominou a conjuntura internacional desta época reproduzindo internamente a incompatibilidade entre capitalismo e comunismo. Ademais, começa a delinear-se a

denúncia dos modelos e programas importados, que até então eram tão “cegamente” imitados.

Dessa forma, o governo do novo presidente João Goulart (1961-1964) optou por um programa nacionalista e reformista, colocando o capital estrangeiro em uma posição secundária.

Voltando à urgência de resolver a questão da decadência do SAM, em fevereiro de 1963 o novo Presidente cria uma Comissão presidida pelo diretor da instituição Samuel Bartlett James.

O então Ministro da Justiça João Mangabeira nomeou a Comissão e no primeiro artigo do projeto propôs a extinção do SAM, optando por uma Fundação que pudesse ter plena autonomia. No entanto, desde o início de 1964 a crise estava prevalecendo no próprio Estado populista, começando a ser árduo frear o movimento militar. Com o golpe de 1º de abril de 1964, foram extintos a Frente Parlamentar Nacionalista, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e as Ligas Camponesas. Os líderes dos sindicatos e federações operárias foram presos ou exilados juntamente aos líderes dos camponeses e dos estudantes sob a acusação de subverter a ordem, assim, no ano sucessivo o Governo militar estabeleceu que os agrupamentos políticos resultassem num bipartidismo: a “Aliança Renovadora Nacional” (ARENA) cujos seguidores apoiavam o Governo da Revolução e o “Movimento Democrático Brasileiro” (MDB), que não aceitava o novo sistema de Governo.

Em decorrência do Golpe, o Estado entrou de forma autoritária em todos os setores da vida nacional e o “atendimento às necessidades sociais passa a ser [cada vez mais] feito em nome dos efeitos econômicos ou da racionalidade tecnocrática” (COSTA, 199..., p.17).

No que diz respeito ao modelo de atendimento às crianças e jovens carentes sob o regime militar, trata-se do tipo “assistencialista-repressor”, conforme Ferrarezi (*apud* MERISSE)¹⁰⁹. O Estado interveio com duas importantes leis: uma que estabelecia a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) através da Lei nº. 4.513/64¹¹⁰ sancionada pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco, outra que regulamentava o Código de Menores (Lei nº. 6.697/79), sobre a proteção e vigilância dos menores em situação irregular, cujos elementos específicos veremos mais adiante. A PNBEM se inspirava na política de atendimento americana *Welfare-State*,¹¹¹ quando muitas crianças dos Estados Unidos tornaram-se órfãs depois da Segunda Guerra Mundial. Vacca (1991) argumenta que o *Welfare State* se originou como um meio das classes capitalistas de controlar politicamente as classes trabalhadoras, em função da direta intervenção do Estado nas políticas sociais que limitou a capacidade dos trabalhadores de organizar-se em instâncias fora da esfera estatal. No Brasil, tal perspectiva começa a partir da década de 30, apesar de que o processo de modernização brasileiro se deu irregularmente devido a convivência entre setores industriais modernos e os tradicionais atrelados à economia agrário-exportadora, como apontam Medeiros (2001), Barcellos (1983), Draibe (1989). Assim, uma marca do surgimento do *Welfare State* no Brasil foi o autoritarismo, que operou em várias formas até deflagrar em 1964.

Com o golpe militar o sonho nacionalista se uniu ao da modernização e, para alcançar este fim, meios como o planejamento para obter consenso social e a legitimação do técnico (assistente social, médico, psiquiatra, psicólogo, educador) apresentado como real conhecedor das necessidades das classes subalternas, foram amplamente utilizados. Portanto, em 1964, os militares criaram com a Lei

¹⁰⁹ *Op. cit.*

¹¹⁰ Que definitivamente determinou a extinção do SAM.

¹¹¹ Isto é “Estado de Bem-Estar Social”.

Federal nº. 4.513 (ANEXO 04) o Órgão nacional que executou a PNBEM: a “Fundação Nacional do Bem Estar do Menor” (FUNABEM), sob a presidência do Dr. Mario Altenfelder que ao assumir o cargo logo explicitou não acreditar na construção de abrigos como resolução dos problemas dos “menores”, pois esta medida iria desunir mormente as famílias.

A FUNABEM, vinculada diretamente à Presidência da República, segundo os seus estatutos tinha:

por objetivo básico formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante o estudo do problema e do planejamento das soluções e a orientação, a coordenação e a fiscalização das entidades que executam essa política (FUNABEM, 1974, p.14).

Inspirando-se na “Declaração dos Direitos das Crianças” aprovada pela Assembléia das Nações Unidas em 1959, a Fundação “considerava residir o ‘bem estar do menor’ no atendimento de uma série de ‘necessidades básicas, a saber - saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social” (*apud* PILOTTI e RIZZINI, p.305).¹¹²

Todo “menor” visto como marginalizado foi denominado como “Menor Desassistido” e por sua vez classificado em duas categorias:

“menor carenciado”que em virtude do não atendimento de suas necessidades básicas e da ausência ou incapacidade dos pais ou responsáveis, se encontra em situação de abandono total ou de fato, ou está sendo vítima de exploração; e “menor de conduta anti-social”, isto é, aquele que infringe as normas éticas e jurídicas da sociedade.¹¹³

Principal causa da marginalização era considerada a desagregação da família, por isto, entre as normas que foram aprovadas estava no artigo 06 da

¹¹² *Op. cit.*

¹¹³ “O Menor-problema social no Brasil e a ação da FUNABEM”. FUNABEM. 1976, p.21

mesma lei “o **fortalecimento econômico-social da família** (...) ponto fundamental em toda a política de bem estar do menor”.¹¹⁴

Partindo desta premissa, priorizavam-se programas que visassem a integração do menor à comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos. Ponto crucial da proposta da Fundação era a questão relativa ao internamento, visto como uma prática com diversos aspectos negativos, pois segundo os fundadores “debilitava a família, estatizando o que lhe pertencia, e contribuindo (...) para afastá-la do ideal da ‘família bem constituída’. Em segundo lugar, onerava a Nação, dando origem ao ‘menor filho do Estado’” (VOGEL *in*: PILOTTI e RIZZINI, p. 305).¹¹⁵

Noutros termos, aparentemente a FUNABEM tentou se distanciar tanto da repressão policial e do relativo isolamento correccional dos “menores”, quanto do assistencialismo paternalista que via o recolhimento do menor com regime de internato como a resolução para o problema.

Ocorreu no entanto, que os enfoques correccional-repressivo, assistencialista e educativo “passaram a conviver de forma justaposta no interior da FUNABEM” (COSTA, 199..., p.20), sendo que nenhuma das fases eliminou definitivamente a outra. Não podemos esquecer, como pondera Santos, que a Fundação “incorporou em sua prática um comprometimento com a postura política das elites políticas, tendo por detrás dos bastidores a gerência autoritária da “Escola Superior de Guerra” (ESG)” (p. 61).¹¹⁶

Mesmo com a criação da FUNABEM, a oportunidade de dar trabalho aos menores carentes continuou sendo importante. Dentro das normas era colocado: “a

¹¹⁴ Aqui podemos observar como novamente à família é debitada a responsabilidade do problema da infância! (grifo nosso).

¹¹⁵ *Op. cit.*

¹¹⁶ *Op. cit.*

todos os menores se reconhece o direito de uma educação fundamental e uma iniciação profissional” (*apud* GUIMARÃES, 1974, p.24). No artigo 07 da já citada lei, podemos encontrar as competências da Fundação:

- I – Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, promovendo cursos, seminários e congressos e procedendo ao levantamento nacional do problema do menor;
- II – Promover a articulação das atividades de entidades públicas e privadas;
- III – Propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar necessários para seus objetivos;
- IV – Opinar (...) nos processos pertinentes a concessão de auxílios (...) pelo Governo Federal, a entidades públicas ou particulares que se dediquem ao problema do menor;
- V – Fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos com ele celebrados;
- VI – Fiscalizar o cumprimento da política de assistência ao menor, fixada por seu Conselho Nacional;
- VII – Mobilizar a opinião pública... na solução do problema do menor;
- VIII – Propiciar assistência técnica aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, que a solicitarem.

De acordo com vários estudos, a instituição incorporou os fundamentos da “Declaração dos Direitos da Criança” da “Organização das Nações Unidas” (ONU), sem levar em conta a realidade específica do país, com as próprias necessidades do “menor” e, por extensão, do homem e da mulher brasileiros.

A política do regime militar para a infância recebeu consistentes críticas. Eis, por exemplo, a contribuição de Bierrenbach (1987):

a FUNABEM limitou-se às variáveis dependentes do problema, sem uma visão abrangente de totalidade. As variáveis traduziam-se (...) em ensino formal e profissionalizante além do fundamental: abrigo, alimentação, vestuário (p. 84).

Pilotti e Rizzini¹¹⁷ afirmam que o tecnocratismo da Fundação “tem como pressuposto uma racionalidade vertical, centralizadora, construída com um discurso uniforme em nome da cientificidade” (p.77).

Progressivamente, as diretrizes da Fundação foram descentralizadas e interiorizadas em nível estadual. A FUNABEM, na sua política de prevenção também

¹¹⁷ *Op. cit.*

criou o “Plano de Prevenção da Marginalidade do Menor” que foi aprovado pelo Conselho em 1970. Porém, foi em 1972 que o plano realmente começou o seu processo de desenvolvimento, quando a equipe da Fundação passou a organizar treinamentos locais e regionais no País.

Começaram a surgir acordos entre a FUNABEM e os Governos Estaduais e o problema dos “menores desassistidos” passa a ser considerado:

um dos problemas de segurança nacional que deveria ser resolvido na medida em que fossem criadas instituições estaduais que, respondendo ao Estado, corrigissem as deficiências nos aspectos decorrentes da marginalidade (PASSETTI, 1987, p. 34).

Em 1967, a nova Constituição estabelece duas importantes mudanças, isto é, a proibição para iniciação ao trabalho que passa de 14 para 12 anos (art. 158, x), e a instituição do ensino obrigatório e gratuito para as crianças de 7 a 14 anos de idade.

Em 1969, temos um novo Código Penal que restabelece o critério de diferenciação a partir dos 16 anos, porém, foi preciso esperar até 31 de dezembro de 1973 (com a Lei n. 6.016), para que o menor de 18 anos seja definitivamente considerado imputável.

Ainda sob a égide do governo militar o Código de Menores de 1927 é revisto e substituído por outro com a Lei nº. 6.697 de 10 de outubro de 1979, baseado na doutrina jurídica de “proteção ao menor em situação irregular”¹¹⁸. Isto significava o menor de 18 anos que se encontrasse abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral e fisicamente, com desvio de conduta ou autor de infração penal. Tal doutrina menorista pressupunha que o interesse do Poder Judiciário só se acionava:

¹¹⁸ Conforme Mendes (*apud* LEPIKSON) tal doutrina origina-se do contexto norte-americano do fim do século XIX e na Europa do começo do século XX, e está ligada à cultura da repressão e compaixão que se alastra na América Latina.

quando [a criança e o adolescente dos setores populares] (...) estavam em situação reveladora de patologia social (...) pois não havia lugar para os comportamentos ‘desviantes’ das normas jurídicas estatais (SIQUEIRA *apud* SANTOS, p. 64).¹¹⁹

O Estado, formalmente, se isenta das suas responsabilidades e nega a origem das causas da pobreza quando, neste código, faz uma clara distinção entre “criança menor” e “menor em situação irregular”, tendo como parâmetro para identificar este último sua condição de classe e suas dificuldades de subsistência. De resto, segundo a hipótese de Rizzini Irene¹²⁰, tanto poder da esfera jurídica brasileira pode-se também atribuir a uma representatividade civil fraca frente ao firme policiamento sobre as classes subalternas.

Em virtude disto, veremos a seguir que a década de 80 apresenta-se como uma época de denúncias das precedentes políticas relacionadas à infância abandonada considerando-as obsoletas por dicotomizar a infância, isto é, de um lado a “criança” protegida pela sua família, futura cidadã; do outro, o “menor” vigiado pelo Estado alvo de leis, programas corretivos.

Finalmente, novas práticas e iniciativas por parte da sociedade civil se expressarão com bastante energia.

2.3 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: A CRIANÇA PERTENCE A SI PRÓPRIA (1984-1990)

Constatado o fracasso do modelo da FUNABEM, a crise econômica brasileira e o aumento das crianças nas ruas vivendo de mendicância, de pequenos furtos e se expondo aos mais diversos riscos, iniciou-se, então, a busca de uma abordagem

¹¹⁹ *Op. cit.*

¹²⁰ *Op. cit.*

inovadora que levasse em conta a realidade das comunidades carentes. Pedindo a participação das famílias em consequência de uma proposta educativa mais integrada, começou-se a ter em vista as diferentes realidades locais, o que resultou numa série de encontros, estágios, produção de artigos e no crescimento de grupos e lideranças de abrangência nacional. Por estes motivos, a prática do internamento por situação irregular foi definitivamente rejeitada e as periferias, as próprias ruas, se tornaram espaços de atuação direta de novos educadores sob a bandeira da “Educação Popular”¹²¹. Tratava-se agora de incluir socialmente meninos e meninas de rua (e não mais “menores”) que estavam sistematicamente excluídos dos processos decisórios sobre seus destinos e dos direitos fundamentais para suas existências.

Estas primeiras novas concepções começaram a concretizar-se através do “Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninos de Rua” sob a coordenação da “Secretaria de Assistência Social”, o “Fundo das Nações Unidas para a Infância” (UNICEF) e a FUNABEM. Tal projeto resumia as iniciativas filantrópicas, o poder público, a intervenção direta nas FEBEMs e nos espaços comunitários e culminou no “I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua”, ocorrido na cidade de Brasília, novembro de 1984.

Ao mesmo tempo, o novo Código Penal¹²², no mesmo ano, altera e introduz alguns novos artigos do antigo código de 1940, dispondo, no artigo 27 que “os

¹²¹ Inspirada na “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1921-1997). O referido autor parte do princípio que a sociedade é dividida em classes, onde os privilégios de alguns impedem que a maioria tenha acesso aos bens produzidos, inclusive a educação da qual é excluída grande parte da população do Terceiro Mundo. Assim surgem dois tipos de pedagogia: a dos dominantes onde se utiliza a educação como prática de dominação, e a pedagogia dos oprimidos que necessita ser realizada já que também através da educação acessa-se à liberdade. Fundamental é que os oprimidos não somente tenham consciência da opressão na qual vivem mas que queiram transformar esta realidade.

¹²² Lei Federal nº. 7.209 de 11 de julho de 1984.

menores de dezoito anos são plenamente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” (*apud* PETRY, p. 152).¹²³

É importante lembrar que em 1984, após vinte anos de regime autoritário, o País estava prestes a concretizar sua abertura democrática e muito próximo de ter seu primeiro governo eleito, ao mesmo tempo, dados alarmantes estavam sendo levantados do contexto social brasileiro. Segundo o censo de 1980, na faixa etária de 0-19 anos foram registrados 53.000 óbitos de crianças e adolescentes por doenças infecciosas, dos 22 milhões na faixa de 7-11 anos, sete milhões estavam fora do ensino de primeiro grau (FUNABEM, 1984 *apud* PILOTTI e RIZZINI).¹²⁴

Frente esta situação a própria FUNABEM reconheceu a ineficácia do seu sistema de atendimento, e após ter feito um amplo diagnóstico veio a proposta de “descentralizar”¹²⁵ em favor da articulação de diversos organismos e setores que estavam comprometidos com as crianças e adolescentes, na tentativa de resgatar a cidadania da jovem população carente.

Queremos ressaltar que também a Igreja Católica marcou sua presença no atendimento da criança e do adolescente sob esta nova ótica, através das chamadas “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs), e as “Pastorais Sociais”, apresentado-se como uma variação à formalidade das estruturas institucionais. Destacamos a “Pastoral do Menor”, fundada em 1979, por ter confluído diversos segmentos da sociedade e criado programas de atendimento voltados para as crianças carentes.

¹²³ *Op. cit.*

¹²⁴ *Op. cit.*, p.318.

¹²⁵ Denomina-se “descentralização” um “processo técnico e político de reformulação da estruturação de gestão institucional, realizado a partir de uma reforma administrativa que não se limita à racionalização e desburocratização, mas aponta para uma nova concepção de gestão que permite estabelecer novas regras de convivência entre as instâncias do poder e a população em geral. Como processo técnico tem como instrumento a descentralização administrativa: deslocamento de centros de poder decisório, delegação de atribuições e responsabilidades (...) Como processo político é associada à redemocratização e ao reconhecimento da sociedade civil organizada como capaz de interferir e influenciar nos rumos da política” (INSTITUTO PÓLIS / PUC-SP, 2002, p.28); grifo dos autores.

Em 1985, graças à mobilização da população, e as alternativas de atendimento, criou-se o “Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua” (MNMMR), que teve, e continua tendo, grande responsabilidade na construção e aplicação dos direitos à cidadania da infância e adolescência, sobretudo dos setores mais necessitados da população brasileira; consequência disto foi instituído para interligar as entidades o “Fórum Nacional Permanente de Entidades não Governamentais de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes”. Resultado desta coordenação foi a inserção do artigo 227 na nova Constituição de 1988, que estabelece a “Doutrina da Proteção Integral” cujas bases estão na “Declaração Universal dos Direitos das Crianças” da ONU, sendo a antítese da doutrina de “Proteção ao Menor em Situação Irregular” do Código de Menores de 1979.

Doravante, as crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como portadores de direitos¹²⁶ como o de desenvolver-se física, afetiva, social e intelectualmente devendo ter prioridade absoluta na atenção dos legisladores, dos governantes, na família e na sociedade em geral. Por “absoluta prioridade” entende-se, outrossim, que:

Enquanto não existissem creches, escolas, posto de saúde, atendimento preventivo e emergencial às gestantes, dignas moradias e trabalho, não se deveria asfaltar ruas, construir praças, sambódromos, monumentos artísticos etc., porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são mais importantes que as obras de concreto que ficam para demonstrar o poder do governante (LIBERATI, 1995, p.16).

No obstante o esforço da FUNABEM de se renovar, em 1989 é definitivamente extinta e substituída pelo “Centro Brasileiro para a Infância e da Adolescência” (CBIA). Por outro lado, o MNMMR no intento de acabar com a legislação do Código de 79 e as políticas públicas da FUNABEM lutou pela

¹²⁶ Art.3; Art. 5.

aprovação do “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA) que foi finalmente estabelecido através da Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990.

O Estatuto reconhece como criança todo indivíduo menor de 12 anos de idade e o adolescente é considerado aquele que se encontra entre os 12 e os 18 anos¹²⁷. Na concepção de estender às crianças e aos adolescentes o conceito da educação para o exercício da cidadania¹²⁸, o ECA busca substituir o assistencialismo estatal por propostas de trabalhos sócio-educativos que possam ter um caráter emancipador, tendo em vista sua condição específica de desenvolvimento.¹²⁹

Retirando o caráter punitivo das precedentes legislações e atribuindo a responsabilidade às políticas públicas, no Estatuto é considerado “ato infracional” a conduta considerada como crime ou contravenção penal¹³⁰ sendo que os adolescentes entre doze anos completos e dezoito anos incompletos são penalmente inimputáveis, todavia são sujeitos às medidas sócio-educativas como: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade ou internação em estabelecimento educacional¹³¹. Assim sendo, a problemática transfere-se para a esfera social, visto que a irregularidade não está na criança e no adolescente e nem na condição de sua família, mas na própria situação de exclusão determinada politicamente em que ambos vivem.

Ainda no que diz respeito à Justiça da Infância e Juventude, em Florianópolis é atualmente instituída pelos seguintes órgãos estatais: o Poder Judiciário Estadual

¹²⁷ Conforme Albergaria os conceitos de criança e adolescente e seus limites etários são variáveis “entre vários países, segundo dados estatísticos da ONU, 1990, em 74 países o critério cronológico se fixa em 15 anos; em 10 países, em 16 anos; em 31 países, em 18 anos e em 6 países, mais de 18 anos” (*apud* LIBERATI, p. 14); *op.cit.*

¹²⁸ Art.53.

¹²⁹ Artigos 98-102.

¹³⁰ Art. 103.

¹³¹ Artigos 104; 112.

e o Ministério Público Estadual. O primeiro é formado por um magistrado e um advogado da infância e juventude, sendo que os serviços auxiliares da justiça são: um cartório judicial, um setor técnico constituído de três assistentes sociais que são responsáveis por estudos sociais em ações de tutela, guarda, adoção, verificação de situação de risco da criança, um setor de Comissariado da Infância e da Juventude formado por treze comissários da Infância e Juventude. O Ministério Público Estadual é formado por dois promotores de justiça, uma assistente social, dois funcionários da promotoria, um oficial de diligência.

Junto ao prédio da “Justiça da Infância e Juventude” que está localizado na Rua Rui Barbosa nº. 625 do bairro Agrônômica¹³², funciona um setor de “liberdade assistida” (LA) e “prestação de serviços à comunidade” (PSC), específicos para aqueles adolescentes que receberam umas destas medidas sócio-educativas; este setor é formado por duas assistentes sociais e está atrelado à “Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social” da Prefeitura de Florianópolis.

Interessante frisar que o cargo de advogado da Justiça da Infância e da Juventude da Capital foi instituído através do “Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina” em 1940 (CDOJ-SC/40), com a denominação de “Advogado do Juízo de Menores da Capital” e que só existe em Florianópolis, sendo, pelo menos até o ano 2000, o único no Estado de Santa Catarina e no Brasil.¹³³

Sendo o ECA baseado nos princípios da descentralização político-administrativa e o da participação popular, foram criados os “Conselhos Municipais de Direitos” e os “Conselhos Tutelares” através dos artigos 204 e 131 da Constituição Federal de 1988, respectivamente.

¹³² Ao lado funcionava o AM, atualmente estão instalados o programa “SOS Criança” e o “Conselho Tutelar”.

¹³³ Conforme Santos; *op. cit.*

Com relação ao processo de criação dos Conselhos este tem “invariavelmente a cara dos municípios em cujo contexto se desenvolve. Por isso os agentes que estimulam e facilitam o surgimento desses Conselhos variam” (PILOTTI e RIZZINI, p. 328). De acordo com a Lei, o “Conselho Municipal de Direitos” é um órgão deliberativo e controlador, com participação através das organizações representativas, o que confere a este poder decisório nas questões referentes ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município, além do que é a critério do Conselho o recebimento de recursos do Fundo Municipal. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo que fiscaliza o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, excluindo os relativos à infração penal. Com os dois Conselhos:

o Judiciário perde suas atribuições sócio-assistenciais, o Legislativo perde o seu monopólio de representação da comunidade, o Executivo perde o seu papel de único formulador e fiscalizador das políticas públicas, e os organismos filantrópicos perdem a autonomia de suas iniciativas assistenciais voltadas para a infância e adolescência (p. 330).¹³⁴

Mesmo se não objetivamos aqui desvelar as resistências, os conflitos que certamente ocorrem entre todos esses setores e os Conselhos (isto mereceria uma pesquisa à parte), constatou-se ser fundamental neste caso a posição do Executivo Municipal, isto é, as posturas dos prefeitos para efetivar a realização destes Conselhos, assim mais uma vez, podemos observar quanto é determinante a vontade política para viabilizar e concretizar a ação das instituições para a tutela da infância e adolescência.

Certamente, o grande desafio dos Conselhos é conseguir por em prática o que a legislação do ECA prevê.

¹³⁴ *Ibid.*

No que diz respeito o contexto catarinense nos meados dos anos 80, foram realizados quatro seminários regionais cujo tema era “Menor e a Violência Urbana”, onde questões pedagógicas e jurídicas eram discutidas, consequência da circulação de um vídeo veiculado em 1987 pela FUNABEM/SC, Polícia Civil, Juizado de Menores, Ação Social Arquidiocesana e integrantes do MNMMR, que tinha por título “Feliz a Nação que Ama e Protege seus Filhos”. Este contexto provocou em seguida uma série de debates e grande parte da população local foi envolvida enviando telegramas e milhares de assinaturas aos constituintes para solicitar a aplicação do artigo 224 da Constituição Federal de 88 que determinou que as ações governamentais na área da assistência social observem como diretrizes a descentralização político-administrativa e a participação direta da sociedade através de suas entidades representativas.

Em vista disto, em 1989 na constituinte estadual os mesmos representantes apresentaram a emenda nº. 14 que previa a criação de Conselhos Estaduais e Municipais para a tutela dos direitos da criança e do adolescente.¹³⁵

Em 1990, em Florianópolis reuniam-se representantes das diferentes doutrinas jurídicas (“estatutistas” e “menoristas”) para a discussão dos projetos de lei que estavam tramitando, além do que um forte núcleo estava se mobilizando para a regulamentação de aspectos já sancionados¹³⁶; Moraes cita alguns: Dr. Francisco do Amaral e Silva, Juiz de Menores e redator do ECA, Sra. Elizabeth Anderle superintendente estadual da FUNABEM, Sra. Sandra Schllischting, educadora da “Ação Social Arquidiocesana” do grupo dos fundadores do MNMMR.¹³⁷

¹³⁵ Moraes (1998).

¹³⁶ A primeira reunião de entidades não governamentais foi em 30 de outubro de 1990, quando foi aprovado o primeiro anteprojeto de lei estadual.

¹³⁷ *Ibid.*

No mesmo ano queremos assinalar que em ocasião de uma assembléia foi criada uma comissão permanente com a presença da Sra. Sandra Faraco Neves¹³⁸ como integrante deste grupo, haja vista a lei federal que tinha terminado de aprovar o ECA. Tal comissão pressionou a Assembléia Legislativa da Capital para aprovar a criação de um Conselho, sob a alegação de que o governo federal não iria repassar recursos aos estados que ainda não tivessem seus Conselhos.

Tendo sido assim e recebendo a sanção do então Governador do Estado Casildo Maldaner, foi aprovada em 15 de janeiro de 1991 a lei nº. 8230/91 que criava o “Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente” (CEDCA).

Após este breve parêntese sobre a década de 80, quando o AM já está extinto e as novas concepções da “doutrina da proteção integral” e a proclamação do ECA são sacramentados, regressaremos no tempo para uma outra concepção já que será justamente a realidade catarinense o principal foco do próximo capítulo, quando, finalmente, contaremos a história do maior abrigo que já foi construído no Estado: o “Abrigo de Menores” em Florianópolis.

¹³⁸ Informante da nossa pesquisa, cujas partes do depoimento são relatadas ao longo do IV capítulo.

3º CAPÍTULO – O ABRIGO DE MENORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

3.1 A QUESTÃO URBANA: A CAPITAL CATARINENSE SE TRANSFORMA

Como apontamos anteriormente, no final do século XIX e início do século XX, o espaço urbano passa, no Brasil, a ser analisado para o controle estratégico da população. Ou seja, o urbanismo estava ligado a uma medicina da sociedade preocupada com as condições dos ambientes, com as epidemias e com a insanidade; tanto que, modernizar o País virou o imprescindível ideário burguês da sociedade brasileira. Como ressalta Campos C. (1992):

É importante observar que a profilaxia urbana não adquiriu naquele momento, tão somente um caráter técnico. Essa limpeza pública adquiriu uma conotação social. Assim, os projetos de organização urbana apresentavam inseridos no discurso do embelezamento das cidades, uma forte conotação sanitária (...) que passava (...) também com a saúde da própria cidade (p. 125).

Segundo estes princípios a higiene se apresentou na época como instrumento da moral, pois conforme as idéias expressas por Barberet (*apud* Perrot)¹³⁹ esta não era somente uma condição da saúde como também se apresentava como propulsora da moralidade, da dignidade humana, uma solução mesmo à feiúra das mais miseráveis moradias, ou das ruas das nascentes cidades.

O século XX era uma nova era que nascia e com ele muitas novas expectativas. A pretensão era transformar este no mais perfeito de todos os séculos, o século da *belle époque*; foi o tempo das coibições, das epidemias, das demolições, da instituição de códigos e posturas, e como era de se esperar, o Estado Catarinense e sua Capital acompanharam este processo com suas particularidades, como acontecia no resto do Brasil (PEREIRA I., 2004).

¹³⁹ *Op. cit.*

O Estado Catarinense até o início do século estava organizado como um “arquipélago terrestre”, tendo dificuldades de comunicação entre as áreas mais povoadas haja vista a barreira da Serra do Mar e a Serra Geral entre o litoral e o planalto, além da rede hidrográfica com suas bacias e vales encaixados (MARCON, 2000).

No começo do século XX, Florianópolis foi transformada num grande canteiro de obras. Foram implantados na capital os primeiros serviços públicos de abastecimento de água (1906), esgoto sanitário (1906-1913), energia elétrica (1910) telefonia e transporte coletivo, já que os bondes que percorriam as principais ruas eram ainda puxados por cavalos e mulas.

Devido à preocupação com as epidemias e as relativas medidas corretivas, a elite política local da Capital, na maioria formada em engenharia, era influenciada pelas idéias dos engenheiros sanitaristas que constituíam um grupo responsável de um projeto mais amplo de reforma urbana, cujas primeiras diretivas foram dadas no Rio de Janeiro entre os anos 1903 e 1906.

Neste novo contexto, a camada popular era marginalizada por vários motivos, primeiro pela questão de estar ocupando locais que estavam inseridos em projetos de abertura de avenidas, por habitar em casebres que eram vistos como focos de doenças e de onde poderiam começar epidemias, depois, por trabalhar em empregos considerados ilegais e também por ter atividades recreativas¹⁴⁰ na época julgadas como inconciliáveis com o desenho de progresso tão auspiciado pelo Estado.

¹⁴⁰ “Essa limpeza moral estendia-se ainda às relações sociais e às expressões culturais da população. Foi assim que muitos ‘botequins’, espaços de sociabilidade de pessoas consideradas agentes da desordem urbana, foram fechados e demolidos (...) em Florianópolis, o alcoolismo foi combatido junto com a prostituição (...) sendo que os bêbados, de acordo com os discursos recorrentes (...) ofereciam uma dupla ameaça à estabilidade da organização social da cidade... além de serem perigosos sífilíticos (...) por se misturar com as prostitutas e, uma vez contaminados jamais se curariam devido à quantidade de álcool em seus organismos” (PEREIRA I., *Op. cit.*, pp.54; 83;95).

Sob o ponto de vista educacional¹⁴¹ e social, foi fundado em Florianópolis o “Colégio Catarinense” (1906), ampliado o “Colégio Coração de Jesus”, instituído o “Liceu de Artes e Ofícios” que agora seria a “Escola Técnica Federal de Santa Catarina”, e implantados o “Asilo Irmão Joaquim” e o das órfãs em 1911 e 1916, especificamente; em 1921 foi a vez do “Instituto Politécnico” e a “Escola Normal Catarinense” em 1922, enfim, em 1927, inaugurou-se a “Maternidade Carlos Corrêa”.

Em razão dos investimentos direcionados à Capital, ocorreu um impulso de desenvolvimento visível através da construção civil com emprego de recursos públicos e também devido aos governos tecnocratas começando por Felipe Schmidt (1898-1902 e de 1914-1918), Vidal Ramos (1902-1905 e de 1910-1914), Gustavo Richard (1906-1910) e Hercílio Luz (1894-1898; 1918-1922 e de 1922-1924).

Em 1926, a inauguração da Ponte Hercílio Luz facilitou a ligação com outros centros e fez com que a influência de Florianópolis aumentasse, também em razão da melhoria das estradas e do incremento das linhas de ônibus que permitiam interligar a Capital com os municípios da atual Grande Florianópolis.

Todavia, em 1930 a configuração urbana do Estado era limitada e até Florianópolis, em 1920, tinha 41.338 habitantes o que configurava apenas 6,18 % do total da população de Santa Catarina¹⁴². Não obstante neste período a Capital fosse a maior cidade e o maior centro comercial do Estado, seu quadro demográfico apresentava-se de baixa densidade populacional e inserido em específicas condições geográficas, possuía um sistema de transporte que apesar das melhorias ainda não estava totalmente desenvolvido, deixando no isolamento a maioria de

¹⁴¹ “Quando olhamos para a primeira metade do século XX, especialmente em Santa Catarina, a população era analfabeta na sua quase totalidade. Pouquíssimas escolas em primeiras letras e inexistentes em níveis mais elevados (...) as poucas escolas no início do século XX (...) eram em sua grande maioria iniciativas comunitárias e religiosas” (PEREIRA DO VALE *in* CORREA, 2000, pp. 152, 156).

¹⁴² *Ibid.*

suas regiões. Assim, pelos problemas da falta de integração viária e os fatores de natureza geográfica, Florianópolis permaneceu por décadas isolada dos demais centros embora tivesse se tornado a capital político administrativa do Estado.

Ao compararmos o crescimento industrial dos municípios de Blumenau e Joinville que desde cedo se preocuparam com o transporte rodoviário, a economia urbana de Florianópolis dependente da atividade portuária, do comércio atacadista e de varejo, conheceu um declínio desde o início dos anos 30 que se protraiu até a década de 60. Tal queda foi devida à reestruturação econômica após a Revolução de 30 que determinou a substituição das importações e a diminuição do comércio de costeira em relação ao rodoviário, enfraquecendo a economia das capitais como Florianópolis que estavam ligadas ao Rio de Janeiro por via marítima.

Em 1940, segundo os dados do “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (IBGE) 38% da população economicamente ativa de Florianópolis desenvolvia atividades governamentais, 37% na prestação de serviços, 27% nas atividades industriais, mostrando quanto a economia do setor terciário estava ligada à política da cidade¹⁴³, sendo que apenas 21% da população catarinense se concentrava em núcleos urbanos e a região de Florianópolis detinha o maior índice, 43%, justamente em função de ser capital administrativa (LAGO *in*: CORRÊA).¹⁴⁴

Durante o período do Governo Vargas, o Estado de Santa Catarina é governado por Nereu Ramos (1935-1937 e de 1937-1945) que aumentou o aparelho estatal¹⁴⁵ também através da criação de ulteriores quatro Secretarias do Estado, a instalação de órgãos federais como a “Delegacia Regional do Trabalho” (1932) e o IBGE (1938), além do que na década de 40 foram projetadas duas rodovias: BR2 e

¹⁴³ *Ibid.*

¹⁴⁴ *Op. cit.*

¹⁴⁵ Foram criados o “Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda” (1941), a “Casa de Saúde São Sebastião” (1941), o “Hospital Nereu Ramos” (1943), “Departamento Estadual de Estradas de Rodagem” (1944), “Departamento Estadual de Informações” (1945), entre outros.

a BR59, atuais 116 e 101. De um ponto de vista do plano militar, lembramos que no dia 20 de janeiro de 1941 foi criada a Base Aérea de Florianópolis que permaneceu até metade de 1944 no Campeche, sucessivamente transferida para os bairros Carianos e Tapera, onde continua até hoje.

A eleição para o Governador de 19 de janeiro de 1947 foi muito peculiar, isto porque se tratou da primeira eleição direta após o Estado Novo, saindo eleito Aderbal Ramos da Silva que permaneceu no cargo até 1951. Tal vitória se explica, como pondera Dittrich (*apud* PIAZZA, 1994):

pela manipulação, durante quase 15 anos, do Poder Executivo. O Poder do Interventor exerceu-se na organização da sua força partidária-eleitoral. Muito embora, na época, não houvesse qualquer sigla partidária, havia indubitavelmente, a liderança política do chefe do Poder Executivo. Saído do Estado Novo, ingressando num regime democrático, para manifestar-se nas urnas, o Partido organizado, a força política aglutinada, só podia ser a do Interventor [“Partido Social Democrático” (PSD)] (p.334).

Nos anos 50 a capital catarinense possuiu o maior nível de urbanização comparando-a com as cidades de Blumenau, Joinville, Itajaí, Lages, Tubarão, Criciúma, Joaçaba e Rio do Sul. Faz-se necessário lembrar que a Capital se inseriu num contexto mais amplo onde a explosão urbana se deu pelo crescimento demográfico¹⁴⁶, êxodo agrícola e rural, melhoramentos nos transportes, evolução dos setores econômicos, considerando que em Santa Catarina o fator historicamente determinante foi a migração do campo para a cidade (ZEFERINO *in* CORREA).¹⁴⁷

O crescimento da população, junto com as novas exigências da urbanização, fizeram com que o espaço da cidade se ampliasse, criando novas áreas residenciais. A população urbana de Florianópolis passou de 48,264 em 1950 para 72,889 habitantes em 1960 fazendo com que muitos conjuntos habitacionais fossem

¹⁴⁶ No caso catarinense, o Estado dobra seu número de habitantes em vinte anos (1900-1920); sofre uma nova multiplicação em vinte e cinco anos (1920-1945) e novamente em vinte e três anos (1945-1968) (MIRA *in* CORREA); *op. cit.*

¹⁴⁷ *Op. cit.*

construídos, muitas compras de terras de antigos donos foram realizadas e também a Marinha concedeu posse de terrenos para a realização de empreendimentos (MARCON, p.115).¹⁴⁸

Porém, o crescimento da cidade acelerou-se ulteriormente nos anos 50 e início dos 60, começando com o “Plano de Obras e Equipamentos” (POE)¹⁴⁹, institucionalizado pelo Governo Irineu Bornhausen (1952-1956)¹⁵⁰ que objetivou possibilitar a execução de obras públicas e incentivar as indústrias básicas, e o “Plano Saúde Alimentação Transporte Energia” (SALTE) entre os anos 1949 a 1954.

Com os Governadores Jorge Lacerda (1956-1958) e Heriberto Hülse (1958-1960) deu-se continuidade ao POE, assim, foram realizados investimentos em obras de infra-estrutura focadas na produção e na distribuição. Da mesma forma, para atender as exigências do Plano foram criadas diversas Secretarias, como por exemplo, a “Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social” que se desvinculou da “Secretaria do Interior e Justiça” em 1956.

No País, o período juscelinista inaugura um processo de desenvolvimentismo que se concretizou no período de 1956-1961 através a elaboração de um plano de metas que compreendia indústria de base, energia, transporte, educação, alimentação. Neste contexto, o estado catarinense implantou uma “tecno-estrutura” no aparelho estatal visando o desenvolvimento de sua sociedade através uma política com forte ação estatizante da economia, tal processo é o que Ianni chama de “encadeamento entre tecnocracia e os órgãos de planejamento com a utilização

¹⁴⁸ *Op. cit.*

¹⁴⁹ Baseado no “Plano Federal de Obras e Equipamentos”.

¹⁵⁰ O mesmo Governador inaugurou no dia 18 de dezembro de 1954 o Palácio Residencial reaproveitando um espaço anteriormente destinado a uma agrônômica e que deu nome ao bairro.

de certas mentalidades de pensamento técnico-científico (...) resultando na consolidação da tecno-burocracia” (*apud* MARCON, p. 124).¹⁵¹

Mas é com a implantação da “Universidade Federal de Santa Catarina” (UFSC)¹⁵² sancionada com o Projeto de Lei nº. 3.849 do dia 18 de dezembro de 1960 pelo então Presidente JK e a instalação de diversas empresas estatais, que muita gente do interior e de outros estados foram atraídas para Florianópolis.

Segundo Pereira Do Vale (*apud* MARCON)¹⁵³, podemos considerar o período de 1960 a 1970 como o mais representativo pelo processo de modernização operado pela sociedade florianopolitana, tendo em vista que o suporte principal foi a construção civil.

Com o Governador Celso Ramos (1961-1965) foi encaminhado à análise da Assembléia Legislativa da Capital o “Plano de Metas do Governo” (PLAMEG), que foi aprovado em 1961. Tratava-se de investimentos em infra-estrutura, expansão agrícola e industrial; deste Plano nasceram o “Banco do Estado de Santa Catarina” (BESC), a “Universidade do Estado de Santa Catarina” (UDESC) e a “Centrais Elétricas de Santa Catarina” (CELESC).

O Governador sucessor, Ivo Silveira (1966-1970), foi eleito através da última eleição direta pelo Governo do Estado, vigindo ainda a Constituição de 1947. Ele deu continuidade ao Plano com o “PLAMEG II” ampliando os órgãos estatais como o “Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina” (DETRAN) criado em 1966 e o “Instituto Estadual de Educação” (IEE). Em 1968, foi elaborado o projeto de construção da segunda via Ilha-Continente (iniciado durante o Governo Colombo Salles) além do que foi ampliado em 50% o numero de telefones disponíveis em

¹⁵¹ *Ibid.*

¹⁵² Faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Ciências Econômicas, Filosofia, Medicina, Engenharia Industrial, Química, Mecânica, Metalúrgica.

¹⁵³ *Ibid.*

Florianópolis e também foram concluídas as obras do “Hospital Nereu Ramos” e do “Manicômio Judiciário”.

A gestão Ivo Silveira e a do seu sucessor Colombo Salles (1971-1975) foram marcadas pelo “Projeto Catarinense de Desenvolvimento” (PCD) que visava dar aos cidadãos acesso à educação, saúde, previdência, justiça e preservar os recursos naturais, acelerar o processo de expansão econômica.

Tendo em mente o que Ianni chama de “tecno-burocracia”¹⁵⁴, podemos igualmente reparar que a indicação de Colombo Salles ao Governo de Santa Catarina é o reflexo da aliança militar-tecnocrática que se fortalece durante o governo Médici¹⁵⁵ pois os militares radicais e os tecnocratas:

(...) se precisavam mutuamente. Os militares da linha dura precisavam dos tecnocratas para fazer a economia funcionar. Os tecnocratas precisavam dos militares para permanecer no poder. As altas taxas de crescimento davam legitimidade ao sistema autoritário (*ibidem*, p.220).

Mas, no que diz respeito à assistência social, foi ampliado em 250 vagas o “Educandário XXV de Novembro”¹⁵⁶, foi implantado em Biguaçu o “Centro Educacional São Lucas” para “menores” com problema de conduta, um “Centro de Recepção e Triagem” (CTR) para “menores” na Capital, e enfim foi instituída a “Sociedade Promocional do Menor Trabalhador” (PROMENOR) destinada à orientação profissional de “menores”.¹⁵⁷

¹⁵⁴ *Ibid.*

¹⁵⁵ Tal governo durou de 1969 a 1974, e foi reconhecido como o mais repressor entre os dos militares no poder. Convicto defensor da “linha dura” ou ala extremista dos militares, o general Emílio Garrastazu Médici foi indicado pelos eleitores militares pela sua capacidade de unir o Exército, e por seu prestígio que nas forças armadas era indiscutível. Ao lado dos crimes e das violentas torturas perpetradas aos opositores do regime, o governo fez, devido também ao impulso que o crescimento econômico teve de 10 por cento, uma política de forte aumento salarial para os profissionais, administradores e tecnocratas do País que, por isto, tornaram-se seus aliados facilmente (SKIDMORE, 1988). De resto, o problema da estabilização econômica predominava depois do término do governo Goulart (1961-1964) quando a decisão de não entregar o poder a nenhum grupo da elite política já estava irrevogável (*idem*, 1982).

¹⁵⁶ Nome que adotou o AM em 1969.

¹⁵⁷ Salles *in* Correa, *op.cit.*

A administração do Governo Konder Reis (1975-1978) criou muitos novos órgãos em Florianópolis¹⁵⁸, e foi neste período que no então pequeno bairro de Itacorubi se instalaram: a “Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina” (ACARESC); CELESC; “Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina” (EMPASC); “Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina” (ACARPESC); UDESC; “Telecomunicações de Santa Catarina” (TELESC); “Centro de Ciências Agrárias” da UFSC; “Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina” (FIESC) e a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais” (APAE). Não podemos esquecer que no bairro de Pantanal instalou-se também a “Centrais Elétricas do Sul do Brasil” (ELETROSUL) que provocou um grande impacto sobre o espaço urbano de Florianópolis, pois áreas ainda semi-rurais como os atuais bairros da Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi, transformaram-se demasiadamente fazendo com que o mercado imobiliário e empresas prestadoras de serviços crescessem muito e repentinamente.

O início da década de 80 no Estado corresponde a uma fase de transição que se inicia com a queda do Estado burocrático militar e o início do processo de “abertura” do Estado democrático. O Governador Jorge Bornhausen (1979-1983), todavia ainda indicado pelos militares, idealiza um “Plano de Ação do Governador” (PAG) que previa três planos de intervenção: no Campo Psico-Social com ações na educação, saúde, habitação, saneamento, segurança, trabalho; para o Campo Econômico na agricultura, comércio, indústria, energia, comunicação; no Campo

¹⁵⁸ Em 1975 são criadas: a “Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina” (CODESC); “Programa de Apoio à Capitalização de Empresas” (PROCAPE); “Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária” (EMPASC); “Companhia Catarinense de Armazenamento” (COCAR); “Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina” (CODISC); “Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola” (CIDASC); “Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina” (TURESC). E como órgãos de administração direta: “Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente” (FATMA); “Fundação Catarinense do Trabalho” (FUCAT); “Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor” (FUCABEM); “Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina” (IOESC); “Instituto Técnico de Economia e Planejamento” (ITEP), entre outros.

Administrativo com a organização de 16 Secretarias, duas Procuradorias e nove Fundações (da Cultura, Esporte, Turismo, Bem-Estar Social).

Enfim, Santa Catarina se tornou no fim do século XX um Estado intensamente urbano, muito diferente da sua origem predominantemente rural, e de resto:

o que se passou em Florianópolis na década de 60 é algo que parece ter estado presente também em muitas cidades brasileiras (...) [na Capital] a UFSC foi como uma grande empresa impulsionadora do **processo de modernização** verificado nestes anos (...) ao falar de modernização, estamos falando de mudança social (...) ela implica necessariamente uma experiência de mudança social para a população que se moderniza (PEREIRA DO VALE, 1974, pp.19-30; grifo nosso).

A este propósito, lembramos que o mesmo autor ressalta que os ciclos positivos do processo de modernização da Capital e do Estado sempre dependeram de fatores exógenos, como, por exemplo, a aplicação de recursos federais.

Além do que, é possível delimitar um marco temporal para notar uma mudança significativa nas mentalidades dos florianopolitanos: os anos 1961 e 1962, pois:

foi a partir deste marco que o 'velho' passou a ser contestado, que se mobilizaram os mais diversos recursos, que a mentalidade do florianopolitano se abre para novos padrões de comportamento. É nesse momento que o processo de modernização se evidencia [isto decorreu da] modificação dos padrões habitacionais, com surgimento de edificações de grande porte, ou seja, um crescimento vertical da cidade; ampliação da área urbana de 48 para 60 Km² (urbanização evidente); instituição do processo de Planejamento do setor público; alterações sensíveis no orçamento municipal; **pressão educacional caracterizada pela reforma universitária** (p. 77).¹⁵⁹

Em razão da UFSC ter tido movimentação de recursos em 1962, ela gerou até final do mesmo ano 267 novos empregos, tratava-se de pessoas qualificadas e, em alguns casos, provenientes de outros Estados. Isto provocou também afluxo de estudantes e professores de outros centros, colaborando na mudança cultural.

¹⁵⁹ *Ibid.*, grifo nosso.

Para ilustrar a evolução do crescimento da Capital o referido autor também mostra os seguintes dados segundo os recenseamentos: a população total de Florianópolis em 1940 era de 46.753 e em 1970 passa a ser de 143.414.¹⁶⁰

A trajetória do denominado “Abrigo de Menores” na sua origem em 1940, no governo de Nereu Ramos, e “Educandário XXV de Novembro” em 1970, em seu processo de modernização, estará inserida neste contexto. As duas datas indicam posturas diferenciadas na abordagem da questão do “menor abandonado” mas coincidem com períodos políticos autoritários. A primeira abordagem poder-se-ia caracterizar como assistencialista e a segunda como uma abordagem totalmente secular e baseada na idéia de competência tecnocrática.

E será no espírito da política assistencialista do Governador Nereu Ramos que iniciará em 1940 a obra do “Abrigo de Menores” “modernizado” em “Educandário XXV de Novembro”, em 1970.

3. 2 A POLÍTICA ASSISTENCIALISTA DE NEREU RAMOS

Durante o Governo Nereu Ramos (1935-1945) o assistencialismo se mostra através de ações públicas voltadas aos vários problemas sociais como o da infância abandonada, aliás, um dos grandes cuidados do governo do Estado foi consolidar uma vigilância permanente sobre os “menores”, já que a presença constante de crianças pobres, largadas nas ruas, passou a ser vista como uma ameaça à tranqüilidade das cidades, lembrando que:

O assistencial é uma forma de caracterizar a exclusão com a face da inclusão, pela benevolência do Estado frente à carência dos indivíduos. Não é ele, de *per si*, a exclusão. Esta se dá também nas políticas sociais das sociedades

¹⁶⁰ Fonte IBGE (*apud* Pereira do Vale; *op.cit.*).

capitalistas desenvolvidas, uma vez que, no limite, o conflito capital-trabalho permanece mantendo a desigualdade social (SPOSATI, p. 31).¹⁶¹

Ilustraremos, a seguir, a trajetória do Governo Nereu Ramos nas suas características e desdobramentos tendo em vista situar politicamente a instituição AM na época da sua fundação, Obra que, em quarenta anos, se viu palco de concepções contrastantes sobre como cuidar dos então chamados “menores”.

Em 1935, o lageano Nereu de Oliveira Ramos (1888-1958) assume o Estado de Santa Catarina, cargo para o qual foi eleito indiretamente, recebendo o posto de Plácido Olímpio de Oliveira, sendo interventor¹⁶² entre os anos de 1937 e 1945. Fundou em 1945 o “Partido Social Democrático” (PSD) e foi líder da maioria na Assembléia Constituinte de 1946 (MEIRINHO, 2000).

Conforme Silva (1994), o sobrenome “Ramos” origina-se do fato que Laureano José Coelho, um dos patriarcas da família, nasceu em um domingo de Ramos. A família Ramos teve tradição de atuar na política, começando por Belisário Ramos que em 1891 fundou em Santa Catarina o “Partido Republicano”¹⁶³, e por muito tempo, juntamente as famílias Konder, Vianna, Rupp, Bayer, Bornhausen que gozavam de importância política no Litoral e no Vale de Itajaí, dominaram a cena política no Estado. As referidas famílias representavam o partido da “União Democrática Nacional” (UDN) enquanto os Ramos foram responsáveis pela constituição do PSD. Os primos Nereu e Aristiliano Ramos interromperam entre eles qualquer diálogo à causa dos respectivos pais Vidal de Oliveira Ramos que governou o Estado entre 1902 e 1905 e 1910-1914 e Belisário Ramos, que dominou

¹⁶¹ *Op. cit.*; grifo da autora.

¹⁶² Sob o regime do Estado Novo, a autonomia dos Estados com o relativo princípio federalista diminuiu. Os governadores passaram a ser chamados de “Interventores”, ou seja, eram meros delegados do poder central e governavam através de decretos-leis.

¹⁶³ Futuramente aglutinado pela “Coligação Por Santa Catarina”.

a Prefeitura de Lages entre 1902-1922. Assim, Nereu Ramos apoiou os paulistas em 1932 conseguindo a interventoria do Estado de 1937 até 1945, sendo que Aristiliano Ramos foi Governador do Estado entre 1932 e 1935 dando apoio total a Getúlio Vargas. No ano de 1945 enquanto Aristiliano Ramos articulava-se com a UDN, seu primo Nereu organizou o PSD no Estado¹⁶⁴, começava desta forma a aparente redemocratização do País.

Segundo Piazza¹⁶⁵ no quadro político catarinense o PSD era a continuação do conservadorismo republicano cujos componentes eram proprietários e produtores rurais, a UDN era um partido liberal burguês que obteve o maior apoio nos setores industriais e na classe média, estando presentes também o “Partido de Representação Popular” (PRP), o “Partido Social Progressista” (PSP), “Partido Democrata Cristão” (PDC), não tendo representação no Estado o “Partido Comunista Brasileiro” (PCB), o “Partido Libertador” (PL) e o “Partido Social Trabalhista” (PST); o “Partido Trabalhista Brasileiro” (PTB) que segundo a opinião do autor surgiu como um instrumento para concentrar o voto operário em prol de Vargas, contando fundamentalmente com os sindicatos na sua base organizacional.

Durante o Governo Nereu Ramos, as questões referentes à educação e ao tratamento dos “menores” ganharam nova dimensão. Algumas medidas foram tomadas para tornar obrigatória a frequência escolar, como a “quitação escolar” e a proibição do ensino domiciliar. A quitação escolar significava que a população catarinense, para ser admitida ou promovida em serviço público, devia antes conseguir um atestado de frequência em uma escola oficial.

¹⁶⁴ A mesma autora relembra que com o Decreto Lei nº. 7.586 de 28 de maio do mesmo ano, art. 110 parágrafo 1, tornou-se obrigatória a coexistência de partidos políticos no País, porém já com o Golpe de 30, durante o Estado Novo e com o sucessivo Golpe de 64 o antipartidarismo se acentua, apesar da criação de “pseudo-partidos” que serviram para dar uma fachada democrática aos regimes.

¹⁶⁵ *Op. cit.*

Além disso, já a partir de 1938, foi proibido o uso da língua estrangeira nas escolas, criada a “Superintendência Geral das Escolas Particulares” e formalizada a Nacionalização do Ensino. A normatização da língua foi o eixo central que direcionou a intervenção escolar deste Governo junto às populações de origem estrangeiras, sendo uma maneira de fortalecer a tendência centralizadora do Estado.

No que se refere à aliança entre Estado e Igreja¹⁶⁶, o próprio Governador via na instrução religiosa a tão importante formação moral do homem. Por isto, foi lançado em nove de agosto de 1935 o decreto-lei nº. 64 que regulava o ensino religioso nas escolas públicas.

A essência da instrução escolar, segundo Nereu Ramos, devia levar em conta o ensino pátrio, utilizando autores rigorosamente nacionais, o ensino moral, circunscrito aos princípios cristãos, as noções de economia doméstica e de agricultura. De grande interesse do governo eram, naturalmente, os estudos da puericultura e da medicina social que podiam garantir a higiene, a saúde físico-espiritual e uma procriação saudável.

A idéia da “criança como chave para o futuro”, que como já vimos começa no Brasil com o século XX, e que tanto é presente neste período, está associada, segundo Rizzini Irene a uma:

Conceituação de infância que exerceu forte impacto nas formulações conceituais e práticas que se desenvolveram (...) no mundo ocidental. Trata-se da conceituação humanista de infância identificada na Europa Renascentista (...) quando se materializa a idéia de que o futuro do Estado dependia da forma com que se educava uma criança. E que a família, como responsável pela educação

¹⁶⁶ Nereu Ramos beneficiava-se do apoio do então arcebispo metropolitano D. Joaquim. Deve-se também ter em conta que esta aliança já era de alguma forma presente no Estado, pois em ocasião da instalação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1º de maio de 1835, os membros e o Presidente foram até à Matriz da então cidade de Desterro para o ato soleníssimo, que marcou a presença do Arcipreste da Província, maior autoridade eclesiástica da época (CABRAL, 1977).

da criança, era o protótipo do Estado; logo, suas virtudes espelhariam as virtudes do Estado. (p.158).¹⁶⁷

Igualmente, é a partir do Renascimento que os princípios da prudência e do controle dos instintos que predominam de maneira geral na educação humanista, são valorizados e considerados propedêuticos para a preparação dos jovens à cidadania, isto é, os novos cidadãos dos recém formados Estados deviam ter autocontrole e saber ser dissimulados quando necessário (CASEY, 1992).

Os Estados na Europa dos séculos XVII e XVIII viam nos colégios a resolução para preservar os jovens do mundo da convivência social considerado excessivamente permissivo e perigoso para eles, tanto que as famílias eram vistas com desconfiança, às vezes julgadas incapazes de ensinar o domínio das paixões (FELGUEIRAS *in* FARIA FILHO, p. 214).¹⁶⁸

Apesar de terem passados cerca de dois séculos, esta mesma ótica permaneceu na escola catarinense que assumiu uma função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão, visto que preparar o espírito do jovem para a vida passou a ser considerada a principal tarefa da escola e da família. Em consequência disto, a criança (não necessariamente carente) foi afastada do convívio da família e da vizinhança, pois se acreditava que cabia à instituição escolar a maior responsabilidade por sua aprendizagem:

esse afastamento (...) configurou-se como forma de integrar a criança à novas formas de sociabilidade. Intervindo junto às crianças, no sentido de disciplinar seus hábitos, a escola foi capaz de interferir na família e (...) atingir também a comunidade social mais ampla (CAMPOS, C. *in* BRANCHER, 1999, p.154).

¹⁶⁷ *Op. cit.*

¹⁶⁸ *Op.cit.*

Os internatos¹⁶⁹ e semi-internatos reservados à educação da juventude foram espaços onde o rigor da disciplina foi capaz de produzir corpos e mentes dóceis, lembrando que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados” (FOUCAULT, 2000, pp. 118-119). De fato, através de uma vigilância permanente, do estabelecimento de horários rígidos e atividades minuciosamente controladas, o poder interferia também para garantir o uso da língua nacional e consolidar a “brasilidade”.

Pode-se dizer que a disciplina escolar igualava-se àquela utilizada em instituições como o quartel, a penitenciária ou o convento e tudo favorecia a formação do hábito do trabalho. A noção de “economia de tempo” foi exaltada, já que as crianças deveriam acostumar-se “a aceitar a repetição, a fadiga, provenientes do trabalho moderno e a obedecer aos modelos de ordem exigidos pela vida urbano-fabril” (CAMPOS, C., 1992, p.150). Neste sentido, Foucault argumenta:

[o princípio da] utilização exaustiva [isto é] da não ociosidade mostrou-se com a proibição de perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens (...) desperdiçar tempo é um erro moral, uma desonestidade econômica (p. 131).¹⁷⁰

Todavia, a exaltação do trabalho por parte da moralidade cristã, tratar-se-ia segundo Paul Lafargue de uma contradição, pois:

Os gregos da grande época também só tinham desprezo pelo trabalho: só aos escravos era permitido trabalhar, o homem livre só conhecia os exercícios físicos e os jogos da inteligência. (...) **Cristo pregou a preguiça no seu sermão da montanha.** (pp.64-65).¹⁷¹

¹⁶⁹ Conforme Freitas “Adequar-se a padrões de urbanidade significava para os homens da modernidade emergente, adequar-se a um modelo de distinção e... os colégios serão a moderna expressão de como tratar as crianças mediante códigos das boas maneiras requeridos pela cultura moderna” (pp. 22, 23, *op.cit.*).

¹⁷⁰ *Op. cit.*

¹⁷¹ *Op. cit.*

Seria segundo o autor, este amor ao trabalho a provocar misérias individuais e sociais, e em vez de lutar contra “esta aberração mental, os padres, os economistas, os moralistas sacrossantificaram o trabalho”.¹⁷²

As questões educacionais estavam também vinculadas ao saneamento e à higiene, viabilizando em Santa Catarina o programa da Aliança Liberal que levou Vargas ao poder, já que “o trabalhador ou operário cristão, modelado pela moral, pelos discursos eugênicos e pelas medidas profiláticas, contribuiria e forjaria sua própria identidade” (SOUZA R., p.129).¹⁷³

Através do DNCr, ligado ao Ministério da Educação e Saúde, que se ocupava de todas as atividades nacionais relativas à maternidade, infância e adolescência, o Governo Ramos acompanhou os debates governamentais e foi assim que foi instituída a “Semana da Criança” também em Santa Catarina acontecendo geralmente no mês de outubro¹⁷⁴. Os assuntos debatidos eram relativos à puericultura, nutrição infantil, higiene, alimentação das gestantes. Em 1943, o então Juiz de Menores da Capital Dr. Alves Pedrosa, na sessão solene que inaugurava a referida “Semana”, pronunciou as seguintes palavras:

Meus senhores, entre as louváveis iniciativas do Departamento Nacional da Criança destaca-se pela sua importância e palpitante atualidade, a que, oficializando a “Semana da Criança” deu às suas comemorações o mesmo sentido em todo país. Sentido profundamente humano e patriótico com o despertar em todos os elementos da sociedade brasileira, dos governantes às mais modestas camadas do povo, o dever de cooperação e solidariedade em favor das crianças e dos jovens, que precisamos defender na sua vida, na sua saúde e na sua educação, fazendo de todo brasileiro um ser ativo, sadio, consciente, laborioso e útil. E a escolha da infância abandonada só poderia ser acolhida com entusiasmo principalmente em **nosso Estado, que tem sido o vanguardeiro das campanhas em prol da integridade e perenidade da Pátria**. O problema da infância abandonada foi uma das primeiras cogitações do atual governo catarinense, Eleito e empossado no cargo de Governador Constitucional do Estado, o Sr. Nereu Ramos (...) assinou o decreto nº.78,

¹⁷² p. 78, *Ibid.*

¹⁷³ *Op. cit.*

¹⁷⁴ E seguindo as comemorações destas “Semanas”, em 1942 foi instituída no Estado a LBA que era composta apenas de mulheres, tendo na Presidência Beatriz Pederneira Ramos, esposa do Governador.

criando na Comarca desta Capital um Juízo de Menores (...) convidando para dirigi-lo um dos mais legítimos expoentes da magistratura catarinense, o Juiz Hercílio Medeiros (...) a salvação da infância abandonada não deve ser encarada como simples preceitos fundamental da caridade cristã, nem como dever social, somente, mas sim como um movimento ligado à própria existência da nação (...) pois **um conjunto de crianças que não foram devidamente assistidas só podem formar povos e nações inferiores, inexpressivas, fáceis de conquistar** (PEDROSA, 1943, pp. 5-6,9).¹⁷⁵

Assim, o Poder Judiciário e a Igreja tinham a missão de reeducar os que não seguiam as regras eugênicas, readaptando-os naqueles ambientes formadores que pudessem remediar suas deficiências tanto morais como físicas. Tudo previa: disciplina quotidiana, respeito aos horários, aos ritmos de trabalho e um lazer regulado.

Vale lembrar que neste período o tema da educação física ganhou força nas escolas “os exercícios de ginástica indicados (...) intercalavam posições de descanso e sentido, semelhantes aos exercícios militares” (CAMPOS, C. *in* BRANCHER, p.152)¹⁷⁶, visto que “uma alma bem formada exigia um corpo sadio, isto é, *Mens sana in corpore sano*” (SOUZA, R., p.104)¹⁷⁷. Todavia, não eram somente os exercícios físicos que ganhavam destaque.

Para que os indivíduos entrassem em contato mais íntimo e profundo com o sentimento nacionalista, a música teve bastante importância nas escolas e também se orientava quanto à maneira de usar a voz na hora da leitura ou de declamar poemas.

Todos estes elementos povoaram o cenário do AM em Florianópolis, que por quatro décadas foi uma referência para a assistência da infância abandonada no Estado. Apresentamos a seguir as características, as razões da história da

¹⁷⁵ O mesmo juiz em ocasião de uma palestra proferida no “Rotary Club” de Florianópolis, no mesmo ano, afirma que de agosto 1935 até setembro de 1943 foram instaurados cerca de 1.333 processos referentes aos “menores”; *ibid*; grifos nossos.

¹⁷⁶ *Op. cit.*

¹⁷⁷ *Op. cit.*

instituição que depois de trinta anos em 1969 passa a chamar-se “Educandário XXV de Novembro”.

3.3 DE “ABRIGO DE MENORES” À “EDUCANDÁRIO XXV DE NOVEMBRO”

Como vimos, o que mais marcou a fase da política assistencialista no Brasil (aproximadamente de '30 até '60) foram as convenções internacionais às quais o país aderiu, a responsabilidade do Estado em assistir as crianças, a nítida distinção entre “menor carente” e “menor infrator” e o fortalecimento do Poder Judiciário frente às questões da infância. Pode-se afirmar que a política de assistência de Nereu Ramos não se reduziu somente à escolarização de todas as crianças já que ulteriores investimentos na sociedade catarinense foram realizados, como serviços de saúde, higiene e reclusão. De fato, hospitais, hospícios, colônias, prisões, abrigos de menores, faziam parte daquela série de instituições programadas para reformar as pessoas tornando-as aptas, segundo o espírito da época, de fazer parte desta nova e “exemplar” sociedade. Lembramos o “Hospital Nereu Ramos” para os tuberculosos, a “Colônia Santa Tereza” para os leprosos que foi inaugurada no mesmo dia do AM, e o “Instituto Psiquiátrico Colônia Sant' Ana”.¹⁷⁸

Para tratar, abrigar, vigiar e educar os “menores abandonados” e delinqüentes, o Estado catarinense tomou como primeiras medidas criar o Juizado de Menores (segundo o decreto nº. 78) e fundar o AM – respectivamente em 1935 e 1940 (ANEXOS 05; 05/II; 06).

A opção de criar um edifício único destinado a abrigar os “menores” acompanhava mais duas propostas: a primeira consistia em vilas ou *cottages*

¹⁷⁸ “Em nome dessa suposta ‘proteção da sociedade’, o hospital psiquiátrico, dotado de uma ampla e moderna aparelhagem técnica, promoveu a exclusão daqueles indivíduos rotulados de ‘loucos’ e que não se inseriam disciplinadamente no mercado de trabalho” (ACKERMANN, *op.cit.*, p.27) .

isolados para famílias compostas de um grupo de vinte ou trinta crianças sob a responsabilidade de um casal; a segunda previa construções semelhantes a apartamentos.

O projeto de um grande edifício único predominou, pois conforme Ackermann (2002) o Estado de Santa Catarina ainda não dispunha de uma rede suficientemente organizada de assistentes sociais, além de ter restritas finanças públicas, o que tornava impossível a construção de várias e dispersas residências.

Então, depois de quase quatro anos de obras, O AM foi inaugurado no dia 11 de março de 1940 por Getúlio Vargas, segundo a vontade do interventor Nereu Ramos que também decidiu entregar sua Direção Interna à Congregação Religiosa dos Irmãos Maristas, por ele muito admirada¹⁷⁹. Quando foi lançada a primeira pedra do AM, em 1936, o Juiz de Menores Dr. Hercílio Medeiros afirmou que a obra iria ser “duplamente monumental, isto é, tanto pelas suas proporções materiais quanto pelas suas grandiosas finalidades” (*apud* ACKERMANN, p.15).¹⁸⁰

Única instituição do gênero em Florianópolis, o estabelecimento era situado na Rua Rui Barbosa, bairro da Agrônômica, e sua extensão ia desde o estabelecimento do antigo “Hospital Naval” até o final do terreno da atual “Casa do Governador”, em um total de 55 mil metros quadrados. Localizado à beira mar, seu terreno era amplamente cultivado, tendo hortas (ANEXO 07), múltiplas variedades de flores e campos de futebol cercados por eucaliptos.

Principal finalidade da instituição era amparar e dar um lar aos “menores” de sexo masculino juridicamente declarados “abandonados” (incluindo inicialmente os infratores considerados não perigosos), com o objetivo de ajudá-los moral e materialmente. As meninas continuaram a ser abrigadas no “Asilo de Órfãos São

¹⁷⁹ Acredita-se que esta admiração era originada também pelo fato de que os filhos do Governador eram na época internos do “Colégio Marista São José”, no Rio de Janeiro (MACHADO, *op. cit.*).

¹⁸⁰ *Ibid.*

Vicente de Paula” inaugurado em 1910, ainda sob o nome de “Asilo Santa Catarina”, hoje conhecido como “Lar São Vicente de Paula”.

Através do trabalho dos irmãos maristas, em muitos casos, foi possível reintegrar os meninos na sociedade depois da saída do abrigo, que se transformou em uma verdadeira casa de recuperação.¹⁸¹

Em um Ofício datado 30/12/1943 pode-se ler:

O problema dos menores abandonados e transviados, após sua internação, não consiste somente em instruí-los ou alfabetizá-los. Mas sim educá-los. Educá-los antes de tudo. Formar a criança para servir a Deus e à Pátria, visto como sem esses dois princípios basilares não é possível ao homem dotar-se de energia moral (*apud* ACKERMANN, p.34).¹⁸²

Embora no AM o número de “menores infratores” fosse, desde o início, inferior ao dos abandonados, antes do surgimento da instituição (tanto os que eram avaliados como “perigosos” como os “não perigosos”) eles eram enviados ao presídio da cidade, a penitenciária estadual “Pedra Grande”, onde forçosamente eram obrigados a conviver com criminosos de alto risco.

Quando o AM foi inaugurado teve inicialmente 35 internos. Sucessivamente, a obra recebeu meninos de todo o Estado num número máximo de 250 (a partir de 1945, quando foram concluídas as demais dependências do prédio), distribuídos em quatro turmas de 60 cada, segundo a faixa etária. Tal distribuição dos alunos em turmas e as divisões dos espaços eram “estratégias utilizadas para se conseguir uma eficiente vigilância e um maior controle num espaço totalmente útil e funcional” (p.58).¹⁸³

A idade mínima para a admissão era de oito anos, e a permanência máxima até os 18 anos. Segundo o livro “Histórico da Província” a instituição acolhia cinco

¹⁸¹ Conforme Ackermann, *op.cit*; Brancato (2003); Machado C. (2003).

¹⁸² *Ibid.*

¹⁸³ *Ibid.*

categorias de meninos: “órfãos, abandonados, anormais, rebeldes e menores infratores”¹⁸⁴ e considera-se que este era um trabalho bastante inédito, tanto para a cidade, como para os Irmãos que nunca no País tiveram experiência de trabalhar com jovens abandonados, menos ainda com infratores, visto que os colégios maristas no Estado eram destinados prevalentemente aos filhos das classes média e alta da sociedade.

Aliás, faz-se necessário acrescentar que mesmo os jesuítas que chegaram ao Brasil com plenos poderes missionários, desinteressaram-se totalmente pela existência e pela sorte das crianças abandonadas, assim como das ilegítimas, isto porque inicialmente as “Confrarias do Menino Jesus” começaram a receber pequenos órfãos legítimos enviados de Portugal e, após certo período, apesar da finalidade inicial, esses colégios passaram a atender os filhos de luso-brasileiros, tornando-se definitivamente lugares de formação dos filhos dos proprietários, da elite da colônia; assim “nunca nenhum pequeno exposto pôde ser admitido nos colégios dos jesuítas” (MARCÍLIO, p.131).¹⁸⁵

De toda maneira, ao ingressar no AM, o menino era inscrito no “Livro de Matrícula” da instituição, onde era registrado seu número de ordem de entrada, nome completo, número de matrícula, nome do pai se fosse vivo, nome da mãe se fosse viva, data do ingresso, data de nascimento, procedência, naturalidade, categoria, número do processo, cor, aula e turma a ser encaminhado e algumas observações. Estas informações eram dadas através da “Certidão de Abandono”, cujas cópias eram enviadas à Secretaria da Justiça, Educação e Saúde e ao Juizado de Menores. Nesta Certidão expedida no término do Processo de Abandono, estavam especificados os motivos que levaram a declarar o jovem “abandonado”.

¹⁸⁴ *Apud* Ackermann, p.59, *ibid.*

¹⁸⁵ *Op. cit.*

Conforme Hinkelmann (1965)¹⁸⁶ professor que no AM trabalhou por oito anos, os internados provinham:

de lares dissipados pela separação dos pais; de lares onde a permanência era impossível por causa de maus hábitos; de lares adotivos que os criou, mas que não tinham mais a possibilidade de mantê-los, enfim, de famílias onde a vida se tornou insustentável por miséria física e moral (p.35).

Nestes casos, os meninos estavam sob a tutela do Juiz de Menores, quando vítimas de exploração ou órfãos de pai e mãe, ou quando havia perda do Pátrio-Poder.

O número da matrícula - que correspondia ao número de entrada na instituição - servia também para identificação pessoal, sendo os uniformes e roupas de cama igualmente registrados com este número. Porém, às vezes tal número era trocado pelo nome e mais freqüentemente por um apelido¹⁸⁷ que acabava sendo utilizado tanto pelos internos como também pelos maristas.

No início, eram somente três os Irmãos que cuidavam do trabalho no AM, porém, o número foi aumentando, estabilizando-se em dois Irmãos (chamados de “Prefeito” e “Vice-Prefeito”) para cada turma, além do Diretor, dos professores e dos que cuidavam da administração e contabilidade. Aos prefeitos cabia acompanhar os internos durante os estudos, as saídas coletivas, recreios, jogos esportivos, durante as refeições e também até à noite.

A instituição era dividida em três blocos principais, onde no maior deles estavam instalados: Juizado de Menores, Gabinete do Diretor, Secretaria, salas de aulas, Capela (ANEXO 08), dormitórios (ANEXO 09), lavatórios (ANEXO 09/II), refeitório (ANEXO 10), gabinete médico, cozinha e despensa.

No outro bloco estavam um grande salão de festas e mais um dormitório. No terceiro bloco, as oficinas de aprendizagem. Num bloco à parte, a enfermaria.

¹⁸⁶ Um dos informantes da nossa pesquisa, seu depoimento está inserido no próximo capítulo.

¹⁸⁷ Ackermann (*op.cit.*); Brancato (*op.cit.*); Machado (*op.cit.*).

Além das oficinas, o setor trabalho contava com diversas hortas, jardins, criações de animais.

Ao longo do dia, os internos estavam permanentemente ocupados (ANEXO 11), pelo fato do ócio não ser bem visto pelos Irmãos:

estando corpo e mente bem ocupados, o interno não teria muito tempo para reflexões e ações indesejadas (...) manter o interno ocupado era bom, mas mantê-lo racionalmente ocupado era melhor ainda (ACKERMANN, p.59).¹⁸⁸

Como já foi introduzido, a educação física teve grande importância durante todo o período do Estado Novo e também nas décadas sucessivas, por isto as atividades físicas (ANEXO 12), os exercícios e torneios ganharam grande destaque no AM. A atividade que envolveu o maior número de meninos foi o futebol (ANEXO 13) que era praticado no abrigo mas também assistido no chamado “Campo da Liga” (localizado onde hoje está o “Beira-Mar Shopping”).

Outras atividades eram também incentivadas (e supervisionadas!) como, banhos de mar, a pesca, caminhadas ao ar livre nos finais de semanas e passeios.

O AM oferecia assistência escolar, profissional, recreativa e artística (Ver ANEXO 14 e 14/II) e médica:

Muitos rapazes encontraram na obra o pão que lhes faltava em casa, uma mão amiga que lhes guiou os passos na senda do saber, da moral e do civismo, mestres que lhes ensinaram as primeiras letras e um serviço médico que lhes deu novas forças e recuperou a saúde física abalada pela subnutrição e por condições de vida subumanas (HINKELMANN, p.3).¹⁸⁹

O ensino primário era ministrado pelos Irmãos Maristas (ANEXO 15), pelos professores leigos e por algumas professoras nomeadas pelo governo (ANEXO 15/II)¹⁹⁰. Os professores leigos se ocupavam mais especificamente do ensino de

¹⁸⁸ *Op. cit.*

¹⁸⁹ *Op. cit.*

¹⁹⁰ Podemos reparar como mostra a foto realizada em 1970 do ANEXO 15 II, a diferença da maneira dos alunos estarem na sala de aula comparada àquela de 1940 do ANEXO 15.

música e das oficinas e o currículo utilizado era o mesmo dos outros colégios, com a possibilidade de continuar os estudos fora da instituição.

Desde os 10-12 anos os internos eram encaminhados para as oficinas de aprendizagem profissional: marcenaria (ANEXO 16), tipografia (ANEXO 17), sapataria (ANEXO 18), alfaiataria (ANEXO 19), ferraria (ANEXO 20), barbearia (ANEXO 21). A partir deste momento eles recebiam, conforme Koenig (1963) a importância de CR\$ 1, 50 por dia, quantia que era acumulada até a saída da obra, pecúlio baseado no Decreto Federal nº. 55 M, de 21 de maio de 1943 (ANEXO 22). Em 1964, depois da fundação da FUNABEM, a idade para ingressar nas oficinas foi fixada em 14 anos.

A oficina de marcenaria foi inaugurada um ano depois da fundação do abrigo, estruturada em dois pavimentos, no térreo estava instalado o maquinário, no pavimento superior encontravam-se o escritório, instalações sanitárias, as seções de montagem, acabamento, envernizamento e pintura. Os serviços da marcenaria eram principalmente direcionados para as escolas estaduais, em alguns casos para a Penitenciária, a Administração do Estado e para o próprio Juizado de Menores.

Tudo o que era produzido nas oficinas era utilizado no abrigo. Os mesmos internos fabricavam os seus sapatos, os móveis da casa, costuravam os uniformes, colhiam as frutas e verduras das hortas, cuidavam dos animais que serviam para o auto-consumo. Os abrigados também costumavam ir até uma vasta Seção Agrícola que era situada no bairro de Itacorubi. A produção que excedia as necessidades internas era utilizada para o atendimento da população e visto que os produtos eram sempre fresquinhos e sem aditivos químicos, era comum as pessoas de fora irem para adquiri-los, fato que, deduzimos, auxiliou em proporcionar certa integração entre o abrigo e o resto da comunidade.

As turmas tinham seu próprio dormitório, ficando responsáveis pela arrumação da sala, pela limpeza das dependências e conservação do material à sua disposição. Aos internos era permitido sair aos sábados, domingos, feriados e, se fosse o caso, também receber visitas dos familiares. Porém, estas permissões foram gradualmente concedidas, pois no início era permitido que os internos recebessem pouquíssimas visitas por ano. Grande atração desta instituição foi a sua Banda Musical, “Santa Cecília” (ANEXO 23). Fundada em 1947, ela durou até o ano de 1977, quando foi desativada sob a jurisdição da FUCABEM e teve como primeiro maestro o Sr. Pelaio Mendosa.

No que diz respeito à administração, o AM era subordinado ao Juizado de Menores, sendo que a direção interna dos religiosos maristas era fiscalizada pelo titular da Vara. A “Secretaria do Interior e Justiça” era responsável pela manutenção, conservação, administração funcional e técnico-educativa e também pela disciplina dos seus funcionários.

O diretor respondia ao titular da Secretaria do Interior e Justiça, igualmente como o médico. Os funcionários administrativos, os prefeitos de turmas, os professores de curso primário e os mestres de ensino profissional eram diretamente subordinados ao diretor.

O AM nos seus 40 anos de atividade sofreu profundas mudanças. O primeiro Diretor Geral foi o Irmão Marista Arthur Francisco Ruver¹⁹¹ e o último foi o Irmão Victor Barboza Vieira¹⁹² que ficou até 31.01.73, permanecendo na instituição durante muitos anos.

No ano de 1969, durante o governo de Ivo Silveira, o AM passa a ser denominado “Educandário XXV de Novembro” (em homenagem ao Estado de Santa

¹⁹¹ Também autor das fotos que se encontram nos anexos.

¹⁹² Sua experiência está relatada no próximo capítulo.

Catarina), através do Decreto nº. 8.026, de 12.06.69, pois o Conselho da FUNABEM sentenciou que as instituições de assistência aos “menores” não usassem mais denominações ou títulos como: asilo, orfanato, abrigo, já que segundo a PNBEM isto iria dificultar a integração dos ex-internos na sociedade.

Com esta mudança, o educandário (ex-AM) passou a ser subordinado à “Divisão de Promoção Social” que, por sua vez, estava sob a responsabilidade da “Coordenação dos Serviços Sociais”. A “Secretaria de Serviços Sociais” em Santa Catarina foi criada pela Lei nº. 4547, de 31 de dezembro de 1970, tendo como objetivos “coordenar, supervisionar, assessorar e integrar-se com órgãos que atuam no campo do mercado de trabalho, política de emprego, orientação, recuperação e assistência ao menor, assistência à população desfavorecida, habitações econômicas de interesse social e previdência” (*apud* CLASEN, 1976).

Os órgãos subordinados à mesma eram: a “Coordenação do Serviço Social” e a “Coordenação de Trabalho e Emprego”. Do primeiro dependia a Divisão de Promoção Social que assessorava a PNBEM no Estado, inclusive com referência ao “Educandário XXV de Novembro”.

Para implantar a PNBEM no Estado, a “Secretaria dos Serviços Sociais”, a UFSC e a “Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul”, realizaram uma pesquisa nos principais municípios do Estado. Ao mesmo tempo foram promovidos encontros estaduais para estudar, diagnosticar e conscientizar as comunidades sobre a problemática do “menor”.

Em 11 de dezembro de 1973, o governo catarinense firmou o “Acordo Secretaria de Serviços Sociais – FUNABEM: Plano de Prevenção da Marginalidade”, para financiar parte da manutenção do programa (que foi aprovado, como já foi dito em 1970). A Coordenação Estadual, após estudar o Plano de Prevenção, implantou

o “Centro Estadual de Treinamento e Capacitação de Pessoal para Programas de Bem Estar Social” (CENTRE).

Estas foram as premissas que levaram à criação da “Fundação Catarinense de Bem Estar do Menor” (FUCABEM), principal executora da política direcionada às crianças carentes e infratoras em Santa Catarina.

Em 1972, os Irmãos Maristas tiveram o seu contrato de trabalho rescindido pelo Governo Colombo Machado Salles, permanecendo até o dia 31.01.73. No dia 1º de Fevereiro de 1973, a Direção Geral do educandário foi assumida pelo advogado Dr. Joel Carlos Lemos¹⁹³ que permaneceu até 1975. Neste período foi implantado o sistema de Semi-Internato que previa a entrada dos “menores” às 8 da manhã e saída às 18.30, de segunda à sexta-feira¹⁹⁴. Tal decisão acarretou certos problemas, de resto, conforme diz Machado “como permitir o semi-internato nos casos em que o menor cometesse graves infrações ou ainda naqueles em que o menor não tivesse a mínima possibilidade de assistência familiar?”.¹⁹⁵

Enfim, no dia 30.07.1975, foi oficialmente instituída pelo Governo Antônio Carlos Konder Reis, a FUCABEM, através do Decreto nº. 664. A partir desta data o “Educandário XXV de Novembro”, passa a ser administrado pela FUCABEM, vindo a ser patrimônio da Fundação.

Da Fundação decorreram suas unidades estaduais, isto é “Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor” (FEBEMs), sendo em 1975 a implantação da FUCABEM em Santa Catarina com os seguintes objetivos: implantar a PNBEM no Estado de Santa Catarina; unir esforços do Poder Público e da comunidade para a solução do problema do menor; realizar estudos e pesquisas, promovendo cursos, seminários e congressos, bem como efetuar um levantamento atualizado do

¹⁹³ Cujas partes do depoimento encontram-se no próximo capítulo.

¹⁹⁴ Machado, *op. cit.*

¹⁹⁵ *Ibid*, p.43. .

problema do menor em todo território estadual; propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar; mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda comunidade para solucionar o problema do menor (MATTOS, 1982).

Porém nenhuma mudança foi tão definitiva como o incêndio que ocorreu no dia 30.03.1980, quando foi destruído o prédio central onde estavam os dormitórios. A opinião que recebemos de alguns ex-internos em ocasião da pesquisa que já realizamos¹⁹⁶ foi que não se tratou de um acidente, segundo eles foi premeditado, haja vista as circunstâncias (foi um domingo, em pleno dia, em ocasião de um passeio coletivo). Neste caso, as razões do incêndio poderiam ter sido muitas, desde um acidente, até razões políticas, ou a especulação imobiliária, considerando que o educandário estava inserido em uma área de crescente valorização, pois como já foi antes ilustrado, em Florianópolis dos anos 60 ao início dos anos 70 ocorreu um forte aumento de loteamentos, também relacionado ao crescimento econômico e à atividade turística que se consagrou nas sucessivas décadas como uma forte atividade econômica (ALBUQUERQUE R., 2002).

A instituição em análise pode ser classificada como “instituição total”.

Segundo Goffmann (1974), por “instituição total” entende-se:

um local de residência e trabalho onde um grande numero de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (p.11).

Ele aponta que é possível agrupar tais instituições em cinco grupos, onde entre outros estão aquelas “criadas para cuidar de pessoas que são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para órfãos” (p.16)¹⁹⁷. Segundo o autor, o que distingue as instituições totais são os aspectos da vida que se desenvolvem no

¹⁹⁶ Brancato, *op.cit.*

¹⁹⁷ *Ibid.*

mesmo lugar e sob a mesma autoridade, o fato que todas as atividades se desenrolam com numerosos outros indivíduos e as muitas fases da vida que são programadas.

Embora preencha o conjunto de requisitos do conceito de instituição total, o AM pareceu apresentar algumas peculiaridades internas como certa aproximação, em algumas ocasiões, com a comunidade, situação não prevista na análise goffmanniana quando ele argumenta que “a barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu (...) precisamos considerar as perdas de contato sociais provocadas pela admissão numa instituição total” (pp.24,65).¹⁹⁸

E com relação a estas diferenças, Albuquerque J. ressalta que “as instituições totais parecem diferir mais entre si do que em relação a outras que não cabem na classificação de Goffmann” (1980, p.84).

O esforço de recriar um espírito de família no AM (mesmo se através de concepções diferentes) é um dos elementos presente nas falas que logo veremos, primeiro através dos maristas e também sucessivamente com os assistentes sociais quando a Obra já se chamava “Educandário XXV de Novembro”, o que nos permite afirmar que tal instituição, no seu conjunto, não se restringiu somente à definição de “instituição total”.

No capítulo a seguir, alguns trechos de entrevistas com irmãos maristas, assistentes sociais e diretores de ambas as propostas são apresentados, e dizem respeito não apenas às avaliações acerca de sua vivência na instituição, como também estão presentes considerações sobre a política da FUCABEM e a condição da infância abandonada hoje. Ao mesmo tempo, as trajetórias da Congregação Marista e do Serviço Social mostram como em alguns momentos as duas propostas

¹⁹⁸ *Ibid.*

sofreram avanços e retrocessos, uma defendendo a tradição secular da doutrina católica, outra se apresentando como portadora de um novo tecnicismo científico aplicado aos “menores”. Veremos, porém, que apesar das intenções, atitudes autoritárias se fizeram presentes em ambas as fases (assistencialista e tecnicista) que se sucederam na história do AM e que o fato de aplicar novas técnicas não significou necessariamente a perda da relação de dependência entre os assistentes sociais e os internos.

De resto, falando em contradições, como não lembrar Marx quando observa:

Casuística inata nos homens a de mudar as coisas mudando-lhes os nomes! E achar saídas para **romper com a tradição sem sair dela**, sempre que um interesse direto dá o impulso suficiente para isso (*apud* ENGELS, 1977, p.60).¹⁹⁹

Na realidade, o que observaremos é que não obstante os propósitos, ao longo das décadas o assistencialismo brasileiro continuou se manifestando mesmo sob várias formas: com características de “caritativo”, “repressor” e por último “emancipador”.

¹⁹⁹ Grifo nosso.

CAPÍTULO 4º - ESTADO *VERSUS* IRMÃOS

4.1 A TRADIÇÃO DA PEDAGOGIA MARISTA

A obra dos irmãos maristas começa na França, quando o seu fundador, padre Marcelino José Bento Champagnat (1789–1840), em 1817, criou o “Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria”. A idéia era formar a “Sociedade de Maria” incluindo Irmãos Educadores para trabalhar com as crianças que não tinham uma educação cristã, situados na zona rural.

Nascido em Marlhès, na diocese de Lyon, ingressou para o seminário com 14 anos e sucessivamente durante a sua atividade sacerdotal começou a reparar na falta de educação cristã entre os jovens. Eis as palavras de Azevedo (2001) sobre a origem e o contexto no qual o futuro fundador da Ordem viveu:

O ano de 1789 marcou uma nova era no mundo moderno (...) na França ocorreu uma revolução que pretendia ser uma esperança para um povo tão sofrido (...) As instituições que (...) representavam o poder da monarquia (...) deveriam ser extirpadas. Entre essas instituições estava a Igreja, que estava profundamente ligada ao Estado (...) a única instituição que oferecia alguma condição para educar, nesse período, era a família (...) sua experiência [de Marcelino Chamapagnat] educacional fora da família foi negativa (...) seus instrutores não tiveram habilidade para educar esse menino de campo (...) tem muitas dificuldades no estudo, esse adolescente criado livre, ao ter que obedecer a um sistema exigente. A sua formação seria bastante tradicional, baseada na repetição do passado, pois o problema que os bispos tinham era de fazer perpetuar a fé, sem a devida compreensão do conteúdo doutrinal (...) o sistema estabelecido era (...) informar os aspectos dogmáticos (pp. 25-26).

Marcelino, juntamente com seus discípulos, elaborou um sistema de valores educativos tendo como objetivo “transformar a vida e a situação das crianças e dos jovens, especialmente os menos favorecidos, oferecendo-lhes uma educação integral, humana e espiritual, baseada em um **amor** pessoal para cada um deles”.²⁰⁰

O fundador da Ordem criticava os critérios que sustentavam a Pedagogia

²⁰⁰ Publicação da Província Marista de Santa Catarina. Ano da canonização, n. 2, 1999, p. 26 (grifo nosso).

Jansenista até então detentora de certo prestígio, julgando-a demais rigorosa. O Jansenismo, doutrina dos seguidores do teólogo holandês Cornelius Jansen (1585-1638), previa que a redenção da alma pudesse ocorrer somente através do juízo prévio e insondável de Deus, e não às boas ações dos homens, além do mais, professava uma ética severa e rigoroso ascetismo.

A primeira escola marista foi fundada em La Valla em 1818, sendo que em 1830 Champagnat é instituído superior dos padres e irmãos maristas da diocese. A partir deste momento institutos maristas se expandiram por todo solo francês. Apesar da prematura morte do fundador (faleceu com 51 anos), a força da congregação cresceu rapidamente tanto que em 1851 o governo francês reconheceu oficialmente os objetivos de ensino das escolas maristas.

Inicialmente a maioria das escolas maristas estava instalada nas aldeias francesas e cada comunidade tinha três Irmãos²⁰¹ o diretor possuía diploma de professor primário e dois Irmãos se ocupavam do magistério, as instalações eram simples e os trabalhos na horta eram desenvolvidos no tempo livre. É a partir de então (em torno de 1880) que começaram a surgir os primeiros internatos maristas com vinte alunos durante o ensino primário. O irmão Nestor entre os anos 1880 e 1883 governou a Congregação e teve como maior preocupação o aprimoramento da formação dos Irmãos e com esta intenção fundou em Saint-Genis-Laval uma escola que dava o diploma de curso superior aos religiosos educadores. Em 1885 os primeiros maristas partiram para o Canadá, o que impulsionou uma grande expansão da Ordem no mundo, de fato em 1887 foi inaugurada a primeira casa na Espanha; em 1889 foi a vez da Colômbia e México; em 1891 os Irmãos chegam na China, por fim em 1897 começou a obra marista no Brasil.

²⁰¹ Igualmente, pelo que consta no Azzi (*op.cit.*, v.2.), foram três os Irmãos que no início tomaram posse do AM.

Curiosamente, apesar do difundido anticlericalismo das primeiras décadas do período republicano, foi por meio do regime de liberdade que não mais reconhecia o catolicismo como religião oficial do País, que a Igreja pôde repensar em suas estruturas e conseguiu ampliar suas dioceses sem ter mais que depender do poder civil, além do que, com a chegada de muitos religiosos vindos dos países europeus foram revitalizadas ordens que estavam fragilizadas ao final do Império (AZZI, 1997).

Assim, enquanto “os liberais consideravam o ensino como uma força de transformação social, os clérigos continuavam defendendo a escola católica como um meio para a manutenção da ordem estabelecida e da sociedade tradicional” (*ibidem*, p. 37, v.1).

No Brasil, os primeiros Irmãos Maristas chegaram a Congonhas do Campo/ Minas Gerais. Em 1900, instalaram-se em Bom Princípio, no estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de criar um setor que deveria ser formado pelos três estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os Irmãos Maristas estiveram presentes principalmente nas escolas paroquiais e nos colégios católicos. Nas primeiras, se ocupavam de dar uma formação religiosa aos filhos dos imigrantes cujas famílias não gozavam de uma boa posição econômica enquanto nos colégios católicos, que na maioria dos casos eram propriedade dos Irmãos desde a fundação, a educação era para os filhos das classes mais favorecidas dos centros urbanos.

Eis um trecho de De Boni que explica a vinda de congregações religiosas estrangeiras ao País:

Com a proclamação da República veio à tona o problema da formação de elites católicas. Num país que se abria a todos os credos, eivado de notório anticlericalismo, com uma população cujo catolicismo tradicional não se articulava dentro da lógica do mundo moderno, e com grupos dirigentes agnósticos, positivistas (...) estava aberta a porta para outras religiões, principalmente para o protestantismo de proveniência norte-americana (...) Este

foi, creio eu, o motivo que levou o episcopado a procurar na Europa quem viesse a fundar e/ou a dirigir colégios católicos no país (p.16).²⁰²

Nos colégios religiosos estavam presentes muitos filhos da burguesia rural que era admiradora da educação dos padrões europeus, e a aceitação que os Irmãos tiveram com eles foi também devida à familiaridade que tais jovens tinham com este modelo de ensino; o mesmo autor aponta que por estas razões o sistema escolar católico instalou-se nos centros urbanos e no Centro-Sul do Brasil.

Conforme analisa Montenegro²⁰³, durante o período que vai de 1920 a 1950 consolida-se a obra marista no Brasil e se até então as relações entre Estado e Igreja estavam tensas, com o surgimento da “ideologia da ordem” trazida pelo Positivismo que por sua vez reforçou certo tradicionalismo, as duas grandes instituições começaram a se aproximar por estes ideais compartilhados, mesmo se este processo foi lento e nem sempre linear. Ademais, é necessário lembrar que na Europa importantes tratados se teceram entre os regimes autoritários e a Santa Sé do Vaticano, como, por exemplo, os que ocorreram durante as ditaduras de Franco na Espanha, de Salazar em Portugal e Mussolini na Itália.²⁰⁴

No solo brasileiro, observa-se que o medo pela onda socialista fez com que os políticos mais conservadores buscassem apoio da Igreja que era vista como uma força mantedora da ordem social, pois como já lembramos anteriormente, esta será a principal razão pela qual a partir da revolução de 30 e durante o Estado Novo os laços entre Estado e Igreja se estreitaram intensamente.

Assim, Azzi afirma que “como religiosos, os Maristas se inseriram dentro desse projeto eclesiástico de restauração católica, e como educadores se

²⁰² In Azzi, *ibid.*

²⁰³ *Idem*, v.2.

²⁰⁴ *Trattati Lateranensi* de 1929.

enquadraram dentro da política educacional do Estado, com destaque para a educação cívica e patriótica” (p.24)²⁰⁵. Ao mesmo tempo:

A concepção de patriotismo era inoculada nos seminaristas através dos incentivos ao espírito de sacrifício no cumprimento do dever, a fim de conquistar o ideal sacerdotal. Havia (...) uma semelhança com os valores inculcados na educação militar. A marca austera e espartana da educação clerical fazia com que surgisse uma admiração natural pelo soldado que era formado nos quartéis dentro de análogos padrões de ordem, disciplina e obediência (p. 38).²⁰⁶

Todavia, para começar a operar em Santa Catarina a ordem marista teve que esperar trinta anos depois da vinda ao Brasil.

De fato, é com a posse do interventor Nereu Ramos, em 1935, que se iniciou a ligação entre o governo catarinense e os discípulos de Champagnat. O governador recebeu uma educação religiosa (mesmo se com os jesuítas) e seus filhos eram internos do colégio marista “São José” na Tijuca, Rio de Janeiro, fatos estes que contribuíram à insistência por sua parte de que fossem os maristas a administrar o AM, já à partir de sua fundação.

O relato do Irmão Artur Francisco, que foi o primeiro diretor do AM, mostra a admiração que os maristas sentiam pelo governador:

Um homem de coração generoso e eminentemente altruístico encontrou-se na pessoa do Dr. Nereu Ramos (...). Sua Excelência estudou todas as possibilidades, com largueza de espírito e dedicação sem limites. Em 1936 adquiriu imensa propriedade numa das baías ao norte do canal, nas praias da ilha; a quatro quilômetros da ponte. Construções foram iniciadas e preparadas para receber menores (*apud AZZI*, v.2, p.412).

Além do exemplo do AM em Florianópolis, gostaríamos de lembrar as instituições maristas que se estabeleceram no Estado: o “Ginásio Aurora” em Caçador, colégio pioneiro, que em 1938 foi adquirido pelos maristas; o “Ginásio Santa Cruz” em Canoinhas fundado em 1952; o “Ginásio São Francisco” situado em Chapecó, cuja construção iniciou em 1958; em Criciúma, o “Colégio Marista” fundado em 1961 e a “Escola Industrial da SATC” (Sociedade de Assistência aos

²⁰⁵ *Ibid.*

²⁰⁶ *Ibid.*

Trabalhadores de Carvão) dirigida pelos Irmãos a partir de 1963; em Jaraguá do Sul, o “Colégio São Luís” que passou a integrar o Setor Marista em 1940; o “Ginásio Frei Rogério” de Joaçaba, fundado pelos Irmãos em 1942; o “Colégio Marista” de Joinville fundado em 1960 e o “Ginásio São Bento” em São Bento do Sul que recebeu a Congregação Marista em 1951.

A assistência à missa nos domingos, o incentivo à confissão e a observação dos sacramentos (ANEXO 24), as celebrações do mês de maio dedicado à Mãe de Jesus que eram constituídos de rezas (ANEXO 25) e leituras específicas, eram comum a todos os colégios maristas, no Brasil e no resto do mundo. Igualmente forte foi a presença das inúmeras práticas esportivas através de diferentes competições, tanto que “nas solenidades anuais da Juventude, alguns colégios faziam desfilar seus atletas com os instrumentos de ginástica”²⁰⁷, sem esquecer do sentimento de civismo que os Irmãos tentavam apoiar e transmitir com a celebração de datas patrióticas.

Até hoje, os elementos principais que sustentam a Pedagogia Marista são: o espírito de família, a presença constante do Irmão, o aluno ocupado integralmente, o cuidado com o corpo e a espiritualidade. A presença do Irmão é incentivada com o objetivo de conhecer intimamente cada aluno, suas potencialidades e os seus eventuais limites:

Destinado a obra à educação dos jovens, portanto abrangendo a formação total da pessoa humana, Champagnat dava-lhe um caráter eminentemente humanitário, já que a educação – dentro de sua filosofia de vida, visa formar a pessoa total – matéria e espírito; engajá-la na sociedade, a fim de que possa ser um elemento útil. Útil, pois esta formação o torna capaz de colaborar com a sociedade na concretização dos seus fins específicos: servir a pessoa humana e promovê-la (MELLO *apud* ACKERMANN, p.23).²⁰⁸

²⁰⁷ *Ibid*, p. 441.

²⁰⁸ *Op. cit.*

Muita importância é dada à constante vigilância (como já ilustramos na demonstração da rotina diária no AM), o que implicou em castigos²⁰⁹ e premiações nos colégios maristas, dependendo do comportamento do aluno. A razão de tanta importância dada ao conceito de vigilância remonta às origens da criação da Ordem que é assim explicada por Azevedo (2001):

O conceito de criança, no começo do século XIX, é que elas seriam essencialmente más, mas com o batismo, o indivíduo seria preservado do mal e tomaria o hábito do bem, que seria protegido por barreiras intransponíveis. Tais conceitos foram traduzidos na prática pedagógica, em que se propunha o domínio total do livre arbítrio do educando, mediante a ação dominadora do mestre. Surge a necessidade de uma pedagogia da vigilância constante e atenta sobre os movimentos, os gestos, as atitudes, as palavras e a conduta dos alunos (p. 34).

Sendo principal missão da ordem marista auxiliar as crianças e os jovens na sua formação, e entrevendo neles potencialidades para transformar o mundo ao seu redor, a sua pedagogia se configura como “ocupacional”, isto é, uma educação religiosa voltada ao trabalho, estudo, artes e o esporte; além disto, se propõe como “evangelizadora”, onde, segundo o seu fundador, a educação não estaria somente voltada ao conseguir sucessos na terra, mas tratar-se-ia de um meio para se chegar até Deus.²¹⁰

O educador marista movido pela vocação, tendo ora o papel de mãe, ora de pai, teria como tarefa corrigir, incentivar, elogiar, auxiliando os seus educandos no seu caminho, para um dia poderem assumir seu papel na sociedade.

²⁰⁹ A aplicação de castigos era sistemática e muito bem regulamentada, o que revela a influencia militar na disciplina exigida pelos Irmãos. Lê-se num capítulo do regulamento colegial de Maceió, datado 1925, que estão previstos os seguintes castigos: “estudar uma lição ou copiá-la, refazer um trabalho mal feito, copiar um verbo; mas não passando jamais de 50 linhas no curso secundário, e 25 no primário. Pode-se dobrar o castigo, mas somente depois que o primeiro foi executado. Colocar de pé na classe; todavia não deixar o aluno mais de uma hora de pé, sem poder sentar-se, se for curso secundário; e meia hora, se pertencer ao curso primário (...) No primeiro ano do curso secundário, os castigos serão executados das 3 horas às 4h30, sob a vigilância de um irmão designado para isso. Os professores podem pedir o resultado das punições às 3h50, bem como às 4h25, após a visita ao SS. Sacramento. Não castigar durante o almoço, sobretudo na quinta-feira durante os pequenos recreios de 10 minutos” (*apud AZZI*, v.2, p.142).

²¹⁰ Conforme as colocações da “União Catarinense de Educação”. **Sesquicentenário da Congregação dos Irmãos Maristas**. Brasil, Setor S.C., 1967.

Ao aluno, todavia, caberia ter consciência de que é preciso exercitar-se tanto mental quanto fisicamente, para o seu crescimento e amadurecimento, estar sempre aberto à ação do Espírito Santo, instrumento que, segundo a Ordem, o ajudaria a alcançar sua realização pessoal.

Percebe-se então como possa ter sido marcante, para os que foram educados nos colégios da Ordem, uma educação como aquela apresentada pelos maristas, que não leva somente em conta os conteúdos de várias disciplinas, mas que possui uma própria força moral.

Atualmente, conforme Silva (2000), o trabalho desenvolvido pelos Irmãos alcança 80 países, tendo atuação na área de educação e obras sociais nas comunidades. Desenvolvem programas missionários e voluntários, ajudando na construção de casas para “meninos e meninas de rua”, abrigo para crianças e adolescentes órfãos, centros de apoio para famílias carentes e de reabilitação para jovens dependentes químicos ou aidéticos, e auxílio a jovens encarcerados e ex-presidiários.

A seguir, traçaremos uma breve trajetória da história do Serviço Social para ilustrar as evoluções que a proposta tecnicista sofreu no propósito de apresentar-se como superação do modelo assistencialista baseando-se nas concepções da “autopromoção” e no “autodesenvolvimento” que recusam “a exclusão das classes subalternizadas das decisões que lhe dizem respeito” (SPOSATI, *op. cit.*, p.49).

4.2 O TECNICISMO DO SERVIÇO SOCIAL

Conforme ilustra Vieira (1980), o desenvolvimento do Serviço Social conheceu quatro principais etapas. Resumidamente, observa-se que com os

governos absolutistas, mas também com os constitucionais, se sobressaiu inicialmente a “filosofia paternalista” que visava a lógica da ação dos governos e dos privilegiados ajudando os mais necessitados²¹¹. Depois, até meados do século XX os próprios assistidos começaram a participar, mesmo se em medidas diferentes e dependendo dos contextos, às ações que tinham como objetivo melhorar as suas condições de vida, como foi o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos quando surgiram as *Charities Organizations*, onde Obras e Serviço Social se uniram para coordenar iniciativas isoladas e medidas dos governos. Pouco antes da Segunda Guerra Mundial começou a terceira fase da trajetória do Serviço Social que concentrava seu estudo na organização das comunidades, pois se acreditava que ao analisar as suas peculiaridades já estava sendo construído o próprio processo do Serviço Social. Hoje tal estudo continua sendo prezado e é chamado na Europa de “Trabalho Comunitário”. Esta fase foi naturalmente marcada pelos progressos da Sociologia, Psicologia e Psiquiatria que muito acabaram influenciando o Serviço Social no desenvolvimento das análises de casos individuais e nos trabalhos com os grupos. Enfim, até a década de 90 com a constituição do ECA, foi a vez da “abordagem grupal”²¹² que inicialmente deu ênfase à prevenção da delinquência juvenil através de atividades e ocupações como os esportes e a aprendizagem nas oficinas.

É importante ressaltar que uma fase não substituiu completamente a outra visto que elementos das diferentes linhas de ação coexistiram dependendo das políticas dos governos e das contingências locais.

O primeiro curso de Serviço Social foi instituído em 1898, na Universidade de Columbia, no Estado de Nova York, logo após o congresso das “*Charities*

²¹¹ A autora fala de “atitude vertical” (p.72).

²¹² *Ibid.* p.77.

Organisations Society". Segundo Vieira²¹³, os Estados Unidos desde o início da colonização tem tradição de ação comunitária e privada, sendo que a Constituição Americana contempla a independência de cada Estado no que diz respeito a legislação de políticas sociais. Tais processos de criação de leis são acompanhados pelas comunidades tanto que estas não somente assistem, como se responsabilizam pela sua implementação e foi assim, de fato, que floresceram no território americano os "Conselhos de Bem-Estar". E foi, aliás, justamente o governo americano que concedeu a partir de 1940 bolsas de estudo para muitos estudantes de Serviço Social, inclusive brasileiros²¹⁴. Mais especificamente, a influência norte-americana nos programas de ensino do Serviço Social no Brasil inicia após o "Congresso Interamericano de Serviço Social" que ocorreu em *Atlantic City*, em 1941 (IAMAMOTO e CARVALHO, 1986).

No século XX foram três as entidades internacionais que desempenharam papel preponderante no crescimento do Serviço Social: a "União Internacional Católica de Serviço Social" (UCISS), a "Conferência Internacional de Serviço Social" (CISS) e naturalmente a "Organização das Nações Unidas" (ONU).

Atualmente a UCISS, criada em 1922 por Marie Baers em Bruxelas, Bélgica, reúne escolas católicas de Serviço Social e tem poder consultivo junto ao "Conselho Econômico e Social" da ONU, à "Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura" (UNESCO), à "Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação" (FAO) e à "Organização dos Estados Americanos" (OEA), tendo como finalidade introduzir a doutrina católica nos trabalhos do Serviço Social. Foi também a UCISS que em 1925 organizou o primeiro "Congresso Internacional de

²¹³ *Ibid.*

²¹⁴ Assim, ao regressar ao país de origem, os assistentes sociais trouxeram técnicas como "Serviço Social de Casos" e "Supervisão de Estágios", na época muito em voga nos Estados Unidos.

Serviço Social” na cidade de Milão, Itália, para discutir a organização e o planejamento desta Organização.

A CISS foi instituída em 1928, em Paris, com o empenho do Dr. René Sand que era secretário da “Liga das Sociedades de Cruz Vermelha” para possibilitar aos demais países o acesso aos fóruns e ao debate dos problemas relativos ao bem-estar social.

Fundada em decorrência de uma reunião internacional de governos em 1946, a ONU elaborou a “Carta dos Direitos do Homem” e também se ocupou de organizar agências especializadas como a UNESCO, a FAO, o “Fundo Internacional de Socorro à Infância” (FISI) e a “Organização Internacional do Trabalho” (OIT).

Percebe-se, portanto, quanto a iniciativa de grupos e a Igreja Católica²¹⁵ influíram na fundação das primeiras escolas do Serviço Social como logo veremos ao mostrar o que ocorreu no Brasil.

Após o primeiro pós-guerra a questão social se fez presente à sociedade brasileira, mas, para ser institucionalmente reconhecido o Serviço Social deverá aguardar a década de 40, sendo que no início se apresenta como uma derivação do movimento católico leigo “Ação Social”, da “Ação Católica”, das instituições assistenciais formadas pelas classes abastadas que tinham recursos e influentes contatos no mundo da política, como a “Associação das Senhoras Brasileiras” no Rio de Janeiro, a “Liga das Senhoras Católicas” em São Paulo, fundadas em 1920 e 1923, respectivamente, além da “Confederação Católica” criada em 1922 pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo coordenar as obras sociais. Tais associações que divulgavam o pensamento social da Igreja se apresentaram com uma proposta um pouco diferente se pensarmos às iniciativas de

²¹⁵ Não podemos esquecer que o século XIX se conclui com a publicação de um documento importante para a assistência social e o mundo do trabalho, a encíclica *De Rerum Novarum* do Papa Leão XIII de 1891 que abordava questões sobre a justiça social.

caridade que eram comuns até então, quando as igrejas e capelas distribuíam alimentos e vestiários em ocasiões preestabelecidas²¹⁶ ou no caso dos religiosos operantes nas já citadas “Casas dos Expostos”, considerando que tinham em vista:

não o socorro aos indigentes, mas já dentro de uma perspectiva embrionária de **assistência preventiva**, de apostolado social [querendo] atender e atenuar determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres (*Ibid.*, p.170).²¹⁷

Contudo, quando em São Paulo, em 1932, foi instituído sob influência da Europa o “Centro de Estudos e Ação Social” (CEAS), de acordo com Vieira²¹⁸ na sociedade brasileira persistiam a tradição da caridade individual e a presença de inúmeras obras privadas atuando localmente e cada uma se deparando com problemas financeiros.

No mesmo ano, a visita da belga Adèle de Loueux que era professora de Psicologia na “Escola Católica de Serviço Social” de Bruxelas, trouxe ao Brasil por meio de palestras e conferências justamente o conceito de Serviço Social como era concebido na Europa daquele tempo²¹⁹. No entanto, em 1935 foi criado com a Lei nº. 2.497 o “Departamento de Assistência Social do Estado”²²⁰, subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, com as seguintes finalidades:

a) superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar para realizar seu programa acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento (*Ibid*, p. 178).

²¹⁶ Surgem no Brasil iniciativas que eram comuns em Portugal como a “Sopa dos Pobres”, ou o “Pão de Santo Antonio”.

²¹⁷ Grifo nosso.

²¹⁸ *Op.cit.*

²¹⁹ Constavam no currículo da escola belga Psicologia, Direito, Higiene, Doutrina Social da Igreja e da Moral Cristã, entre outros ensinamentos. A influência franco-belga no Brasil era dada pela presença da escola de Bruxelas, da “Escola Normal Social” de Paris, do “Instituto Social Familiar *Menager*” da mesma cidade, todas instituições católicas (ALVES, 1983).

²²⁰ Que em 1958 passará a chamar-se “Departamento de Serviço Social”, tendo que coordenar a assistência social particular e a pública.

Através de inquéritos, tal Departamento se ocupava de registrar estatisticamente as condições de moradia dos proletários, sua alimentação, grau de promiscuidade, sendo que as famílias operárias, em especial modo mulheres e crianças, eram os alvos principais dos estudos desta instituição.

Quando Adèle de Loueux regressou à Bélgica levou consigo Maria Kiehl e Albertina Ramos as quais completaram os estudos na “Escola de Serviço Social” em Bruxelas. Voltando ao Brasil as duas assistentes sociais fundaram em 1936 a primeira “Escola de Serviço Social” em São Paulo²²¹ cuja diretora foi Odila Cintra Ferreira. Nesta instituição eram transmitidos às alunas princípios da doutrina moral cristã, além das disciplinas de Sociologia, Direito, Economia Política, Psicologia, Pedagogia e elementos de Psiquiatria²²². Um ano depois, com o apoio do Cardeal Dom Sebastião Leme foi criado o “Instituto Social”, no Rio de Janeiro, sendo que destas duas escolas saíram as assistentes sociais que serão responsáveis por organizar outros cursos da área.

Tais iniciativas foram empreendidas, principalmente, pela falta de formação básica que as participantes dos movimentos católicos acusavam no momento do contato com os problemas sociais com os quais tinham que se deparar.

As primeiras assistentes sociais brasileiras provinham de famílias burguesas, influenciadas pelas concepções inglesas e francesas da área médico-social, elas visavam ajudar os pacientes nos seus tratamentos e nas relações com os médicos nos hospitais. Outro campo de ação era nas empresas onde eram feitas ações para visar o bem-estar dos operários. Além do que, faziam-se visitas nas famílias que eram selecionadas para receber gratuitamente alimentos, remédios, quando não era

²²¹ A inauguração ocorreu no dia 15 de fevereiro.

²²² *Ibid.*

preciso encaminhá-las para obras sociais²²³. Mas o fato de o Serviço Social ter tido na sua origem um núcleo formado por senhoras burguesas, pressupõe, provavelmente, que estas pioneiras tinham um modo de ver os “assistidos” de forma paternalista e autoritária, tendo elas recebido formação moral nas mesmas instituições escolares e talvez se sentindo numa posição de “superioridade natural em relação às populações pobres” (IAMAMOTO e CARVALHO, *op.cit.*, p.223).

Em 1947 ocorreu em São Paulo o primeiro “Congresso Brasileiro de Serviço Social” e nesta ocasião o Serviço Social foi assim definido:

[como uma] atividade destinada a estabelecer por **processos científicos e técnicos** o bem-estar social da pessoa humana, individualmente ou em grupo, e constitui o recurso indispensável à **solução cristã** e verdadeira dos problemas sociais (*apud* VIEIRA, *op.cit.*, p.143).²²⁴

Porém, até o segundo grande encontro de 1967 que foi o “Seminário sobre Teorização do Serviço Social” em Araxá - Minas Gerais, profundas mudanças ocorreram, sobretudo um aprimoramento das técnicas de intervenção através das disciplinas ministradas nos cursos como o “Serviço Social de Casos”, o “Serviço Social de Grupo”, e “Serviço Social de Comunidade”, sendo que a primeira abordagem era considerada a metodologia de base do Serviço Social pelos procedimentos de estudo, diagnóstico e tratamento.

De fato, conforme a citada autora, a partir dos anos 60 o Serviço Social deixou de ser norteado pelos valores humanistas e cristãos e começou a sofrer um processo de profunda autocrítica e revisão dos seus procedimentos, mudança que derivou também do florescimento de movimentos como o da “educação popular” que

²²³ Será, outrossim significativo, o apoio às famílias dos convocados da Segunda Grande Guerra, com as ações promovidas pela LBA, fundada em 1942.

²²⁴ Podemos reparar como aqui esteja ainda presente a união entre cientificidade e moral cristã, assim o Serviço Social da época ainda ressentia da crença na força da tradição acreditando que os indivíduos tinham que se adaptar aos valores da sociedade. (Grifo nosso).

visava reconhecer a importância da conscientização antes da própria intervenção na realidade social.²²⁵

Um documento oficial de 1970²²⁶ do Conselho Federal de Educação discutindo sobre o novo currículo do Serviço Social, afirma que este procura:

a) ajustar o indivíduo à sociedade e desenvolver nele, ao mesmo tempo, a consciência crítica e prospectiva que o torne **agente de transformação da própria sociedade**; b) estimular e orientar uma política de mediações entre esses dois pólos da estrutura social (*apud* VIEIRA, *op.cit.*, p.164).

Vejamos, então, como em duas décadas a concepção de Serviço Social mudou apresentando-se primeiro como um “recurso à solução cristã dos problemas sociais”, depois como importante instrumento para os indivíduos se tornarem “agentes transformadores da própria sociedade”.

Dessa forma, já estavam constituídas as bases por uma profunda reestruturação do Serviço Social, pressupostos estes, que se fortaleceram definitivamente com a explosão das manifestações políticas dos estudantes em 1968. Assim sendo, se formou uma forte corrente ideológico-política no seio do Serviço Social, e foram consideradas como unicamente válidas as técnicas que levassem em conta os estudos de grupo e de comunidade pois era uma via para coordenar grupos que por sua vez pudessem, através de uma nova conscientização e uma análise crítica da própria realidade, reivindicar os próprios direitos.

No entanto, poder-se-ia afirmar que a “modernização” do Serviço Social no Brasil que se firmou na década de 60, estava inicialmente atrelada à ideologia desenvolvimentista promovida pelo Governo JK (1956-1961) quando houve a junção da política de massa do Estado Novo que visava a ordem social, com a perspectiva

²²⁵ Formado por assistentes sociais, o “Movimento Geração 65” surgiu no Sul do Brasil, em Porto Alegre. À partir deste movimento foram organizados vários Seminários Latino-Americanos haja vista a necessidade de implantar técnicas próprias e não simplesmente repetir o que era mais utilizado em outros países. Assuntos como a relação entre as Ciências Sociais e o Serviço Social e as perspectivas de carreira profissional, eram igualmente tratados.

²²⁶ Parecer nº. 342

da abertura para a internacionalização da economia do País (IAMAMOTO e CARVALHO)²²⁷. A ideologia desenvolvimentista prezava, de fato, o crescimento econômico acelerado, pois era preciso vencer o atraso e promover o progresso. Assim, olhava-se os exemplos de outros países como demonstra o caso da influência norte-americana nas novas técnicas empregadas pelos assistentes sociais que exaltavam a importância da participação dos assistidos no processo de intervenção nas próprias comunidades, e que também se baseavam nos novos estudos da Psicologia, Sociologia e Psiquiatria.

Porém, paralelamente ao intuito de modernizar os procedimentos adotados pelo Serviço Social houve uma burocratização progressiva nas instituições brasileiras que por sua vez se refletiu na execução das políticas sociais, especialmente a partir da instauração do regime militar pós 64.

No contexto catarinense, gostaríamos destacar a definição que o governador Colombo Machado Salles²²⁸ deu do Serviço Social, que seria:

um processo metódico, **tecnicamente conduzido**, de intervenção na realidade humana individual e comunitária, visando desencadear um processo de capacitação que conduza o homem a uma realização individual da condição humana (...) [entre suas finalidades objetiva] implantar e administrar programas em distintas áreas de bem-estar social, como o fortalecimento da família, a proteção do menor necessitado e abandonado e a assistência aos marginalizados (*in* CORRÊA, *op.cit.*, p.82).²²⁹

Assim, podemos reparar na dicotomia entre a abordagem tradicionalista da proposta marista e o tecnicismo apresentado pelas novas técnicas do Serviço Social, apesar de que este último tenha raízes católicas e que a ordem marista atendeu o chamado do governo catarinense para administrar uma obra na época inédita na sua magnitude e propósitos, com suas instalações impecáveis, novas, tudo na

²²⁷ *Op.cit.*

²²⁸ Como havíamos apontado anteriormente, seu governo durou de 1971 a 1975, sendo que em 1972 teve a saída dos Irmãos Maristas do AM.

²²⁹ Grifo nosso.

perspectiva de modernizar o país, transformar meninos “menores”, em “maiores cidadãos”.

A seguir serão analisadas as falas dos irmãos maristas e assistentes sociais que atuaram na instituição em análise, bem como as experiências de dois diretores de ambas as categorias. Suas memórias perpassaram as cinzas do incêndio e são apresentadas assim como elas afloraram; elas dizem respeito às impressões sobre a instituição, às tarefas desenvolvidas, às desavenças ocorridas entre os representantes das duas vertentes.

Tendo pedido a eles a licença para reproduzir estas considerações, queremos advertir, como magnificamente colocou Bosi, que uma “lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito (...) o sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição” e que “fica o que significa às vezes quase intacto às vezes profundamente alterado” (1987, pp. 27, 39).

4.3 QUANDO A CRIANÇA PERTENCIA Á IGREJA E AO ESTADO

Ao abordar a história da política de assistência à infância no Brasil, observamos que a partir da década de 80 predomina a “doutrina da proteção integral” cujas bases estão na “Declaração Universal dos Direitos das Crianças” da ONU de 1959. Tal posição implicou na visão de que a criança é um sujeito de direitos e que deve receber uma educação orientada para o exercício da cidadania, já que a eventual situação de exclusão na qual vive não seria determinada por sua escolha ou por sua família, mas pela incapacidade e irresponsabilidade política.

Assim foram constituídos os pressupostos do ECA de 1990, que se funda nos princípios da descentralização político-administrativa e da participação popular.

Tal estatuto prevê que somente em último caso a criança é encaminhada para ser abrigada em casas-lares²³⁰, solução esta, intermediária entre o internato e o retorno do “menor” à sua família, isto porque segundo observa Chaves (1997):

a internação deve ser evitada ao máximo até porque se abre ao aplicador da lei uma série de alternativas de outras medidas (...) [esta medida seria] a menos conveniente à formação do caráter e da personalidade do ser humano (...) a internação do menor, isolando-o do contexto familiar e comunitário compromete profundamente o desenvolvimento integral da sua personalidade (...) [tal sistema] não consegue suprir a carência de afeto e de amor que a criança sente desde a tenra idade, por mais dedicados que sejam os que a atendam (pp.404-405).

Assim, hoje prevalece a posição de que “a criança pertence a si própria”, isto é, ela não pertenceria nem à Igreja e nem ao Estado, e o AM, depois “Educandário XXV de Novembro” foi palco, através dos irmãos maristas, assistentes sociais e monitores, destas últimas duas concepções. Através das entrevistas realizadas aparece a incompatibilidade entre as vertentes, as contradições e as conseqüências das mudanças ocorridas, e sobretudo ilustram o percurso (inevitável?) que levou Santa Catarina à atual concepção.

Trilhando este mesmo caminho, lembramos a definição de “modernização” como um processo de trânsito da tradição para a modernidade²³¹, estando também presentes os elementos de:

Mobilização, diferenciação, laicização (...). Sobre a **mobilização** [entende-se] a importância das migrações, seu ritmo (...) o crescimento urbano (...) quanto à mobilidade dos bens (...) ela está ligada à intensificação das trocas resultante da melhoria das condições técnicas dos transportes terrestres (...) do ponto de vista dos efeitos sobre a sociedade (...) [pode-se ver o exemplo] dos deslocamentos de população (...) mas também como mudanças de empregos e de qualificações, com as conseqüências que elas têm na hierarquia dos status (...) A **diferenciação** [é relativa] às pessoas competentes que exercem as responsabilidades, o sistema educacional forma pessoas competentes (...) Quando se fala de **laicização** como critério da modernidade [trata-se do] ateísmo militante (...) que está associado a uma intolerância feroz (...) tal laicização é a

²³⁰ Art. 90.

²³¹ Silva; *op.cit.*

separação instituída entre a Igreja e, do outro lado, as instituições de ensino (BOUDON e BOURRICAUD, 1993, pp. 364-365).

E foram a mobilização, diferenciação e laicização que transformaram progressivamente o AM tanto que num dia, de repente, o “fogo da modernização” o fez sumir, com a mesma força e convicção empregadas pelo Estado quando decidiu erguê-lo.

E soprando nas cinzas descobrimos que...

Faltava muito pouco ao término da construção definitiva das instalações do AM, e em 1943 em ocasião da sessão solene de encerramento da “Semana da Criança”, Raul Rosa Opuwska expressou em nome dos seus colegas internos:

Crianças de todo Brasil, elevemos a voz e agradecemos a Deus os sentimentos de carinho e bondade depositados no coração do Dr. Getulio Vargas, do Dr. Nereu Ramos e demais homens de governo que se interessaram pela nossa sorte (*apud* SILVA, p.74).²³²

Este sentimento de gratidão, que por sua vez constatamos em ocasião da nossa precedente pesquisa²³³ quando entrevistamos alguns ex-internos das décadas de 50 e 60, é explicado por Altoé (1993):

Os ex-internos valorizam sua passagem pelo internato, sobretudo, quando consideram que foi importante ter um local que os acolhesse, uma vez que seus pais passavam por dificuldades financeiras, ou por serem órfãos. Ter moradia, roupa e alimentação é considerado importante para que não ficassem perdidos pela rua e virassem “marginal”. A enorme gratidão e a representação do lugar onde foram internados como sua família está especialmente referida a estes aspectos (p.35).

Eis o que conta um dos nossos entrevistados, Irmão Victor Vieira Barboza que no AM permaneceu por 25 anos²³⁴, sobre o estado de um interno então recém chegado:

Cada um que chegava ao AM recebia um número de matrícula, e era por ordem de chegada, e este do qual estou me referindo era o “1000”,

²³² *Op.cit.*

²³³ Brancato (*Op.cit.*).

²³⁴ De 1947 até 1972. A entrevista foi realizada no dia 12/01/2004.

milésimo abrigado. Este era doente, pobrezinho que dava pena, para subir uma escada a gente tinha que ajudá-lo. Ele estava com seis, sete anos, e o levamos para o médico, tomou remédios, e tinha que dar banho, cuidar das feridas (...) e ele foi indo, indo (...) tornou-se um moço bem educado, e quando saiu do abrigo chorou muito, ia sair da família dele, propriamente. Ele não tinha fora uma família bem constituída, em geral eram órfãos, ou filhos de mães solteiras, ou de famílias muito carentes que não os podiam sustentar (...) A gente procurava fazer do Abrigo uma grande família, e eu não ligava se era branco se era preto se era certo ou errado, a gente gostava muito dos meninos [se emociona] e eles por sua vez gostavam da gente, tanto assim que nunca em 25 anos não me lembro de ter saído um do Abrigo sem se abraçar comigo e chorar, e a gente chorava junto, era um filho que ia embora (...) A gente procurava para a maioria deles um emprego em Florianópolis, no comércio, nas casas de família e eram muito bem vistos e recebidos. Nós arrumávamos vagas para eles continuarem a estudar, entravam nas faculdades. Tem hoje um médico preto cardiologista²³⁵ famoso, este era um rapaz muito bom, antes de ele sair do abrigo ele foi dar aula na casa do então governador, para os empregados, foi a Primeira Dama que pediu.

Eis outra lembrança do Irmão Pedro Aurélio Hinkelmann que trabalhou na instituição por dez anos²³⁶ :

Cada menino internado tinha características diferentes. O menino que muito me marcou foi o JK [apelido], filho de leprosos, criado no “Amparo Santa Teresa”, donde fugira perambulando pelo mundo. Ao ser internado estava completamente depauperado, doente, rebelde e com desvio de conduta. Aos poucos e com muita paciência, recuperou-se e tornou-se um menino normal e afeiçoado ao Abrigo (Ir. P.).

Aqui vai uma parte da história do infrator “Sebagy”, segundo quanto conta Ir.

V.:

Infrator mesmo, me lembro de um, o “Sebagy” era seu apelido, lá onde ele morava deu uma briga e um senhor correu atrás dele e ele pegou um tijolo deu na cabeça do senhor e o matou. Aí a Polícia foi, os parentes do outro queriam matá-lo, mas os parentes dele conseguiram colocá-lo no Abrigo. E ele estava tão desconfiado, e nós falamos com ele que não estava na

²³⁵ Está se referindo ao Dr. Walter da Luz eleito vereador nas eleições de outubro de 2004, e que utilizou na sua propaganda televisiva imagens do AM. Todavia, a idéia de que os internos do AM fossem bem vistos não se confirmou segundo quanto dizem os informantes que atuaram na instituição sucessivamente: “*Eles eram discriminados pela comunidade, falavam que eram maus elementos (Dr.J); “Havia certo estigma, ‘ahh... é do Abrigo de Menores? Então não quero’. Aí nós tínhamos que mostrar nossa habilidade enquanto estagiários trabalhando as questões sociais e era muito difícil porque você tinha que convencer o empregador de que aquele rapaz era um adolescente, que não era perigoso, enfim, os mesmos preconceitos que tem hoje já existiam naquela época” (N.A.).*

²³⁶ De 1956 até 1970, tendo sido Diretor nos últimos dois anos. Entrevista realizada em 16/ 05/ 2006.

cadeia, que não estava preso embora tivesse matado, eu falei para ele “deixa pra lá”.

A interpretação da realidade vivida tem a ver com o significado de “representações sociais”. Minayo explica que é um termo:

filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (*in* GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1998, p.89).

Segundo a autora, Durkheim é o primeiro que trabalha com o conceito de “representações sociais”, quando ele relaciona o termo às categorias de pensamento que permitem a um grupo ou uma sociedade elaborar e expressar sua realidade. Estas categorias, ou representações coletivas, são estritamente ligadas aos fatos sociais e exercem sobre os indivíduos uma forte influência. Dentre estas, destacam-se fundamentalmente a religião e a moral que na vida dos irmãos maristas foram, e de fato são presentes. O próprio autor afirma:

as representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos (Durkheim, 1978, p. 79).

Pelo outro lado, Weber (1994) sustenta que a obediência dos indivíduos (neste caso tanto dos maristas aos seus superiores dentro da Ordem, quanto dos internos com eles) não se explicaria simplesmente por questões de oportunidade, de interesse material, ou por desamparo, mas:

o decisivo é que a própria pretensão de legitimidade, por sua natureza, seja válida em grau relevante, consolide sua existência (...) significa que a ação de quem obedece ocorre como se este estivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta (p.140).

Apesar de que a “dominação tradicional” a que se refere o citado autor se sustente nos “poderes senhoriais tradicionais”, ela se legitima através da tradição e

crença em valores incontestáveis; assim, relevamos certa correlação com o respeito que o os Irmãos sentem pelos princípios da Ordem à qual pertencem:

Minha família esteve sempre relacionada com os Irmãos Maristas. Meu pai e minha mãe foram sempre funcionários do Colégio Marista, nele iniciei a aprendizagem aos sete anos. Sempre apreciei as atividades e a vida dos Irmãos no Colégio. Ao ser convidado a integrar as fileiras maristas me senti atraído e consegui me realizar como Irmão (Ir. P.).²³⁷

E ainda:

Eu tinha um primo que era irmão marista e ele veio nos fazer uma visita lá em casa e eu gostei daquela figura que nós chamávamos de “padre” tão bem apresentado, tão caridoso, afável, tão comunicativo, eu achei que devia ficar como ele (...) então comecei a batalhar para ser marista, graças à Deus deu certo e entre 1936 e 1942, com vinte anos de idade, me tornei marista (...) Foi transferido para o AM porque o Superior Provincial do Rio Grande do Sul mandava os irmãos para lá e para cá, então foi necessidade (...) fui mandado e fui (...) Não teve nenhuma preparação, era “vai para lá e te vire” o que eu pensei foi “vou fazer o que puder “ (Ir. V).²³⁸

Eis o que afirma Irmão Adilson Suhr²³⁹ sobre as razões que o tornaram religioso e suas atuais responsabilidades:

Para mim é uma opção de vida, por uma causa maior que é o reino de Deus, o irmão marista em si é um religioso consagrado que renuncia à constituição de uma família para se doar inteiramente a esta causa. Eu tenho como missão ser um testemunho de vida religiosa, depois meu trabalho de catequese, evangelização das crianças, jovens, no caso dentro de uma instituição de ensino que é o colégio. Com os meus votos de castidade, obediência, pobreza, eu me coloco inteiramente à disposição desta causa. Hoje eu me dedico a um trabalho que é coordenar e administrar a casa de repouso [em Florianópolis] onde residem os Irmãos que são já idosos e que tem problemas de saúde, que precisam de um atendimento especializado. Esta casa existe há quinze anos, estou aqui há seis e devo continuar acredito por mais um período, dependendo das decisões do Irmão que é responsável pelo Conselho Provincial.

É igualmente importante ressaltar que na Igreja Católica a organização burocrática exerceu e continua exercitando um papel importante; um exemplo disto é o “Episcopado Universal”, isto é, o corpo dos bispos que tem autoridade pela

²³⁷ Irmão Pedro.

²³⁸ Irmão Victor.

²³⁹ Ingressou como interno no AM em 1968 permanecendo até 1973. A entrevista foi realizada em 04/10/05.

competência formal, universal, e legal em assuntos religiosos (WEBER *apud* CAMPOS E., 1976).

Na tarefa de transmitir uma educação moral aos internos, os irmãos maristas relatam:

A gente fazia palestras para eles, para mostrar o bem, como a família, a sociedade, a vida lá fora que eles estavam levando e inculcando o que de fato era o bem para eles porque quem saísse de lá, quem não fosse bem comportado não iria ser bem aceito, as famílias onde nós colocávamos eram famílias boas (Ir. V.).

Singular o testemunho a seguir, que além de sublinhar a influência da educação moral recebida no abrigo ilustra outro antigo problema, a tentativa de infanticídio:

Tinha um aluno da quarta turma que era um preto, bem preto, morenaço, ele não ria muito, era muito sério, um dia conversando com ele, estava para sair do abrigo, ele me diz “quando sair daqui recebo meu pecúlio vou comprar uma faca para matar minha mãe. O apelido dele era “Goia”. E eu falei “mas porque matar tua mãe?”, aí ele respondeu “porque ela quis me matar” e eu pedi para que me contasse a história. E começou “eu quando nasci minha mãe me botou num formigueiro para que as formigas me comessem. Aí, minha avó me tirou do formigueiro, cuidou de mim, brigou com minha mãe e não me deixou mais ficar com ela. Eu fiquei com a minha avó, ela me colocou no abrigo, graças a ela hoje estou vivo, mas eu quero matar a minha mãe”. Para tirar da cabeça dele aquilo não foi fácil, mas nós conversamos um monte com ele, no final mudou de idéia. Ele foi para o Rio de Janeiro e ficou até não sei quando, mas este foi um caso muito sério, e de certo modo ele tinha até razão (Ir.V.).

Mas os princípios da moral cristã não eram somente transmitidos por iniciativas exclusivas dos Irmãos, pois ainda no final da década de 70:

O currículo era normal no AM, era aquele do curso primário, então tinha alfabetização, português, matemática etc., então não havia diferença. Era uma escola que funcionava lá dentro, do primeiro até o sexto ano era o currículo nacional. Tinha “Educação Moral e Cívica”, “Organização Social e Política”, “Educação Religiosa” (Ir. A.).²⁴⁰

De resto Durkheim (2005) sempre afirmou que a escola é um microcosmo social, negando a concepção individual da educação; ela seria o reflexo da religião,

²⁴⁰ Irmão Adilson.

da ordem política, do estágio da industrialização, e não deveria ser diferente segundo as classes sociais ou contextos nos quais os jovens vivem.

Elemento que compõe a educação, segundo o mesmo autor, a moral se apresenta conforme as sociedades que a compartilham, sendo a “autoridade moral a qualidade mestra do educador” (p.68). Assim sendo, a autoridade que os Irmãos (que no Abrigo tinham papéis de religiosos e professores) exerciam com os internos, era também devida:

à elevada idéia que [um religioso] faz da sua missão, porque fala em nome de um Deus em que acredita (...) o professor é a voz de uma grande pessoa moral que o ultrapassa, isto é, a sociedade, ele é interprete das grandes idéias morais do seu tempo e do seu país (*ibid.* p.69).

Mas o que seria propriamente a moral?

Segundo as palavras de Heller (1998):

A melhor descrição de moral é a relação prática do indivíduo com as normas e regras de boa conduta. Dois aspectos dessa relação podem assim ser distinguidos: a relação do indivíduo de um lado, e as normas e regras de boa conduta com as quais o indivíduo se relaciona, de outro (p.113).

Do mesmo modo, para Durkheim comportar-se moralmente significa agir segundo uma norma, esta indica qual comportamento deve-se seguir numa determinada situação, antes mesmo dos indivíduos tomarem uma decisão sobre como proceder. Noutros termos, a moral e o dever estão ligados e o dever é uma “ação prescrita”²⁴¹, de maneira que agir corretamente significaria obedecer corretamente. A moral e as regras de conduta são respaldadas pela autoridade exercida sobre os indivíduos que aceitando e se comportando conforme as normas, legitimam sua força.

²⁴¹ *Idem*, 1974. Tradução nossa.

Por outro lado, a autoridade se impõe também com a disciplina que objetiva regradar as condutas, visto que, segundo o mesmo autor, esta tem um papel considerável na formação do caráter e da personalidade em geral.²⁴²

Aliás, na mesma obra o autor vai mais longe ainda afirmando que não existiria liberdade se não houvessem as regras, pois é através destas que os indivíduos conseguem alcançá-la. Vejamos estes depoimentos:

A impressão inicial do abrigo foi positiva. Naquele tempo²⁴³ a vida no abrigo era muito agradável. Houve muita disciplina, bom espírito, clima de escola integrada, muito esporte nas diversas quadras e campos de futebol, passeios às praias, então pouco freqüentadas, trabalho regular nas hortas, oficinas e lavouras no Itacorubi e atividades escolares muito frutuosas (...) Com os indisciplinados sempre fui tolerante. Procurava tratá-los com compreensão, delicadeza e humanidade, aceitando os desvios de comportamento e estimulando o crescimento pessoal. Evidentemente, algumas vezes agi com impaciência e rudeza no trato. Nunca porém tive reações de rebeldia da parte dos internados tanto na 2ª turma como na 4ª turma, que eram os maiores, onde fui auxiliar vários anos (Ir.P.).

Pode ser que um ou outro irmão se excedesse na ação punitiva, dois destes já não são mais Irmãos graças a Deus. Naquela época fazia parte do processo educativo bater, até no ensino público, e havia inclusive autorização do Juizado porque senão não podiam bater. Havia casos ali que precisava bater, mas não era uma coisa freqüente (...) Quando eu assumi o cargo de Vice-Prefeito, estava com dezoito anos, fui obrigado a dar uma punição severa a um interno, o apelido dele era “Cinderello”, este foi um que não teve jeito, a estrutura do AM não o tocou, ele se tornou fora um bandido famoso. Ele desapareceu durante a época do carnaval, ninguém sabia onde estava, sumiu, ficou um ou dois dias fora, depois chegou para mim e disse “sabes o que eu fui fazer? Eu fui atrás dos meus amigos para acertar com eles, para que quando você sair daqui eles te matem”, ele estava sério. E eu disse para ele que tudo bem, nem por isso iria deixar de sair, mas confesso que fiquei com medo (Ir. A.).

Eu cuidava dos internos, ficava com eles, trabalhava com eles, trabalhava na enxada! [com ênfase], levava para a sala de estudo, minha tarefa era também controlá-los nos estudos e ficar com eles nas orações, também

²⁴² *Ibid.*

²⁴³ Chegou ao AM em 1956.

dava aula e cuidava deles²⁴⁴ (...) Quando um aluno cometia alguma falha, dava um castigo²⁴⁵, eu era do princípio que nunca dava um castigo sem antes falar com eles, “você errou, porque tal e tal” e era assim, ir capinar um pedaço, vai decorar, vai escrever tantas vezes “não devo fazer isto ou aquilo” castigo que a gente dava, em geral, era aquilo. Tinha também uma cela, para os infratores maiores²⁴⁶ lá eles ficavam isolados, conforme o Juiz de Menores mandava, um dia, mais dias, mas depois eles voltavam para a turma. Um dia recebi dezoito numa vez só, eles já estavam na penitenciária aguardando para ingressar no Abrigo, isto foi em 1947. Eu tinha recém chegado, era uma responsabilidade para mim, porque como tinha acontecido alguma coisa também podia acontecer problemas dentro do Abrigo²⁴⁷ (Ir. V.).

Porém, como não considerar a relação que existe entre disciplina e poder?

Foucault (1999) analisa de forma original as relações entre saber e poder: a sociedade se organiza num sistema de práticas, procedimentos, estratégias para sujeitar nos hospitais, conventos, prisões, fábricas, e na escola. Para ele, o poder apresenta-se disperso em toda sociedade, o que nos obriga a indagar sobre os mecanismos que o indivíduo atua para ser capaz de organizar e dar um sentido à própria existência (*idem*, 2000).

A concepção do poder foucaultiana é embasada na idéia de micro poderes difundidos, o poder é essencialmente um conjunto de relações e estratégias dentro das quais os indivíduos estão colocados. Não se pode falar então em um sujeito, de um indivíduo alheio a estas relações, mas somente de indivíduos como resultados destas estratégias. Poder, saber, disciplina, são momentos estreitamente interligados na definição dos micros poderes.

²⁴⁴ Gostaríamos aqui lembrar que a vigilância exercida nos colégios e instituições era prevista já há tempo, mas aqui citamos o exemplo da “vigilância com doçura” presente no Regulamento para as crianças das escolas de *Port Royal*, França, de 1721: “É preciso vigiar as crianças com cuidado e jamais deixá-las sozinhas em nenhum lugar, estejam elas sãs ou doentes. Mas é preciso que esta vigilância contínua seja feita com doçura e certa confiança que faça a criança pensar que é amada (...) isso faz com que elas amem essa vigilância em lugar de temê-la” (*apud* ARIËS, *op.cit.*, p.141).

²⁴⁵ “A rígida disciplina imposta pelos Maristas, fortalecida pela influência militar, não conseguia impedir as eventuais transgressões (...) neste caso havia a aplicação sistemática de castigos” (AZZI, *op.cit.*, v.2, p.141).

²⁴⁶ No final da década de 40 não existia uma ala específica na penitenciária “Pedra Grande” da Capital (Trindade) para “menores infratores”, assim o AM recebia alguns deles.

²⁴⁷ Ele estava com 25 anos, naquele ano.

Ele sustenta que o poder se exercita, se infiltra, é “microfísico”, estendendo-se em todas as direções locais e elementares das estruturas sociais e econômicas, tendo em vista a multiplicidade concreta e diferenciada dos fatos e elementos que compõem em vários momentos as relações de poder.²⁴⁸

Para o intelectual francês, importante é tirar do poder a identificação generalizada como sendo uma forma de domínio, político ou moral sobre os indivíduos, as relações de poder existem enquanto os sujeitos são livres, pois, segundo ele, se uns fossem completamente submissos aos outros não existiriam relações de poder. Isto implica necessariamente resistências de várias formas, estratégias que modificam a situação. O poder seria dessa forma antes de tudo produtivo, incitativo.

Ao entrevistar Ir. A. levantamos sua história de vida. Através da ordem marista e da experiência no AM, antes como interno e depois como “Vice-Prefeito” de turma, ele se realizou tendo adquirido responsabilidades e por isto cresceu na hierarquia da instituição e na própria Ordem. Com base nos estudos de Foucault o exercício do poder se daria também dentro de um mesmo grupo. Vejamos:

A primeira semana após minha chegada no Abrigo como interno eu chorei quase todas as noites pelo fato de eu ter saído de casa (...) A medida que os dias foram passando fui me adaptando ao ponto que posso dizer que o Abrigo foi a melhor coisa que me aconteceu na vida. Com o passar do tempo eu fui me destacando dos demais pelo meu senso de responsabilidade (...) fui recebendo responsabilidades, comecei trabalhando na horta, fui para o dormitório, para varrer, assumindo as tarefas um pouco dos vice-prefeitos, depois o Irmão me mandou para a criação de coelhos, depois eu cuidei dos aluguéis dos campos de futebol nos sábados e domingos, aí a nossa divisão plantava flores para serem vendidos nos dias de finados, então passei a me ocupar também da administração destes setores e chegou também o momento que eu me tornei Vice-Prefeito (...) os outros internos às vezes comentavam que era “peixinho dos Irmãos”, mas eu não fui rejeitado porque não era o único a ter responsabilidades (Ir. A.).

²⁴⁸ *Op.cit.*

Segundo quanto ele nos - relatou, a sua vinda para o AM não foi tanto por uma questão de necessidade, mas a experiência do seu irmão como interno levou sua mãe a desejar que o outro filho fosse também, o que indica o quanto a instituição gozava de certo prestígio:

E assim foram dois anos de luta tentando, tentando, os mesmos deputados não conseguiam me internar, porque eu não me encaixava naquele perfil, tinha uma ficha a preencher sobre a situação social (...) o meu ambiente de convivência era um ambiente de classe médio-alta, meus amiguinhos eram filhos de médicos, de empresários, profissionais liberais eu não era uma criança de rua (...) mas a mãe insistia [ela estava muito doente e provavelmente já sabia que estava no fim da sua vida] e eu não queria ir de jeito nenhum, meu irmão me falava muito bem do abrigo, dizia que tinha o mar, isto e aquilo, então o que aconteceu foi que meu irmão mais velho veio para cá conversou com Irmão Victor, com o Diretor, com o Juiz, e eu consegui entrar (idem).

Apesar de que neste caso a saúde precária da mãe do interno levou-a a procurar uma vaga também para seu outro filho, noutros casos alguns foram encaminhados para o AM sem provirem de famílias realmente necessitadas, e esta foi uma questão polêmica levantada no Estado já na década de 40 e que perdurou até a vinda do Serviço Social, como ilustraremos depois através dos depoimentos relativos aos últimos anos do funcionamento da instituição:

Há infelizmente a procura da Justiça de Menores para internarem jovens a fim de se livrar do trabalho de guiá-los. São pais criadores de uma falsa infância abandonada, com sérios embaraços à obra de amparo e àqueles que realmente necessitam de assistência e proteção (PEDROSA, p.13).²⁴⁹

O AM espelhava os ideais do seu tempo. Os “menores” eram retirados para serem “reformados”, “remoldados” e recolocados como importantes engrenagens pela fábrica-Pátria, de resto:

Uma sociedade não pode se criar nem se recriar sem, ao mesmo tempo, criar o **ideal** (...) uma sociedade não é constituída simplesmente pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupam, pelas coisas que utilizam,

²⁴⁹ *Op.cit.*

pelos movimentos que realizam, mas antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma (DURKHEIM, 1996, p. 467).²⁵⁰

O que disciplinava os internos era também o sentimento religioso que permeava as atividades, a presença constante dos Irmãos Maristas, entendendo por religião:

um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos aqueles que a ela aderem (*ibid.* p.32).

Assim, o AM era também uma grande Igreja. A união era evidentemente reforçada pelo fato deles compartilhar várias atividades nos mesmos espaços, o que criava laços de solidariedade: *“interessante que tinha rivalidade entre os maiores e os médios, mas quando acontecia alguma coisa com alguém externo que ameaçasse, todos iam à defesa, realmente se reuniam, realmente era uma família”* (Ir.A.).

Segundo este outro depoimento a Pedagogia Marista teve papel fundamental no andamento do AM:

A Pedagogia Marista sempre teve como fundamento o método preventivo. Prevenir para não remediar. O espírito de família, o convívio familiar, a presença constante junto aos educandos, 24 horas por dia, sábado, domingo, feriados e férias davam condições para o bom andamento das turmas. O Irmão vigilante e seu auxiliar em cada uma das quatro turmas davam assistência permanente aos internos, o que favorecia o ambiente de família (...) outro aspecto importante que era cultivado no dia-dia era a programação das atividades com horários bem dosados: horas de descanso, de trabalho, de estudos, de aulas, de esporte, de recreação, das refeições (...) A ociosidade é a mãe de todos os vícios. Na programação diária não havia espaço para ela (Ir. P.).

Vejamos também quanto fosse estreita a convivência entre Irmãos e internos:

Conforme nosso fundador Padre Marcelo Champagnat, “para bem educar um menino é preciso antes de tudo amá-lo” e era o que a gente procurava fazer no abrigo, fazer da turma uma grande família, Então brincávamos

²⁵⁰ Grifo nosso.

com eles, rezávamos com eles. Me lembro especialmente da hora do futebol, futebol eu jogava e gostava muito, eu jogava com eles, éramos quase da mesma idade. Também dos recreios, jogo de cartas, pingue-pongue, basquete, vôlei, esportes em geral. Também tínhamos a turma da pescaria (Ir. V.).

O universo do AM permaneceu constelado destes ideais até que aos poucos os efeitos da modernização começaram a desestabilizar sua estrutura, primeiro, sobretudo, a laicização, e de fato “desde a radical crítica das crenças religiosas nos séculos XVII e XVIII, permaneceu como característica da época moderna o duvidar da verdade religiosa” (ARENDT, 1988, p.131).

O espírito de família que permeou a instituição especialmente durante a gerência marista, é um aspecto que, conforme expressa Vasconcelos (1997)²⁵¹, se faz presente em muitos orfanatos:

Estas instituições reproduzem em seu funcionamento alguns padrões de controle interno do funcionamento familiar. É imediatamente constatável a negociação entre autoridade e o uso do afeto como estratégia para a manutenção da ordem (...) uma importante aliada da instituição familiar é a religião (...) enquanto a sociedade cuida para que a ideologia familiar se propague afastando os males sociais, a religião fiscaliza e contribui para a purificação do sujeito (p.65).

A recusa do papel da religião na ação educativa foi expressa também com os argumentos da “diferenciação”, ou seja, a competência adquirida com cursos específicos formadores de técnicos habilitados para tratar de problemas específicos, como os que podiam apresentar-se no AM.

Com a década de 60 o Brasil conhece a recrudescência da burocratização em muitos setores. O Serviço Social estava pronto para entrar no Abrigo:

Eram “assistentas” [risada] moças que trabalhavam lá, o trabalho delas era de fiscalizar o nosso trabalho, verificavam se os meninos reclamavam, não reclamavam, mas eles não davam muita bola para elas, elas não estavam como nós 24 horas, só vinha um tempo e deu, eram enviadas pelo Governo, elas conversavam com os alunos, com algumas pessoas, queriam meter o bico dizendo que não tinham que fazer assim, tinham que fazer assado (...) Foi o Juizado de Menores que nós informou sobre elas,

²⁵¹ In Merisse ; *op.cit.*

tinha que aceitar, quisesse ou não era um “presente de grego” [risada], não sabíamos o que elas queriam (Ir. V.).

E ainda:

O que a gente presenciava é que a partir de um dado momento passou a funcionar o Serviço Social, então tinham as assistentes sociais. Eu acho que a assistente social tem um seu lado positivo principalmente para fazer um acompanhamento das famílias dos adolescentes, ou até o trabalho de triagem, mas eu não recordo, sinceramente, eu posso afirmar isto com quase cem por cento de certeza, uma vez uma assistente social ter vindo na minha divisão para conversar com os internos. Eu sei que elas trabalhavam, elas tinham a sala no átrio de entrada próximo ao Gabinete da Direção e que havia casos de internos que às vezes eram punidos e em seguidas iam ali conversar com a assistente social. Depois o Governo decidiu tirar a Capela para fazer outros dormitórios, era aonde os internos iam para a missa nos finais de semana e uma vez por semana, num dia, uma turma tinha missa. Isto afetou a área religiosa espiritual da estrutura, limitou o trabalho religioso dos Irmãos. No chalé que era residência, ali uma parte foi transformada em Capela, mas já não podiam reunir os internos todos. A gente estava cheirando, percebendo que tinha alguma coisa que não estava indo tão bem (Ir. A.).

O sinal forte de mudança foi quando em 1969 a instituição cessou de ser denominada “abrigo” para chamar-se “educandário”, isto prenunciava o “semi-internato”. Todavia o cenário político catarinense muda já a partir de 1952 com a eleição do Governador Irineu Bornhausen, após quase vinte anos de supremacia do PSD. Ao mesmo tempo começaram a diminuir as verbas do Governo, segundo quanto se lê neste relato:

Em 1969 mandaram mudar o nome do abrigo, aos poucos foram diminuindo as verbas, os Maristas tinham um salário do Governo, eram três mil cruzeiros²⁵². Até que nós saímos em 1973. A gente já sabia que ia acontecer, uns meses antes. Eu fui o último a sair de lá. Fui de Kombi, as lágrimas corriam, foi rápido, ficaram só os alunos e os monitores. Nós saímos porque aquilo foi um golpe político, o AM foi fundado pelo PSD e quando nós saímos era UDN, e um partido não gostava do outro, quando a UDN ganhou pensaram vamos acabar com aquilo que o PSD fez, já que o Abrigo era uma das suas principais obras. E aí começou tudo, diminuíram as verbas para alimentação, vestuário, esporte e a gente não sabia mais como fazer para manter aquilo, e nós não gostávamos de ver um aluno passando necessidade. Antes eu tinha contato com o Juiz de

²⁵² Hoje corresponderia a 2.000 reais, aproximadamente.

Menores, a Secretaria do Estado da qual o abrigo dependia e não tínhamos um controle direto do Governo sobre o AM, desde o início nós tínhamos autonomia completa. Quando voltei um ou dois meses depois de eu ter saído, fui fazer uma visitinha lá, e eu encontrei um pessoal triste, a gurizada não tinha mais quem rezasse, quem cuidasse deles, quem vivesse junto com eles, só monitores contratados pelo governo e alguns ex-alunos (Ir. V.).

Juntamente à mudança no panorama político que influenciou as políticas sociais e de desenvolvimento, começou-se a apontar certo “paternalismo” que era atribuído aos procedimentos utilizados até então em instituições para “menores” no País. O novo ideal era, mais uma vez, modernizador, na convicção de que fosse possível dar soluções pragmáticas ao problema do “menor”. Evidentemente que esta visão foi utilizada no Abrigo de Florianópolis quando teve a visita do Presidente da FUNABEM, Dr. Mario Althenfelder, segundo quanto relevamos com a nossa precedente pesquisa²⁵³. A postura paternalista significa segundo Berlin (1981):

Tratar os homens como se não fossem livres mas materiais humanos (...) manipular os homens, empurrá-los para finalidades que você o reformador social, vê, mas eles talvez não vejam, é negar a essência humana dos próprios homens é tratá-los como objetos sem vontade própria e, assim, degradá-los (p.32).

Assim, a PNBEM que começou a ser implementada a partir de 64, legitimava muitos a sentir-se:

Técnicos, capazes de trabalhar com a criança, pois bastava ter em mãos um diploma universitário, mesmo que não tivessem profundo e real conhecimento da clientela que atendiam (...) a PNBEM procurava demonstrar que o menor precisava de todo este aparato para sair da marginalidade (PETRY, *op.cit.*, p.82).

Todavia, a questão de que pudesse existir certo paternalismo no AM, entendido como excesso de autoridade sob forma de proteção, fica de pé e é uma questão polêmica que remonta nada menos ao filósofo Kant que sobre o paternalismo ele disse “ser o maior despotismo, pois, ninguém pode me obrigar a ser feliz à maneira dos outros” (*apud* PETRY, *op.cit.*, p.89).

²⁵³ *Op.cit.*

Por própria admissão dos Irmãos Maristas que entrevistamos, hoje não seria viável uma instituição com regime de internato, nos moldes de como era o AM:

Hoje seria muito difícil, em primeiro lugar porque é muito caro para manter, educar, estudar, dar comida, depois ninguém mais se sujeita a ficar cuidando o tempo todo, não é fácil. O último internato que nós tivemos foi em Curitiba [Colégio Paranaense]. Os próprios Irmãos no AM foram rareando, cada vez menos, no final nós escolhíamos monitores para trabalhar conosco que eram na maioria antigos alunos do abrigo. As vocações foram diminuindo, os Irmãos não queriam mais ir para lá, tinham medo, a maioria era acostumada a dar aula e lá no abrigo a gente não sabia o que fosse um feriado, um domingo, porque a maioria dos internos ficava lá, quando eles estavam de férias tínhamos menos trabalho, só isto (...) quando fui diretor mesmo, aí que não podia sair. Hoje seria muito mais difícil segurar os jovens, a liberdade de agir, fazer o que bem se entende, no colégio o professor cuida do aluno, mas depois ele volta para sua casa (Ir. V.).

Acho que o regime de internato não se enquadraria mais numa sociedade como a nossa. No passado não havia meios de comunicação, tevê, transporte urbano e escolas próximas. O regime de internato era aceito pelos jovens. Hoje com a evolução da sociedade tudo mudou frente a grande facilidade de locomover-se e de ter conhecimento de todos os acontecimentos. O desafio para os governos é criar condições para a reeducação dos jovens transviados, delinqüentes, drogados. As prisões, as FEBEM's estão aí para demonstrar o quanto o trabalho é difícil (Ir.P.).

Eu não tenho conhecimento de como é a situação do menor atualmente (...) agora, pegar um adolescente de treze, quatorze, dentro de uma estrutura desta eu não sei, vejo certa dificuldade, por tudo que está aí, você precisa ter disciplina, mas não vai poder ser do mesmo sistema militar que era naquela época, entra a questão psicológica, têm que ser uma equipe muito bem preparada, pessoas que se doem para isto, religiosos ou não. Aqui em Santa Catarina faz falta uma instituição como o AM, queira ou não queira acredito que não existia na época em nenhuma parte do Brasil algo semelhante na maneira como funcionava o Abrigo. Veja, eu tive a oportunidade de ir para Europa, lá eu fiz um curso na área de Pedagogia Social na “Universidade Pontifícia Salesiana” de Roma. Quando conversei com o Prof. Lorenzo Ferraroli eu contei a ele que convivi numa instituição total, expliquei como era, que não tinham muros, só cercas, atrás era aberto, tinha o mar. Então a proposta educativa do AM já era avançada pela época, tinham gente do Rio de Janeiro que visitavam o Abrigo e ficavam abismados com suas características. Lógico que o processo educativo, pedagógico, deveria ser adaptado à realidade de hoje, mas as quatro colunas mestres não deveriam faltar que são a educação, o trabalho, o esporte-lazer, e a parte religiosa-espiritual. Nesta estrutura, se fosse hoje, os Irmãos que trabalhassem lá deveriam ter uma

preparação maior de psicologia, talvez na época isto poderia ter ajudado alguns internos à resolver algumas questões pessoais, deveria ter um acompanhamento familiar (Ir.A.).

Com referência às relações entre assistentes sociais e Irmãos reparamos que nem sempre foram infrutíferas. Aliás, a formação universitária do Ir. P. foi em Serviço Social. No entanto, era o Estado agora, a não ser mais aliado dos religiosos:

O curso de Serviço Social foi proveitoso para mim, porque me deu condições de aperfeiçoar o meu trabalho, sendo ao mesmo tempo um apoio para as demais estagiárias que atuavam no Educandário. Quando em 1968 voltei como diretor, me propus a realizar diversos objetivos como criar melhores condições físicas e ambientais, ampliar as oportunidades escolares e introduzir mudanças no sentido de maior abertura para a comunidade diminuindo o aspecto de internato fechado dentro da cidade. Porém o ano de 1968 foi um ano de repressão militar. O período em que fui diretor era difícil [de 1968 a 1970]²⁵⁴. Faltavam recursos para alimentação. As verbas eram poucas, tudo controlado em duodécimos. Não tínhamos mais produtos da granja, que em anos anteriores forneciam leite, carne, verduras. Tudo começou a depender de fornecimento do mercado. A cozinha construída em idos de 1939 estava caindo, completamente precária, sem condições higiênicas. Precisava ser construída outra. Consegui neste período matricular 50 abrigados no “Instituto Estadual de Educação”, levando-os no caminhão até o centro da cidade. A fim de melhorar as condições existentes, trabalhei e fiz todas as diligências necessárias junto à “Secretaria de Planejamento” para a construção de uma cozinha melhor, e para a construção da “Escola Padre Anchieta” no terreno do Abrigo, ao lado da Igreja São Luiz. As duas construções foram realizadas (...) A concretização foi positiva sob vários aspectos, mas ao mesmo tempo, ocorreram dificuldades grandes, fatos estes que provocaram rejeição por parte da Escola. Porém as mudanças na administração já vinham ocorrendo desde a década de 1960. Todas as iniciativas e inovações introduzidas criaram a necessidade de alteração do processo educacional. Todo processo de mudança traz o apoio de muitos e a oposição de outros tantos. No período em que fui diretor senti muita oposição da parte de funcionários, do Juizado de Menores e descontentamento dos Irmãos. O autoritarismo do Juiz de então criou impasses. Não se podia dialogar e nem negociar tranquilamente. As divergências foram aumentando até que frente às exigências, a Província Marista decidiu retirar-se do Educandário. O diretor de uma instituição é o responsável por ela, por outra não se pode ter conhecimento de todos os acontecimentos e nem resolver todos os entraves e dificuldades que surgem no dia-dia. A interferência do Juizado de Menores situado dentro do Educandário criou dificuldades e cobranças autoritárias que ao invés de resolver os problemas, trouxe maiores dificuldades. Toda acusação e denúncia que se faz de alguém deve ser pesquisada e processada com as

²⁵⁴ Começava o Governo Médici.

devidas provas. Condenar de início baseando-se somente em denúncias é totalmente negativo e injusto. Fatos que não relato aqui provam a minha afirmativa (...) A saída dos Irmãos do Educandário ocorreu porque haviam divergências entre a Direção e os órgãos da Secretaria de Estado e a Congregação Marista, naquele período não tinha mais pessoas com formação específica para assumir os encargos exigidos (Ir.P.).

A tradição da pedagogia marista se chocou com o tecnicismo do Serviço Social:

A grande diferença entre o trabalho de um Irmão e ou de um funcionário, ou de um assistente social, era que o Irmão vivia para o Abrigo, o dia de 24 horas e a semana de sete dias. Este doar a vida aos educandos era o grande fator para a educação deles, para o respeito e aceitação da mensagem de vida. É evidente que o jovem carente sente que alguém vive para ele e se doa inteiramente para a instituição (idem).

Sobre a questão do tecnicismo *versus* afetividade, devemos lembrar que dentro do processo de modernização além da valorização da competência, o fenômeno da mobilização social e a progressiva laicização dos aparelhos estatais, começaram a se fazer presentes procedimentos burocráticos no atendimento especializado aos “menores”. Pode-se dizer que tanto na fase “marista” quanto durante a administração da FUCABEM, os internos se submetiam a certo tipo de dominação, só que até a vinda do Serviço Social tratava-se de uma “dominação tradicional”, isto é baseada nos ideais da tradição e do passado que no caso eram veiculados pelos religiosos; sucessivamente tratou-se de uma “dominação burocrática” fundamentada em regras estabelecidas, regulamentos “discursivamente analisáveis” (WEBER, *op.cit.*).

Noutro termos, com base nas observações de Foucault (2000), o tempo disciplinar que regravava a rotina dos internos até o término da direção marista possuía embasamento ideológico que era o assistencialismo religioso, quando depois o Estado assumiu inteiramente a tarefa de administrar a instituição e enviou seus

funcionários, estruturou-se um tempo disciplinar decorrente de uma organização burocrática.

A dominação que por sua vez os funcionários sofriam dos seus superiores no exercício de suas funções dentro da instituição, denomina-se “legal” (WEBER, *op.cit.*), pois eles obedeciam às disposições impessoais, regras técnicas, decretos estipulados no regulamento da então nova PNBEM e por sua vez podiam responder unicamente ao que lhe competia objetivamente.

Eis o que relata o Dr. Joel Carlos Lemos, primeiro Diretor leigo do Educandário²⁵⁵:

A secretaria do Serviço Social era encarregada de supervisionar estas obras, as assistentes sociais faziam relatórios, a gente se reunia para fazer as avaliações, por exemplo, se faltavam médicos, dentistas. Eu tive que ser às vezes peremptório, coercitivo, porque para as crianças era um tipo de tratamento, com os funcionários era outro, e para mim isto não era o certo, nós estávamos ali em função das crianças. Mas era uma dificuldade mudar os seres humanos. O meu principal objetivo era fazer da Obra a casa deles e não uma instituição fria com a obrigação de cuidar dos meninos porque estávamos exercendo uma função emanada pela vontade do Estado.

Sobre suas impressões ao ingressar como primeiro Diretor após a implementação da PNBEM, vejamos as inúmeras dificuldades que sofreu:

Fui contatado pela esposa de um colega meu, era assistente social e diretora de um departamento da Secretaria do Serviço Social. Eu era formado em Direito e tinha passado o exame da OAB²⁵⁶, mas ela me convidou. Em 1973, eu olhei a Obra, realmente vi que era muito grande, era uma responsabilidade muito grande, mas depois de muita reflexão eu pensei que ia aceitar este desafio (...) Estavam com algumas dificuldades no Educandário, soube que os Maristas estavam tirando o pessoal deles porque não estavam mais recebendo o apoio do Governo que queria fazer uma transformação e os Irmãos tinham as regras deles, a filosofia deles. Inclusive eu insisti muito para que o Irmão Victor permanecesse comigo, principalmente na parte de orientação espiritual, mas ele não pôde, não deixaram, parece que a própria Ordem tinha outra intenção. Eu senti nele a vontade de ficar e lamentei muito, porque ele tinha toda uma história, uma vida lá dentro. Eu sei que os Maristas eram santos, eram verdadeiramente abnegados, se dedicavam corpo e alma, a verdade é

²⁵⁵ Exerceu esta função de 1973 a 1975. Entrevista realizada em 02 / 12 / 05.

²⁵⁶ “Ordem dos Advogados do Brasil”.

esta, eu reconheço neles umas figuras de um valor extraordinário, mas presas nas circunstâncias. Porém quando eu cheguei as coisas já não andavam há tempo, tinham colchões todos estragados, acho que o próprio Estado foi reduzindo a verba, cada vez mais. Aí fui nomeado Diretor Geral, montamos uma nova estrutura, além de mim tinha um Diretor Administrativo, uma Diretora Técnica que era assistente social. Então nós tínhamos o Serviço Social, a área de Pedagogia com os orientadores educacionais (...) Com a última turma eu passei mais trabalho, principalmente porque eles estavam acostumados com os maristas. Teve um que me incomodou barbaridade, foi o (XXX)²⁵⁷ e hoje é meu amigo, mas ele na época amava os maristas, se dava muito bem com eles. Aos poucos eu fui conquistando ele, ao ponto de vir a ser meu braço direito. (...) Eu tinha apoio das assistentes sociais, dos pedagogos, monitores, só que nas horas críticas quem ia a noite era eu. Eu ficava lá o dia todo, não tinha hora para voltar, às vezes à noite estavam com problemas de delegacia de Polícia, eu ia a fundo para descobrir. Teve um caso, eu fui à noite andando pela Ponte Colombo Salles, em busca de produtos de furto, que não foram roubados pelos meninos do Educandário. Eu conversei com os meninos e eles próprios me contaram que era o fulano de tal, porque eles o conheciam (...) Outro episódio marcante foi aquele do funcionário que peguei na hora de roubar comida. Estava acontecendo que eu comprava a carne em prancha e passei a observar que na alimentação dos internos não tinha carne de primeira e aí me falaram que tinham funcionários revendendo no açougue. Como ser humano chorei pela fraqueza dele, mas também relatei com a sua situação econômica e financeira, só que se esqueceu que estava prejudicando aquelas crianças, eu até passei sérios riscos de ser agredido, lamentavelmente tive que punir este funcionário que por sinal era um vigia (...) Também tivemos crianças com problemas de ordem emocional, ali na verdade era para ter somente “menores abandonados”, mas nós tivemos “menores excepcionais”, praticamente com dificuldades mentais e não dava para recusar, era sentença judicial. Nós seguíamos os objetivos da nova PNBEM que priorizava a reintegração na família de origem da criança, aí os internos podiam ir para casa eu dava passes de ônibus, mas a gente sempre tinha aquela preocupação. Teve um interno que viu o próprio pai matar a mãe, mas ele gostava tanto do pai, pedia muito para ficar na cadeia com ele. Naquele interstício de julgamento o pai o sequestrou, olha só que loucura! O que se pode esperar de uma criança desta?! Tinha também o (XXX) era um homossexual violento, a mãe dele copulava diariamente com uma pessoa diferente com ele dentro do quarto, isto tudo nós descobríamos para poder ajudar melhor. Um dia teve um, ele era enorme um verdadeiro atleta, pegou uma criança, eu perdi as estribeiras como pai, eu cheguei ao ponto de propor a expulsão dele de lá, coisa raríssima, porque para mim não era lá o lugar dele (...) Eu tinha “menores” que me criaram problemas, porque houve uma reação muito violenta tanto por parte deles como da comunidade, porque eu fechei o educandário para a comunidade. Por exemplo, na área de esporte tinham aqueles campos de futebol que as administrações anteriores utilizavam para eles e que alugavam também, eu me lembro de quando às vezes eu ia lá

²⁵⁷ Por solicitação do entrevistado os nomes das pessoas estão omissos.

*anteriormente, a comunidade tinha participação direta lá dentro. Tinham até pessoas que faziam dali um lugar de devaneio. Eu entendi que aquilo estava errado, tinha que ser a casa deles, que só poderiam entrar ali quem eles permitissem. A casa onde os Maristas moravam os internos não entravam, aí eu abri tudo e passaram a destruir violentamente, e o pessoal me dizendo “eles vão botar fogo” e eu “deixem eles, eles estão conhecendo o que é deles”, e levamos mais ou menos umas duas semanas, depois eles passaram a entender (Dr.J.).*²⁵⁸

A questão de que o Governo deixou de apoiar financeiramente a instituição a partir dos últimos anos da gerência marista está também confirmada pela Sra. Sandra Maria Faraco Neves²⁵⁹ que ingressou na instituição em 1975 e que permaneceu até 1980 como diretora técnica:

Quando entrei as instalações eram feias, fisicamente era muito feio, quando cheguei já estava muito depredado, caído, quebrado, sem pintura. Nas oficinas era poeira só, nada funcionava, a gente que botou a funcionar aquilo tudo (S.F.).

Todavia quando o educandário passou a ser propriedade da FUCABEM, em 1976 o Estado voltou a financiar a instituição: “Nós tínhamos três verbas, estávamos muito bem com relação a recursos. Eu consegui a oficina mecânica da Chevrolet, com motores e todo o equipamento necessário, inclusive o instrutor” (idem).

Assim, de um lado a instituição recebeu do Estado novas verbas, do outro absorveu completamente as novas diretivas da FUCABEM, sendo que naquela época a prioridade máxima era a reinserção familiar dos internos, como também demonstra o relato da Sra. Nilda D’Agostini Paula²⁶⁰, que estagiou no educandário em 1976, por intermédio da UFSC:

Nossa idéia era essa, tínhamos que trabalhar o retorno da criança à família (...) até hoje o técnico entende que a criança tem que estar na família mas a instituição não quer, insiste em segurar a criança (...) Eu acho que a instituição dá uma falsa realidade à criança, imagina então durante a época dos Maristas! Eles tinham local para dormir, tinham comida no seu horário, estudavam, tinham lanche, vestuário, tudo era

²⁵⁸ Dr. Joel.

²⁵⁹ Entrevista realizada no dia 26/10/05.

²⁶⁰ Entrevista realizada em 13/09/05.

garantido, o que na família não tinham. Mas quando faziam dezoito anos tinham que sair, e daí? Há certo saudosismo daquele tempo, até porque os internatos na época tinham outra concepção. As pessoas aqui de Florianópolis ainda se referem ao Abrigo como aquele trabalho importante, de referência da época na área das questões voltadas à criança e ao adolescente (N.A.).

Na verdade o meu entendimento sobre a educação daquelas crianças era direcionado num sentido de reintegrá-los às famílias, e também integrar as famílias à Obra, de forma que eles sentissem aquilo ali como deles (Dr.J.).

O maior objetivo era preparar o garoto a retornar para sua família. Se não possuísse família e fosse totalmente abandonado era prepará-lo por si só assumir o seu papel frente à comunidade. A maioria das vezes a própria família ficava animada para receber o garoto quando já estava trabalhando, porque aí ele podia auxiliar na renda da família. O Serviço Social fazia muito bem este trabalho de recolocação familiar (...) Cada vez que conseguíamos desligar o garoto da instituição era uma vitória. Quem dava autorização era o juiz. Raramente a gente conseguia tirar o garoto do Educandário, era uma dificuldade apesar de todas as condições o juiz negava o desligamento. Às vezes tinham alguns que me falavam que queriam achar o pai ou a mãe. Tinha um, me lembro de um em particular, ele era tão bonitinho, vivia todo arrumado, cabelos cheirosos, ele dizia que a mãe tinha ido embora para o Rio de Janeiro e acabamos encontrando-a, ela trabalhava na “Caixa Econômica” (S.F.).

Paralelamente, continuou a apresentar-se a questão de que aparentemente o Juizado estava internando “menores” que não precisavam ser colocados na instituição:

Impressionou-me a tristeza da vida daquelas crianças, eles estavam loucos pela família, e a família distante, longe. A maioria destas famílias era feliz que os meninos estivessem lá, pois era menos uma boca em casa. Eu vi situações injustas dentro do Educandário, de “menores” com sentença de ficar lá por ter roubado passarinho de juiz, por ser filho do fulano de tal e ter um filho com a empregada, então mandavam o garoto pra lá (...) Tinha um menino que se mostrou cleptomaniaco, não podia ver nada na sua frente que roubava. Criado por uma família riquíssima, foi adotado e de repente foi encaminhado para lá, mas nós não queríamos que o educandário tivesse características de reformatório (idem).

Após as novas disposições da PNBEM o “gigante Abrigo” começou a fragmentar-se numa nova estrutura. Não era mais um diretor, subdiretor, prefeitos e

vice-prefeitos, mas, um diretor geral, um técnico, um administrativo, os assistentes sociais, os psicólogos, os pedagogos, os monitores; sendo que:

O assistente social era o técnico, o monitor era aquele que ficava com os meninos. Geralmente de nível médio, médio para baixo, o monitor era responsável pela agenda da criança: hora da aula, do dentista, eles os monitoravam nos horários, nos lugares, se eu quisesse saber onde estava o fulano, o responsável por ele me respondia. Os assistentes sociais, psicólogos e pedagogos respondiam ao diretor técnico. Então cada um tinha uma definida atribuição e competência. O monitor sempre ficava com as crianças, tinham os de dia e os de noite, e hoje no Estado ainda é assim (...) No meu caso também era tudo agendado, tinham dias que precisava falar com os empresários para os meninos poder fazer um estágio, e outros dias que eu passava com os meninos, então nós não passávamos a semana inteira com eles (...) tudo tinha que ser esquematizado, claro que alguns davam mais trabalho, mas os monitores davam conta, falavam assim “não vai sair no final de semana, não vai ao baile” (N.A.).

Os meninos reclamavam muito que a monitoria batia, e nós tentamos mudar isto, tentando mostrar aos monitores como devia ser. Estes monitores eram contratados, antes trabalhavam pela “Secretaria do Desenvolvimento” e depois fizeram concurso público (S.F.).

Todavia a escolha da “competência” como critério do Estado para auxiliar os “menores” é criticada por Petry²⁶¹ por ter os seguintes limites:

O corpo técnico responsável pelo atendimento do menor, consistia de um conjunto de profissionais que desenvolviam de forma diferenciada seu trabalho (...) isto é realizava tarefas pertinentes a sua área específica (...) tal **atitude departamentalizada transformava um único menor em vários** (...) mesmo sendo ocupado todo um corpo de técnicos para a chamada ressocialização do menor, as funções por ele realizadas como, estudar, diagnosticar, planejar, são isoladas gerando um afastamento sistemático da equipe, e aos monitores é então dada a tarefa de atuar diretamente junto ao menor (p.87).²⁶²

As atividades eram fiscalizadas pela FUNABEM: “A Fundação monitorava sempre através de dados estatísticos dentro do Educandário, por exemplo, os garotos que passavam nos estudos ou que não passavam” (S.F.).

²⁶¹ *Op.cit.*

²⁶² Grifo nosso.

A questão da atualização e formação de pessoal competente era muito prezada na época:

Eu fui fazer um curso no Rio de Janeiro, eu sou um dos poucos em Florianópolis, deve ter uns cinco ou oito mais ou menos, foi o curso para “Formação de pessoal ao nível de Direção e Assessoramento” feito pela FUNABEM, inclusive a parte de administração era dada na “Fundação Getúlio Vargas”, foram quatro meses direto, afastado da minha família, mas achava que valia a pena pela Obra, afinal das contas a missão exigia isto, um conhecimento mais amplo do trabalho que estávamos realizando (Dr.J.)

Constatamos, porém, que após o estabelecimento da PNBEM a ingerência da política local aumentou na Obra, em virtude também do aumento dos funcionários na instituição. Isto ocorria particularmente em ocasião da troca de governo no Estado:

Com a mudança de governo [de Colombo Salles para Antônio Carlos Konder Reis] começaram a ingerir na minha administração. Quando eu voltei do Rio de Janeiro tinha um diretor administrativo que nem conhecia, simplesmente botaram, e aquilo começou a me irritar. Nós tínhamos um caminhãozinho para fazer as coisas, mas aí começaram a pegar o caminhão para fazer as mudanças para si, e começou aquela coisa de política. Só para ter uma idéia, eu tinha instituído um concurso entre os 240 internos para criar um logotipo do Educandário. Um ganhou, nós demos o prêmio e aí a FUCABEM resolveu fazer outro e tiraram aquele. Quando nós estávamos começando a colher os frutos daquela revolução toda, daquelas mudanças, aí mudou a política, mudou o governo, não aceitei e me afastei (idem).

De fato, quando Petry toma em análise o caso das FEBEM's, encontramos correlação com este último relato, pois segundo a autora existem grandes dificuldades em dirigir instituições deste tipo, pelo fato de “saber lidar com o **jogo político** ao qual se está sujeito em virtude do cargo que se ocupa (...) pois o mal é a política, o “menor” é o menor problema, o problema são os adultos” (*ibidem*, p.114).²⁶³

²⁶³ Grifo nosso.

Do mesmo modo, é preciso lembrar que a “dominação legal” que Weber²⁶⁴ entende é aquela que opera através de um quadro administrativo burocrático formado por funcionários que:

obedecem às obrigações objetivas de seu cargo; são nomeados (e não eleitos) numa hierarquia rigorosa de cargos, tem competências fixas; são remunerados com salários fixos em dinheiro (...); estão submetidos a um sistema de disciplina e controle do serviço (...) **a dominação burocrática realiza-se em sua forma mais pura onde rege o princípio da nomeação dos funcionários** (pp.144-145).²⁶⁵

Todavia, quando o Serviço Social se apresentou como a superação do “assistencialismo” no atendimento aos “menores”:

a assistência se revestiu de maior racionalidade introduzindo serviços sociais de maior alcance sem perda, no entanto, de sua característica básica: **o sentido do benefício ou da benevolência, só que agora do Estado** (...) o assistencialismo não se constitui numa excrescência particular do Serviço Social, mas sim uma parte da lógica capitalista. O assistencial torna-se a única face possível do capitalismo a justificar as desigualdades sociais (SPOSATI, *op.cit*, pp.45, 69).²⁶⁶

Enfim, após quarenta anos de funcionamento o abrigo-educandário cessa de existir definitivamente no dia 30 de março de 1980, quando foi queimado pelo “fogo da modernização”:

Quando ocorreu o incêndio já estava sendo construído o centro piloto [“Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara”] na Palhoça. Saíram vários comentários, de que tinha sido provocado, até hoje acho que não foi esclarecido, ficou assim, encoberto. Primeiro foi falado dos meninos mesmos que teriam colocado, depois de criminosos, de alguém de fora, e até se levantou que era intenção na ocasião do governador [Jorge Bornhausen] que queria mesmo tirar dali a instituição. Na verdade o que a gente sabe da história é que na época já estava sendo construído o centro piloto pelo Governo do Estado. Houve também a questão que a Ponta do Coral era uma zona nobre (...) O que eu questiono é por que não foi realizado um laudo, e dado conhecimento à comunidade? (S.F.). A única lembrança que tenho é da nuvem de fumaça negra que subiu ao céu naquela manhã e que pude vê-la da baía-norte. Sobre o porquê e a maneira do ocorrido nunca soube de nada (Ir. P.). Eu não estava em Florianópolis, mas o interessante é que não tinha uma pessoa lá dentro, nem funcionários, foram todos a passeio. O que se

²⁶⁴ *Op.cit.*

²⁶⁵ Grifo nosso.

²⁶⁶ Grifo nosso

falava é que o Abrigo tinha pegado fogo, mas ninguém falava o porquê (Ir. V.).

Ao encerrar este capítulo, não podemos deixar de pensar nas muitas observações feitas a respeito das instituições totais e corretivas para a assistência à infância carente, seja ela “infratora” ou não. Os autores encontrados evidenciam de fato os aspectos negativos que o internamento provoca nos “menores”, considerando as atuais FEBEM’s instaladas em todo o país. Scavoni explica que “ao ingressar no circuito institucional, o ‘menor’ é introduzido num mundo que o estigmatiza de forma definitiva perante a sociedade” (1994, p.30). Silva R. relata: “diagnostiquei a regularidade do processo de criminalização do órfão e do abandonado como uma característica específica do sistema FUNABEM/FEBEM” (1997, p.76). Igualmente Souza A. argumenta que:

o menor vive [na FEBEM] ignorado em sua individualidade, privado de experiências psicológicas vitais (...) o que provavelmente geraria dificuldades para alcançar um ‘projeto de vida’ capaz de preparar estes jovens para uma atuação desejada, quando chegar o momento de reingressar no contexto social mais amplo (1984, p.21).

Mattos afirma:

desde a sua criação em 1975, a FUCABEM revelou alguns descompassos graves que comprometeram qualitativamente seu desempenho (...) foi relevada a inexistência de uma ideologia de trabalho bem delineada dentro da identidade (...) defasagem entre as necessidades assistenciais de determinados setores e a oferta de serviços especializados (p.65).²⁶⁷

Lembrando da “fase assistencialista” do AM, pensando no papel da religião e sem julgar se esta possa ter realmente beneficiado ou recuperado os ex-internos do AM, encontramos a definição de Berger e Luckmann (2004):

A religião é sem dúvida a forma mais significativa de um padrão abrangente, rico em conteúdo e sistematicamente estruturado de experiência e valores. Durante a maior parte da história da humanidade foi simplesmente impensável uma sociedade sem uma religião que dissesse respeito a tudo e a todos (...) Ainda

²⁶⁷ *Op. cit.*

que não a tenha abolido de todo, a **modernização** tornou ao menos bem mais difícil sua manutenção (pp.41, 43).²⁶⁸

Discordando da posição peremptória de Durkheim segundo a qual nenhuma sociedade pode se sustentar sem moral e sem religião, todavia os autores afirmam que como resultado também do desenvolvimento, teríamos atualmente alto grau de insegurança na ação individual e uma crise de sentido generalizada que tornam difícil a orientação em muitos aspectos da vida (*ibidem*).

Em vista disto, acreditamos ser importante retomar a questão sobre “autoridade” (diferente de autoritarismo) que Arendt²⁶⁹ levanta, pois segundo ela se a partir de certo momento de um lado a criança estaria livre da autoridade dos adultos, do outro está sujeita à tirania da maioria, ou pior, a criança estaria jogada a si mesma; resultados disto são um cego conformismo e a delinquência juvenil. Segundo a autora, enalteceu-se o princípio de que o mundo da infância tem que ser autônomo, posição esta que, a nosso ver, colima com a teoria de que “a criança pertence a si mesma”. Certo é que o drama da criança abandonada continua um desafio para o Estado e os altos índices de delinquência denunciam que, infelizmente, o problema ainda está longe de ser resolvido.

Talvez pensar numa mais ampla cooperação entre vários setores da sociedade poderia ser o começo de um outro entendimento do problema “criança abandonada”. Resgatar o que foi útil em políticas passadas não significaria necessariamente regredir.

Enfim acreditamos que a justificativa desta pesquisa poderia estar resumida nas seguintes palavras:

²⁶⁸ Grifo nosso.

²⁶⁹ *Op. cit.*

Estamos ameaçados de esquecimento, e tal olvido (...) significaria que, humanamente falando, nós teríamos privado de uma dimensão, a dimensão da profundidade da existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação (ARENDT, *ibid.*, p.131).

Considerando a proposta da PNBEM que veio a suceder àquela que previa o regime de internato até então presente no Abrigo, tentaremos definir nas “Considerações Finais” algumas hipóteses que poderiam explicar a transição entre as duas políticas, tendo em vista a força do processo de modernização no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da infância trata da relação que se instaurou entre as sociedades e as culturas com esta fase da vida, o que determinou por sua vez a formulação de políticas direcionadas à infância carente. Observamos que as mudanças das políticas econômicas tanto no Brasil como em países da Europa Ocidental influenciaram notavelmente a constituição destas políticas e que por muito tempo a infância foi vista como um período de transição considerando também que as taxas de mortalidade infantil permaneceram altas, até diminuírem com as descobertas científicas do século XVIII.

Não obstante a negação do sentimento da infância e do reconhecimento das particularidades deste período perdurarem por séculos, o florescimento de colégios europeus do século XVII mostraram o interesse por parte de ordens religiosas em disciplinar tais crianças provando que educação e trabalho começam a servir de parâmetros para diferenciar os tempos da existência humana.

Com o surgimento das primeiras instituições de proteção à infância brasileira começa no século XVIII a fase “assistencialista” ou caritativa das políticas sociais em favor da criança abandonada que todavia será questionada pelos médicos higienistas e por todos os que acreditavam que a reclusão não era a solução para o problema do abandono, estes últimos foram os responsáveis pelo surgimento da “filantropia”. Neste caso, reparamos que a partir de então já começou certa diatriba entre religiosos, juristas e médicos acerca de como era a melhor forma de cuidar destas crianças; tais divergências se perpetuaram junto ao processo de modernização que traz em si os princípios da laicização, mobilização e diferenciação.

Com a instauração do regime republicano brasileiro começou a progressiva separação entre Igreja e Estado, e a infância passa a ter uma especial atenção por parte do Estado tanto que esta começou a estar presente nos discursos que enalteciam a urgência da formação de uma sociedade moderna.

Todavia vimos que a revolução de 30 é considerada por muitos autores o marco para a consolidação da economia urbano-industrial brasileira, e também é neste período que surgem novos técnicos burocratas que vieram para assumir o papel de promotores do desenvolvimento. Sucessivamente, com o “Estado Novo” (1937-1945) e Vargas no poder, se consolida definitivamente o projeto nacional e são formuladas muitas políticas sociais em prol da classe trabalhadora, e contrariamente ao que tinha ocorrido até então a Igreja se tornou grande aliada do Estado à causa dos inimigos comuns: os anarquistas, os comunistas, os ateus, os vagabundos. Assim, também nas escolas de profissão católica estavam inseridas nos currículos a educação militar, a educação religiosa e a educação moral e cívica, entre outras disciplinas.

Neste contexto surgiu, em 1940, por vontade do governador Nereu Ramos (PSD), o “Abrigo de Menores” na capital catarinense por décadas referência central na política de atendimento ao “menor”, e que na sua fundação espelhava muito bem a exigência por parte do governo de manter e controlar a “ordem social”. Todavia, constatamos que tal Obra apresenta uma especificidade que, a nosso ver, permite questionar a sua vinculação imediata com o conceito de “instituição total”. Embora a instituição em análise fosse caracterizada por uma rigidez de horários, uma estreita vigilância nas atividades escolares e extra-escolares, e uma racional divisão do espaço, foi também levantado que antes da Obra vir a ser patrimônio da FUCABEM, não conheceu a lógica burocrática que sucessivamente veio a substituir aquela da

filosofia marista, pautada substancialmente numa educação integral, humana, espiritual e familiar. Outro elemento que caracterizou o Abrigo foi sua interação com a comunidade que perdurou quase até sua extinção, fato este que auxiliou os abrigados a não se sentirem completamente isolados ou estigmatizados na sua condição de “juridicamente abandonados”. Ademais, através dos depoimentos tanto da nossa precedente pesquisa como destes últimos, vimos que nem sempre todos os internos provinham de famílias pobres, sendo a instituição também uma referência para algumas famílias de classe média, e de resto, muitos colégios religiosos com sistema de internato não eram apanágio das camadas populares.

O fato de a Igreja ter tido a importante tarefa de reordenar as condutas dos que não se enquadravam nos modelos ideais de “bons cidadãos”, prova-se com o longo serviço que os Irmãos Maristas prestaram no Abrigo, onde lhes foi dada absoluta responsabilidade de educar os “menores” que ali foram encaminhados.

No entanto, o avanço do movimento militar tornou-se inexorável. O Estado, intervindo de forma autoritária em todos os setores da vida nacional cria a PNBEM e a FUNABEM, distinguindo as categorias de “menor carenciado” e “menor de conduta anti-social”. Segundo esta nova política a principal resolução do problema da infância abandonada previa o fortalecimento econômico-social da família, apontando os aspectos negativos que o internamento acarretaria. Porém, contraditoriamente, estes propósitos não impediram a criação de unidades estaduais, ou seja, as FEBEM's presentes até hoje em todo o país.

Esta mudança de política que pretendeu colocar-se além da linha assistencialista e daquela estritamente repressiva, provocou uma série de mudanças no AM, a partir da ordem de mudar em 1969 o seu nome para “Educandário XXV de

Novembro”, afirmando que a denominação de “Abrigo de Menores” poderia estigmatizar os seus internos.

Todavia, acreditamos que consequência disto foi também a mudança do panorama político catarinense que ocorreu anteriormente. De fato, com a posse do governador Irineu Bornhausen (1952-1956) a UDN se firma no Estado após tanto tempo de supremacia do PSD. E é também na década de 50 que se difunde a ideologia desenvolvimentista promovida pelo Presidente JK. Não podemos esquecer que quando a Ordem Marista sai do educandário o governo estava nas mãos do engenheiro Colombo Machado Salles, conforme a aliança militar-tecnocrática que já tinha se fortalecido durante o Governo Médici (1969-1974).

Além disso, juntamente aos ideais da década de 60 que trouxeram novos padrões de comportamento, a capital catarinense conheceu seu mais representativo processo de modernização que resultou numa acentuada mobilização, isto é aumentou o deslocamento de pessoas até a Capital em virtude da instalação da UFSC e UDESC, CELESC, ELETROSUL, TELESC entre outros órgãos, assim, houve um notável crescimento urbano e um aumento dos empregos de qualificações.

O Serviço Social, que até a década de 60 se apresentava como um recurso importante à solução cristã dos problemas sociais, acompanha o processo de laicização progressiva da sociedade mudando a maneira de ver sua clientela que passa a ser vista como pessoas agentes de transformação da própria sociedade. Tal mudança de perspectiva foi também influenciada pelo surgimento de movimentos sociais como o da “Educação Popular”.

O tecnicismo do Serviço Social se legitimou definitivamente com a criação da FUNABEM que apresentava os técnicos como os reais conhecedores das

necessidades das classes subalternas, todavia, ainda não estava contemplado o estudo das verdadeiras causas da pobreza tanto é que ainda sob a égide do governo militar o “Código de Menores” de 1979 se baseará na doutrina jurídica de “proteção ao menor em situação irregular”.

Em suma, através da pesquisa foi possível identificar as significativas divergências entre as vertentes assistencialista e tecnicista que ocorreram na instituição; tais diferenças estão sintetizadas na tabela a seguir:

IRMÃOS MARISTAS	PNBEM – SERVIÇO SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> ♦ Tentava-se recriar o espírito de família dentro da instituição ♦ A ênfase era dada à educação moral e religiosa, práticas esportivas e aprendizado de algum trabalho ♦ Entre os Maristas a dominação exercida pelos Irmãos para com os internos, e dos superiores para com os Irmãos, era de tipo “tradicional”, isto é, baseava-se nos ideais da tradição e do passado 	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Tentava-se trabalhar a reinserção dos internos nas famílias de origem e a integração das famílias à instituição ♦ O elemento religioso desapareceu e o aprendizado de alguns trabalhos dependia de empresários como forma de estágio não remunerado ♦ As Assistentes Sociais e a Direção estavam sujeitos a uma “dominação burocrática” fundamentada em: regras estabelecidas, supervisionamento do Estado e atribuição rígida das competências

Certo é que atualmente a idéia mais comum quando se pensa no orfanato, ou em uma instituição qualquer com regime de internato, é que são lugares tristes, alienantes, estigmatizantes e excludentes, tanto que a política atual de atendimento para a criança e o adolescente prevê a internação somente em última instância.

Hoje são os Conselhos Tutelares que fazem a avaliação das famílias e do estado das crianças trabalhando com o Juiz que dá determinação de abrigo e/ou de guarda e não mais o Juizado de Menores, segundo as disposições do ECA que prioriza o estudo das comunidades e famílias dos adolescentes para poder reintegrá-los. De

fato hoje não existem em Santa Catarina instituições da amplitude como era o AM que analisamos, esta gigante Obra ficou idealmente diluída em tantas “casas-lares”.

Nossa esperança é que a concepção segundo a qual “as crianças pertencem a si mesmas” que persegue o princípio do não paternalismo não se traduza no abandono destas, como consequência de que o Estado poderia se desresponsabilizar sob a justificativa de que são as organizações, os órgãos, enfim a sociedade civil, igualmente responsáveis pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Difícil é hoje pensar numa real integração entre as comunidades através, por exemplo, das FEBEMs, ou constituir um Abrigo de Menores idêntico àquele apresentado. O que com certeza desejamos é que além dos propósitos e das ideologias não seja negado às crianças de hoje, tão logo adolescentes, também o direito de ser infantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMANN, Silvia Regina. **Um espaço e muitas vidas**: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940. 2002, Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis.

ALBUQUERQUE, Romeu Augusto, Bezerra da. **A terra urbana em Florianópolis (S.C.)**: loteamento e desmembramentos de 1940 a 2001. 2002, Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC, Florianópolis.

ALBUQUERQUE, J.A., Guilhon. **Instituição e poder**: análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro: Graal Ed., 1980.

ALENCAR, Chico. CARPI, Lucia. RIBEIRO, Marcus Vinício. **História da sociedade brasileira**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico Ed., 1996.

ALTOÉ, Sonia. **Menores em tempo de maioridade**: do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro: Santa Úrsula Ed., 1993.

ALVES, Arlette Lima. **Serviço Social no Brasil**: a ideologia de uma década. 2ª ed., São Paulo: Cortez Ed., 1983.

AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., 1998.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva Ed., 1988.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 3ª ed. São Paulo: Cortez Ed., 2000.

AZEVEDO, Sérgio R. Junqueira. **Um ideal, um caminho, uma proposta**: processo histórico de mudança de uma catequese escolar para educação religiosa escolar na

Província Marista do Rio de Janeiro 1958 a 1995. Curitiba: Universitária Champagnat Ed., 2001.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas (Os primórdios da obra de Champagnat no Brasil, 1897-1922). São Paulo: Loyola Ed., 1997. v. 1.

_____. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas (A consolidação da obra de Champagnat no Brasil). São Paulo: Loyola Ed., 1997. v. 2.

_____. **História da educação no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas (A expansão da obra de Champagnat no Brasil). São Paulo: Loyola Ed., 1997. v. 3.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Ed., 1985.

BAPTISTA, Neto Francisco. **Uma experiência Institucional**. (s.l.) (s.n.) (198-).

BARCELLOS, Tanya M. Macedo (coord.). **A Política Social brasileira**: evolução institucional no Brasil (1930-1964). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1983.

BERGER, Peter; L. LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes Ed., 2004.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: UBA Ed., 1981.

BIERRENBACH, Maria Ignês Rocha de Sousa. **Política e planejamento social**: Brasil (1956/1978) 3ª ed. São Paulo: Cortez Ed., 1987.

BIROU, Alain. **Dicionário das Ciências Sociais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

BOUDON, Raymon, BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática Ed., 1993.

BRANCATO, Rita. **O nosso abrigo de cada dia**: representações dos ex-internos do Abrigo de Menores em Florianópolis. 2003, Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), UFSC, Florianópolis.

BRANCHER, Ana Lise (Org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas Ed., 1999.

CABRAL, R. Oswaldo. **Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina**: suas legislaturas e legisladores (1835-1974). Florianópolis: Lunardelli Ed., 1977.

_____. **História de Santa Catarina**. 4ª ed., Florianópolis: Lunardelli Ed., 1994.

CAMPENHOUDT, LucVan, QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva Ed., 1992.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. 1992, Dissertação (Mestrado em História), PUC, São Paulo.

CAMPOS, Edmundo (Org.). **Sociologia da burocracia**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.

CAMPOS, Nuno de. **Menores infratores**. Florianópolis: UFSC Ed., 1979.

CASEY, James. **A história da família**. São Paulo: Ática Ed., 1992.

CHAVES, Antônio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2ª ed., São Paulo: LTR Ed., 1997.

CLASEN, Maria Inês. **Os processos integrados de Serviço Social numa comunidade institucional**. 1976, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

COHN, Gabriel (Org.). **Marx Weber**. 7ª ed., São Paulo: Ática Ed., 2000.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. Ijuí: Unijuí Ed., 2000.

CORRÊA, C. Humberto, et al. **A realidade catarinense no século XX**. 2ª ed., Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **De menor à cidadão**: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil. Brasília: Ministério da Ação Social, 199...

COSTA, J. Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Graal Ed., 1999.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Ed., 1989.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto Ed., 2000.

DONZELOT, Jaques. **A polícia das famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal Ed., 1986.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Rumos e metamorfoses**: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed., 1985.

_____ As Políticas Sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **Para a década de 90**: prioridades e perspectivas de políticas públicas – Políticas Sociais e organização do trabalho. Brasília: IPEA, 1989, v.4.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes Ed., 1996.

_____ **As regras do método sociológico**. Pensadores. São Paulo: Abril Ed., 1978.

_____ **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____ **L'Éducation morale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado:** trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Ed., 1977.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação:** materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2004.

FIGUEIRA ALCANTARA, Pedro de. **A educação de um ponto de vista histórico.** *Revista Intermeio*, Mestrado de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, n. 1, p. 11-16, 1995.

FIGUEIRA GOLFARB, Fani. **O trabalho como primeira necessidade humana:** uma concepção da história. (?)

FONTES, Rosa Maria. **Atuação do Serviço Social junto ao menor.** 1971, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 22ª ed. Petrópolis: Vozes Ed., 2000.

_____. **Microfísica do poder.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Vozes Ed., 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Ed., 1997.

_____; Kuhlmann, Moysés Jr. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez Ed., 2002.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. **Política nacional do bem-estar do menor em ação.** (s.l.) (s.n.) (19...)

_____. **O “Menor- problema social ” no Brasil e a ação da FUNABEM.** Rio de Janeiro, 1976.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 15ª ed., São Paulo: Nacional Ed., 1977.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Unesp Ed., 1991.

_____. **Sociologia: uma breve, porém crítica introdução**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1984.

GOFFMANN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva Ed., 1974.

GOMES, Ângela Castro de. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará Ed., 1994.

GONDRA, José Gonçalves (org.). **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7Letras Ed., 2002.

GUARESCHI, P., JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes Ed., 1998.

GUIMARÃES, Ivani Nunes. **A prevenção da marginalização do menor em Santa Catarina e a capacitação de recursos humanos**. 1974, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. São Paulo: Summus Ed., 1986.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes Ed., 1997.

HELLER, Agnes; FEHÉR Ferenc. **A Condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Ed., 1998.

HINKELMANN, Pedro Aurélio. **Serviço Social de casos, grupo e comunidade no Abrigo de Menores**. 1965, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 5ª ed., São Paulo: Cortez Ed., 1986.

INSTITUTO PÓLIS / PUC – SP. **Criança e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo**. São Paulo: Observatório dos direitos do cidadão, nº.5, 2002.

KOENIG, Silvia Terezinha. **O Serviço Social desenvolvido em uma instituição de menores**. 1963, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Dois Pontos Ed., 1987.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Mandacaru Ed., 1990.

LEPIKSON, Maria de Fátima. **Meninos e meninas em risco**: análise da prática da (des) proteção em regime de abrigo. 1998, Dissertação (Mestrado em Educação), UFSC, Florianópolis.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3ªed., São Paulo: Malheiros Ed., 1995.

LINS, Hoyedo de Gouvêa; MELO, Osvaldo Ferreira de; PEREIRA, Nereu do Vale. **A realidade catarinense no século XX**. 2ª ed. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

MACHADO, Cleyton. **Quando muros não aprisionavam**: a educação dos Irmãos Maristas no Abrigo de Menores de Santa Catarina (1960 a 1972). 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (História), UFSC, Florianópolis.

MACHADO, Maria Castro de, PACHECO, M. Isabel. **Menor de rua**: sua visão do contexto marginalizante. 1985. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

MARCÍLIO, Maria Luisa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec Ed., 1998.

MARCON, Maria Teresinha Resenes de. **A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado**. 2000, Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC, Florianópolis.

MARTINS, Adelino Costa da. **Contexto histórico e social da obra educativa de Champagnat**. Porto Alegre: PUCRS Ed., 1990.

MARTINS, José Souza de (Org.). **Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec Ed., 1993.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Ed., 1968. 2º v.

MATOS, Maria Izilda de; SOLHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp Ed., 2003.

MATTOS, Maria Teresa. **A problemática do menor em situação irregular**. 1982, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão nº. 852).

MEIRINHO, Jali. **Datas históricas de Santa Catarina (1500-2000)**. 2ª ed. Florianópolis: Insular Ed., 2000.

MENDES, Luciano Faria de (Org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2004.

MERISSE, Antonio, et al. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte e Ciência Ed., 1997.

MORAES, Célio Vanderlei. **A participação popular na gestão das políticas públicas para a infância e adolescência em Santa Catarina**. 1998, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), UFSC, Florianópolis.

NALLIN, Araci. **Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos**. Brasília: Corde Ed., 1994.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2ª ed., São Paulo: Cortez Ed., 1993.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense Ed., 1988.

OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1996.

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense Ed., 1987.

PEDROSA, Severino N. Alves. **Assistência a menores em Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina, 1943.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas**: prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: UFSC Ed., 2004.

PEREIRA, Mario. **Pequena história de Florianópolis**. 2ª ed. Florianópolis: Terceiro Milênio Ed., 1994.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli Ed., 1974.

PEREIRA OLIVEIRA, Henrique Luiz. **Os filhos da falha**: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). 1990, Dissertação (Mestrado em História), PUC, São Paulo.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed., 1992.

PETRY, Josiane Rose. **O problema do menor**: uma abordagem jurídico-política. 1988, Dissertação (Mestrado em Direito), UFSC, Florianópolis.

PIAZZA, Walter. **O poder legislativo catarinense**: das suas raízes aos nossos dias (1834-1994). 2ª ed., Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: CESPI/USU Ed., 1995.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. (Brasil 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed., 1985.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU Ed., 1997.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SANDRINI, Marilene. **Serviço Social instrumento de bem estar do menor**. 1970, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), UFSC, Florianópolis.

SANTOS, Sidney F. Reis dos. **A justiça da infância e da juventude frente aos dilemas da cidadania**: uma percepção sociológica a partir de algumas organizações da sociedade civil de Florianópolis. 1997, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), UFSC, Florianópolis.

SARTORELLI, Jeisa Benvenuti. **Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição. 2004, Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFSC, Florianópolis.

SCAVONI, Maria Lucia Amaral. **A prática institucional com meninos de rua**: lógica intrínseca. 1994, Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUCRS, Porto Alegre.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO MARISTA. Anais. **Os Valores da educação marista**. Porto Alegre: PUCRS Ed., 1992.

SILVA, Ana Claudia da. **As concepções de criança e infância na formação dos professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940**. 2003, Dissertação (mestrado em Educação), UFSC, Florianópolis.

SILVA, Benedicto (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1986.

SILVA, Elaine Greyce da. **Eu quero falar!** : o Serviço Social ouve crianças/adolescentes estudantes do Colégio Marista e municipal de São José. 2000, Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) UFSC, Florianópolis.

SILVA, Elizabeth Farias da. **O fracasso da oposição no poder:** Lages, 1972-1982. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do Governo:** a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática Ed., 1997.

SOUZA, Angela Valadares Dutra Campos de. **O menor institucionalizado:** um desafio para a sociedade. Petrópolis: Vozes Ed., 1984.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A construção de uma nova ordem:** catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1940). 1996, Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira de, et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. 6ª ed., São Paulo: Cortez Ed., 1995.

SKIDMORE, E. Thomas. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed., 1982.

_____. **Brasil:** de Castelo a Tancredo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ed., 1988.

VACCA, Giuseppe. Estado e Mercado, público e privado. **Lua Nova**, nº. 24, set. 1991.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Evolução histórica e conceituação do Serviço Social.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir Ed., 1977.

_____. **História do Serviço Social:** contribuição para a construção de sua teoria. 3ª ed., Rio de Janeiro: Agir Ed., 1980.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª ed., Brasília: Unb Ed., 1994.